

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MONIQUE MEDEIROS

DIVERSIDADE DE SABERES EM SITUAÇÕES DE INTERFACE:
A EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA ENTRE
AGRICULTORES FAMILIARES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2011

MONIQUE MEDEIROS

DIVERSIDADE DE SABERES EM SITUAÇÕES DE INTERFACE:
A EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA ENTRE
AGRICULTORES FAMILIARES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques

Série PGDR – Dissertação nº 135

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

M488d Medeiros, Monique

Diversidade de saberes em situações de interface : a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul / Monique Medeiros. – Porto Alegre, 2011.

156 f. : il.

Orientadora: Flávia Charão Marques.

(Série PGDR – Dissertação, n. 135).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultura ecológica. I. Marques, Flávia Charão. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.115

MONIQUE MEDEIROS

DIVERSIDADE DE SABERES EM SITUAÇÕES DE INTERFACE:
A EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA ENTRE
AGRICULTORES FAMILIARES NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de março de 2011.

Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. José Ernani Schwengber
EMBRAPA/RS

Prof. Dr. Márcio Antônio de Mello
EPAGRI/SC

Dedico a todos os agricultores familiares, que cheios de ideias, entre passos e tropeços, seguem adiante rumo ao incerto futuro nesse ‘mundão’ afora. Que esse Desenvolvimento Rural contribua para a valorização de seu trabalho respeitoso com a terra, na conservação dos elementos naturais, na preservação de suas tradições, suas sementes, suas gerações! Que ele contribua para uma agricultura consciente e responsável capaz de alimentar com esperança o nosso sonho de ter um pedacinho de mundo melhor...

AGRADECIMENTOS

Se o desafio era grande, a motivação era maior. Uma experiência, sem dúvida nenhuma, alicerçada pela esperança de um dia poder melhorar um pedacinho do todo. Agradeço, e muito, aos colaboradores dessa caminhada, correndo o risco de pecar por omissão, em especial aos mencionados a seguir.

À minha família amada, Jedione, Jonas e Renan, por sempre acreditarem nas minhas mais loucas iniciativas, e me encorajarem a tornar meus sonhos reais. Sem vocês eu não seria nada do que sou.

Aos meus avós, Dona Anna (*in memoriam*) e Seu Juca (*in memoriam*), por me ensinarem, cada um a seu modo, a viver a vida intensamente com amor e muito humor.

Ao Amigo, Lin Chau Ming, que em seu “perto-longe”, foi um dos primeiros incentivadores dessa vontade de mudar as coisas.

À amiga, orientadora, desorientadora, psicóloga, incentivadora, influenciadora, e acima de tudo, animadora, Flávia Charão Marques, pelos momentos de construção conjunta, risadas compartilhadas, muitas broncas e confiança surpreendente neste trabalho e em mim.

Aos incríveis amigos do PGDR, em especial: Mirtita (companheira de todas as horas), Lu (amiga incondicional), Dê (sábia conselheira), Cami, Patrícia Pinheiro, Aleja, Marcelinha, Xuxu, Dani, Otávio, Carlinha, Paulão, Vili, Marcinha, Fê, Joana(s), Cintia, Igor, Josué, Tiago, Décio, Clério, Marcio(s) e Maurício. Sem vocês os intervalos das aulas, principalmente os da DER400, não seriam tão revigorantes e alegres!

Ao professor Jalcione (vulgo Jal), que sempre disponível, até nos momentos indisponíveis, tinha palavras e expressões incentivadoras e estimulantes (do tipo: “Toca a mula!”), que me conduziam ir sempre além das minhas próprias expectativas.

À professora Marta Júlia pelo imprescindível apoio financeiro que viabilizou, em parte, o trabalho a campo.

Aos professores do PGDR que me possibilitaram inúmeros pontos de vista sobre o complexo Desenvolvimento Rural.

Aos colegas e funcionários do PGDR, em especial a Eliane, amiga, companheira e torcedora em todos os momentos.

Aos colegas e professores do TEMAS, por momentos compartilhados de construção pessoal e acadêmica, e também de gargalhadas e descontração.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante esses dois anos, que viabilizaram significativamente minha dedicação ao mestrado.

À equipe do CAPA, técnicos da Sul Ecológica e, especialmente, aos agricultores familiares que me receberam e me acolheram em momentos tão necessários, me considerando uma integrante da família. Dona Daisi, Seu Ademir, Mirian, Paulo, Angelita, Elaine, Elvo, não tenho nem palavras para agradecê-los!

E é claro, como não poderia deixar de citar, ao amor da minha vida, João Pedro, que sempre presente e muito paciente em todos os momentos, dividiu comigo muitas angustias e felicidades. Apoiou-me, dentro do possível e do impossível, na construção deste trabalho. Obrigada, meu amor, por fazer parte da minha vida!

“Aprofundar não é, no que se refere aos significados do saber, mergulhar na escuridão da especialização e na inevitável cegueira. [...] O aprofundamento na ciência deverá, sempre, considerar as possibilidades de atravessamento de todos os saberes: a ciência que assim se deixa atravessar é saber”

Cássio C. E. Hissa

RESUMO

A homogeneização técnica pretendida pela modernização da agricultura, bem representada pelas diretrizes da ‘Revolução Verde’, tem sido associada a consequências negativas do ponto de vista socioambiental nos espaços rurais. No entanto, propostas recentes, que objetivam imprimir novas dinâmicas a processos de desenvolvimento rural, vêm sendo construídas em oposição às ideias difusionistas convencionais. Com isto, têm ganhado espaço propostas e projetos que enfatizam a necessidade de valorização dos conhecimentos locais, como parte das estratégias para o desenvolvimento rural. Pesquisas e ações de diversas organizações vêm enfatizando, gradativamente, os resultados da interação do conhecimento local com os conhecimentos advindos da tecnociência, fato este que possibilita um novo olhar sobre a atuação dos agricultores familiares no espaço rural. Este olhar abrange o surgimento de adaptações e rearranjos em relações sociais e de trabalho, de novas formações de sentido e de reinvenções de práticas e técnicas, especialmente agrícolas. Neste âmbito, considera-se que mudanças e inovações estão ocorrendo constantemente e são potencialmente motivadoras para um ativo processo de emergência de ‘novidades’, no qual são fundamentais a localidade e a ação de múltiplos atores. Esse ponto de vista torna-se importante na abertura de um abrangente campo de pesquisa, que busca evidenciar e compreender avanços e obstáculos na implementação de projetos que objetivam a promoção do desenvolvimento rural. Alicerçada nestas ideias e à luz da Perspectiva Orientada ao Ator, esta pesquisa de caráter qualitativo, propôs analisar novidades emergentes com enfoque nas práticas agrícolas, nos sistemas de produção e na organização social, decorrentes das situações de interface que colocam frente a frente conhecimentos e práticas de mediadores sociais e de agricultores familiares, na implantação de projetos para o desenvolvimento rural em São Lourenço do Sul e Pelotas – Rio Grande do Sul. A análise aponta que esses agricultores familiares, direcionados pelos ideais da agricultura de base ecológica, e apoiados por projetos de assistência técnica e políticas públicas, executam ‘práticas desviantes’, que representam formas inovadoras nos processos agrícolas, na articulação entre atores, em sua relação com os mercados e mesmo na criação de novas organizações. Dessa forma, foi identificada a emergência de ‘novidades’, que pode ser evidenciada pela constituição da Cooperativa Sul Ecológica; pela construção de novos mercados, o institucional (merenda escolar) e o local (feiras livres); e o estabelecimento da Agroindústria Figueira do Prado. A trajetória de emergência dessas ‘novidades’ está

relacionada ao descobrimento de novos e relevantes recursos para a transformação de sistemas de produção convencionais em outros, cuja base é ecológica. Também, é perceptível o desenvolvimento de uma ‘sintonia fina’ no uso de tais recursos, bem como o reordenamento de muitos deles pelo estabelecimento de conexões entre elementos antes ignorados ou afastados entre si. Essas ‘novidades’ que estão amplamente relacionadas com o compartilhamento de conhecimentos, especificidades locais, heterogeneidade e dinamismo da ação social, parecem indicar uma alteração nas trajetórias de desenvolvimento no espaço rural na região sul do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Emergência de novidades. Conhecimento local. Agricultura familiar. Agricultura de base ecológica. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The technical homogenization intended by the modernization of agriculture, well represented by the Green Revolution guidelines, has been associated with negative socio-environmental consequences at rural areas. However, recent proposals which aim to set new dynamics to rural development processes, have been constructed in opposition to conventional diffusionists ideas. With this, proposals and projects that emphasize the local knowledge relevance as part of strategies for rural development have advanced. Researches and actions from several organizations connected to the rural development have gradually emphasized the results from the interaction between local knowledge and knowledge derived from technoscience; this fact allows a new perspective to the role of family farmers in rural areas, a look that encompasses the rising of adaptations and re-arrangements in social and work relationships, new configurations of meanings and reinventions of practices and techniques, especially agricultural ones. In this context, it is considered that changes and innovations are constantly occurring and they are potentially motivating to an active process of emergence of 'novelties', in which local features and the action of multiple actors are essential. Focusing on these social processes and on the knowledge heterogeneity, it is possible to realize changes in farmers' relationships to nature and, this way, rethinking the farmers' role and local knowledge as key elements to achieve sustainable productive alternatives. Based on these ideas and under Actor Oriented Approach framework, the research aimed to analyze emerging novelties, focusing on farming practices, production systems and social organization, specially considering them as results from interface situations, which put together knowledge and practices from social mediators and family farmers, during the implementation of projects for rural development at São Lourenço do Sul and Pelotas - Rio Grande do Sul, Brazil. The analysis indicates that these family farmers, oriented by ecological agriculture ideals, supported by technical assistance projects and by public policies, are performing 'deviant practices', which represent innovative ways to agricultural processes, to interaction between actors, to relationship with the markets and even to creating new organizations. This way, it was possible to identify the novelty emergence, which can be evidenced through the Cooperativa Sul Ecológica foundation; the construction of new markets, the institutional (school meals) and local (farmers fairs); and the establishment of the Agroindústria Figueira do Prado. The trajectory of emergence of these novelties is related to the discovery of new

and relevant resources to overcome conventional production systems, proposing others, based on ecological principles. The development of a 'fine tuning' process is also relevant in using such resources as well as a re-patterning of them by establishing connections between elements before ignored or spaced. These 'novelties' that are broadly related to knowledge sharing, local characteristics, heterogeneity and social action dynamism seem to be indicating changes to development paths at rural areas of southern Rio Grande do Sul.

Keywords: Emergence of novelties. Local knowledge. Family farm. Ecological production. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do estado do Rio Grande do Sul no Brasil, com destaque para a microrregião de Pelotas, e realce dos municípios onde se desenvolveu a pesquisa.....	25
Figura 2 - Relação entre ator, agência, domínio e arena na construção dos projetos heterogêneos.	56
Figura 3 - Diagrama representativo da relação entre atores, agência e domínios na arena estabelecida no processo de construção do projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica entre atores sociais de São Lourenço do Sul e Pelotas.....	58
Figura 4 - Ferramenta para semeadura de pequenas sementes de hortaliças.....	68
Figura 5 - Práticas e técnicas da agricultura orgânica.	70
Figura 6 - Representação esquemática da agricultura de base ecológica em emergência como coprodução, abrangendo as esferas ambiental, econômica e sociocultural.....	71
Figura 7 - "À procura do equilíbrio entre as aduelas do barril": exemplos de fatores de crescimento que influenciam no processo de rendimento da produção agrícola.	74
Figura 8 - Tomates ecológicos.....	77
Figura 9 - Agricultor familiar quilombola empacotando alimentos ecológicos para atendimento da demanda do programa Fome Zero. São Lourenço do Sul/RS.	113
Figura 10 - Onde a história se inicia. Vista frontal da Agroindústria Figueira do Prado, São Lourenço do Sul, RS (maio 2010).	123
Figura 11 - Exposição e comercialização dos produtos da Agroindústria Figueira do Prado na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo. Porto Alegre, RS (maio 2010).	128
Figura 12 - Processo de produção do suco de ananás da Agroindústria Figueira do Prado...	128
Figura 13 - Jogo “Resta Um” elaborado com caroços de butiá.....	133
Quadro 1- Breve passagem sobre a “Agricultura de Base Ecológica”.....	57
Quadro 2 - Programa de Aquisição de Alimentos: elementos-chave.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ARPASUL - Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAEAF - Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea
- CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
- CDLAF - Compra Direta Local da Agricultura Familiar
- CEASA - Centrais de abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- CEE - Comunidade Econômica Européia
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- COOPAR - Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- EED - Evangelischer Entwicklungsdienst
- ELCA - Evangelical Lutheran Church in America/ EUA
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FLD - Fundação Luterana de Diaconia
- INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- OAC - Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica
- OPACs - Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PROINF - Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais
- PROINTER - Programa Interdisciplinar de Pesquisa – PGDR/UFRGS
- UNAIC - União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar/MDA

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

CONVENÇÃO

Palavras ou expressões em itálico expressam termos mantidos em idioma estrangeiro. As aspas duplas foram usadas para apresentar conceitos trazidos a partir da bibliografia consultada, cuja autoria está referenciada conforme normas usuais, enquanto que as aspas simples foram utilizadas como forma de evidenciar os destaques da autora.

SUMÁRIO

1 DO OBJETO DE ESTUDO AOS OBJETIVOS TRAÇADOS E CAMINHOS METODOLÓGICOS ENVEREDADOS	18
1.1 DO INÍCIO.....	18
1.2 DO RECORTE EMPÍRICO AO OBJETO DE ESTUDO	22
1.3 NO RUMO DA QUESTÃO NORTEADORA	28
1.4 OBJETIVOS TRAÇADOS	30
1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	31
1.6 APRESENTANDO A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	35
2 DIVERSIDADE DE SABERES NA CONCEPÇÃO DE PROJETOS HETEROGÊNEOS.....	38
2.1 MODERNIZAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO: PROCESSOS, POLÍTICAS E REDUACIONISMOS	39
2.2 O CONHECIMENTO LOCAL E O CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO.....	45
2.3 MEDIAÇÕES E SITUAÇÕES DE INTERFACE SOCIAL.....	49
2.4 AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA, UM PROJETO HETEROGÊNEO.....	53
3 CONHECENDO AS NOVIDADES: A DINÂMICA DE SUA EMERGÊNCIA.....	62
3.1 COPRODUÇÃO E MELHORIA DOS RECURSOS: AS ‘RETROINOVAÇÕES’ NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA	66
3.2 NA SINTONIA FINA: À PROCURA DO EQUILÍBRIO ENTRE AS ADUELAS DO BARRIL	73
3.3 TRANSPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA NECESSIDADE.....	77
3.4 REORDENANDO O USO DE RECURSOS: OS AGRICULTORES E SUAS CONEXÕES.....	84

4 OBSERVAÇÕES, INTERPRETAÇÕES, REORGANIZAÇÕES...: A CAMINHO DAS NOVIDADES.....	91
4.1 COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA: DISPOSITIVO COLETIVO EM CONSTRUÇÃO.....	93
4.2 DESMISTIFICANDO O MERCADO: A PROXIMIDADE E O INSTITUCIONAL....	106
4.3 AGROINDÚSTRIA FIGUEIRA DO PRADO: ENTRE SUCOS, <i>SCHIMIERS</i> E BATALHAS DE VIDA	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com agricultores familiares.....	150
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com mediadores sociais.....	153
APÊNDICE C - Pessoas que colaboraram com a pesquisa a campo, grupos nos quais participam e local, mês e ano de realização das entrevistas.....	155

1 DO OBJETO DE ESTUDO AOS OBJETIVOS TRAÇADOS E CAMINHOS METODOLÓGICOS ENVEREDADOS

Em síntese, este capítulo tem o objetivo de discutir a problemática de pesquisa e de apontar alguns caminhos que serão seguidos nos capítulos subsequentes desta dissertação, dessa maneira ele é aberto pelo desenvolver da trajetória pessoal, acadêmica e, mais precisamente, teórica, que guiaram esta pesquisa. Com objetivo de localizar o recorte empírico da investigação e, sobretudo, discutir a emergência da problemática da pesquisa, o segundo subitem traz elementos para a discussão de algumas características dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas. Para tanto, inicialmente é feita uma breve caracterização dos municípios, dando enfoque a seu espaço rural e à agricultura familiar ali presente.

Com o propósito de contextualizar este trabalho, descreve-se o processo de contato da pesquisadora com os agricultores familiares e com a agricultura de base ecológica. Justamente, os aspectos relacionados à agricultura de base ecológica abrem a discussão do terceiro subitem, no qual é aprofundada a problemática que norteia a pesquisa. No quarto e quinto subitens, respectivamente, são expostos os objetivos e as escolhas de ordem metodológica que orientaram a pesquisa. Buscando esclarecer o desenvolvimento dos trabalhos a campo, no sexto subitem, são detalhadas informações do ordenamento da investigação.

1.1 DO INÍCIO...

A vontade de querer saber um pouco mais sobre os agricultores familiares e, mais precisamente, como estes conseguem adaptar suas práticas, seus sistemas de produção e sua organização social em situações que colocam face a face seus conhecimentos com os de técnicos e extensionistas rurais, inspiram a presente pesquisa. Entender como os trabalhos de intervenção técnica, permeados pela mediação social¹, influenciam atitudes tomadas por esses

¹ Nesta pesquisa, mediação social é aludida a uma ação de fundamentação intervencionista, constituída por múltiplos processos de negociação entre mediador e mediado, o que remete à conciliação diante de divergências

agricultores em suas vidas, impulsiona o trabalho e não se restringe a um olhar único, ao contrário, abrange múltiplos olhares. Olhares sociológicos, antropológicos, ecológicos, científicos, pessoais... Construídos no decorrer de anos; olhares de uma agrônoma que em certo dia, após um *insight*, percebeu que a Agronomia por si só já não respondia a todas suas inquietações, especialmente pela forma com que seu curso de graduação foi conduzido. Disciplinas voltadas para áreas ‘mais sociais’ ficavam à margem das discussões em sala de aula enquanto o produtivismo relacionado aos latifúndios e monocultivos roubava a cena, fazendo com que os limites ambientais, as relações sociais, a conexão sociedade-natureza e, com tudo isso, os agricultores familiares, desaparecessem de muitas cabeças em formação.

Fortuitamente, a universidade não é um espaço homogêneo. Assim, o vínculo com ações de extensão universitária oportunizou uma significativa ampliação de horizontes. Os quatro anos de trabalho em um projeto destinado a famílias de agricultores localizadas no entorno do Parque Estadual Turístico do Vale da Ribeira (PETAR), localizado no sul do estado de São Paulo, foram imprescindíveis para chegar até a temática deste trabalho.

Dessa forma, a agrônoma foi aos poucos agregando o traje de pesquisadora a sua experiência como extensionista, o que tem representado um exercício profissionalmente enriquecedor e pessoalmente apaixonante. Conseguir trocar as lentes de intervencionista para as de pesquisadora, somando o olhar vindo da Agronomia com tantos outros olhares, que contribuíram para a construção desta dissertação, não teria sido possível sem duas grandes oportunidades. Em primeiro lugar, a entrada e participação no grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), o qual se propõe a discutir aspectos relacionados às dinâmicas socioambientais, inovações tecnológicas e mediadores técnicos em espaços rurais e, em segundo, a inserção deste trabalho em um programa interdisciplinar de pesquisa, o PROINTER, cuja temática geral, a partir de uma abordagem interdisciplinar, tem desenvolvido uma série de estudos considerando a “evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio rural e desenvolvimento sustentável em municípios da planície costeira e do planalto sul do Rio Grande do Sul (PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 2008). O Programa que se alimenta de uma cooperação entre universidades brasileiras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Universidade Federal do Paraná - UFPR) e francesas (Bordeaux II, Paris VII e Paris X), agrega pesquisadores de várias áreas do conhecimento, com o intuito de inter-relacionar os

ou da intervenção de outrem com o objetivo de reduzir a desarmonia entre visões de mundo e a promover um diálogo entre elas (NEVES, 2008).

diferentes olhares na busca de soluções para o desenvolvimento dos municípios da “metade sul” do Rio Grande do Sul.

Pode-se dizer que a visão desta, agora pesquisadora, mudou com relação aos agricultores familiares depois do contato com esses novos pontos de vista. A visão de que o conhecimento local, ou seja, o conhecimento advindo desses agricultores era destruído cada vez que eles se deparavam com as tecnologias do mundo ‘moderno’ (inclusive quando essas tecnologias eram ‘impostas’ por extensionistas rurais) foi substituída, pouco a pouco, pela visão de que os agricultores são protagonistas de suas próprias histórias. Em meio a disputas, desafios e conquistas, eles inventam, reinventam, constroem e tecem as teias do cotidiano.

Longe de afirmar que as relações entre o conhecimento local, o técnico e o científico, são meramente lineares, se está partindo da noção de que os processos envolvidos em tais relações são permeados por aspectos de controle, autoridade e poder, e são socialmente construídos e negociados, não se limitando a uma aplicação controlada de um determinado projeto que gerará resultados completamente previsíveis.

Deste modo, este trabalho está inserido em um repensar do papel dos agricultores familiares, tanto na pesquisa quanto na extensão rural. Esse repensar passa pelo entendimento de que são relevantes suas iniciativas, muitas vezes, autônomas e resistentes, e que são elas que acabam por incidir diretamente na configuração do espaço social e material, provocando adaptações, recriações e transformações no rural. Tais transformações resultam em uma gama de práticas percebidas na heterogeneidade da agricultura dos dias atuais e, ainda, nas mais variadas formas e faces do desenvolvimento rural.

O cotidiano de trabalho que propicia “situações de interface”² entre técnicos e agricultores provoca o estabelecimento de processos de negociações e adaptações de significados, gerando conhecimentos diferenciados, resultantes de acomodações entre os diferentes ‘mundos’ dos atores sociais³ envolvidos. Este encontro envolve a fusão de dessemelhantes horizontes e proporciona condições para a criação conjunta de

² As situações de interface são definidas como pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a se encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores e interesses (LONG; PLOEG, 1989).

³ Aqui o sentido atribuído a ‘atores sociais’ refere-se a indivíduo, ou, coletivo de indivíduos que possuem habilidades para resolver seus problemas, aprender a intervir nos fluxos de eventos sociais, observar a reação dos outros e supervisionar suas próprias ações. Dessa maneira, os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais, ou, recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (LONG; PLOEG, 1994).

conhecimentos, além da interpenetração social e dos projetos de agricultores e mediadores sociais.

Ao considerar a riqueza e dinamismo destes processos, observa-se um cenário onde estão imersas constantes transformações do espaço rural e das práticas nele desenvolvidas. Neste cenário, é que são abertos espaços e condições sociais e técnicas favoráveis ao processo que se compreende como “Produção de Novidades”⁴ na agricultura. Este é um termo-chave proposto a partir da necessidade de particularizar ou evidenciar fenômenos inovadores em curso nos espaços rurais, que pode ser entendido como uma modificação ou uma quebra em rotinas existentes, assim como, pode consistir em uma nova prática ou modo de fazer, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG et al., 2004).

Tendo claro que o surgimento de novidades é, na agricultura, um processo localizado, dependente das condições naturais e dos repertórios culturais associados, no qual a organização do trabalho está envolvida (PLOEG et al., 2004), essa pesquisa procura contribuir com a reflexão geral sobre necessárias transformações nos processos de geração de conhecimento para a agricultura, que podem auxiliar na identificação e compreensão dos diversos aspectos envolvidos no surgimento de novidades e sua relação com processos diferenciados de desenvolvimento rural.

Essas reflexões foram facilitadas à luz de alguns aportes teóricos vinculados à Perspectiva Orientada ao Ator, denominada POA,⁵ essencialmente qualitativa, que compreende relações e processos que envolvem agricultores familiares e outros atores sociais relacionados à produção ecológica de alimentos nos Municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, ambos localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

⁴ Originalmente, em inglês, denominado *Novelty Production*.

⁵ A POA assume que os diferentes padrões emergentes de desenvolvimento são, em parte, criação dos próprios atores sociais, isso sugere que as análises sejam mais centradas nos próprios atores sociais e menos nas forças externas (LONG, 2007). A perspectiva considera que as variações culturais e as diferenças organizacionais são resultados das distintas formas que os atores respondem às situações problemáticas e interações com outros atores (LONG; PLOEG, 1994). Ainda, ressalta-se que, mesmo considerando os limites colocados pelas estruturas, essas não são abordadas de modo determinista (MARQUES, 2008).

1.2 DO RECORTE EMPÍRICO AO OBJETO DE ESTUDO

O sul do Estado do Rio Grande do Sul era habitado por grupos indígenas nômades até seu povoamento pelos portugueses, inicialmente por meio de expedições e acampamentos militares. Em meados do século XVIII, chegam os primeiros açorianos, com a tarefa de ocupar o lugar e produzir alimentos para as tropas e vilas em formação. Deste processo surgiram pequenas vilas que posteriormente deram origem a algumas cidades, dentre as quais se encontram Pelotas e São Lourenço do Sul. Consolidado o domínio da região pela Coroa Portuguesa, efetiva-se o domínio do território com a implantação das estâncias⁶, expandindo-se a pecuária. Desta maneira, ainda no século XVIII, é instalada a primeira charqueada⁷ às margens do Arroio Pelotas. A abundância de gado e mercado para o charque resultou em rápido crescimento da atividade saladeiril, a qual contava com a mão de obra escrava de negros. Na época da safra do charque, os escravos eram submetidos a um regime de trabalho exaustivo, tratados com rigor e violência, o que aumentava as fugas. O Arroio Pelotas foi a principal rota de fuga dos escravos, rumo à Serra dos Tapes, região pouco povoada e com matas abundantes. Os escravos foram se reagrupando, formando pequenos quilombos⁸, que hoje fazem parte do espaço rural do município de Pelotas (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, cessam as doações de terras no Brasil, e o Governo Imperial passa a vendê-las para iniciativas de colonização. Assim, instala-se na região uma iniciativa de colonização privada. Em 1858, é fundada a Colônia de São Lourenço, trazendo imigrantes alemães para a região. Nas glebas, que não passam de 24 hectares por família, esses imigrantes dedicaram-se à produção diversificada de alimentos como milho, feijão, batata, suínos e galinhas. A disponibilidade de terras desocupadas na área de serra e matas, e a proximidade com dois mercados urbanos (Pelotas e Rio Grande)

⁶ No estado do Rio Grande do Sul, as estâncias (que significam “lugar de estar”) eram os estabelecimentos rurais geralmente com grandes áreas de terras no qual predominava a criação de gado bovino para corte, podendo haver também ovinos e equinos. Até hoje, o termo é bastante utilizado para designar as propriedades rurais ligadas às oligarquias historicamente estabelecidas no Estado.

⁷ Charqueada é uma denominação atribuída, no estado do Rio Grande do Sul, à área da propriedade rural em que era produzido o charque (carne que passa por um processo específico de salga). Nessa área, existiam diversos galpões cobertos onde a carne salgada era exposta para o processo de desidratação.

⁸ Tradicionalmente, os quilombos eram os agrupamentos de ex-escravos fugidos de seus senhores no período colonial do Brasil. Por isso, localizavam-se em regiões de grande concentração de escravos, em áreas afastadas dos centros de colonização ou em locais de difícil acesso. Até hoje, alguns desses agrupamentos são mantidos, conservando tradições e costumes transmitidos de geração a geração.

favoreceram a expansão da Colônia de São Lourenço, que, em 1879, já contava com 860 famílias e cerca de 6.000 pessoas. Outros grupos étnicos, como italianos e franceses, também deixaram suas marcas na colonização do local. Os franceses se dedicaram a diversos cultivos, entre os quais se destacaram o cultivo da uva e do pêssego. Especialmente o cultivo do pêssego resultou em dezenas de pequenas fábricas de compotas⁹ na colônia de Pelotas, precursoras das indústrias de conservas (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009), que posteriormente passaram a caracterizar a região.

A diversidade étnica composta por diferentes culturas, tradições, conhecimentos e habilidades, junto com a diversidade de paisagens, molda a fisionomia dessas localidades onde se encontram agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, pescadores artesanais e comunidades quilombolas. É dentro desse “Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul”, que está localizado o recorte empírico desta pesquisa, o qual abrange famílias que vivem nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul.

Neste Território, a respeito dos sistemas de produção, destacam-se três categorias: sistema pastoril convencional; sistema de lavoura empresarial e sistema de lavoura e pecuária familiar. Ao mesmo tempo em que existem grandes propriedades (áreas acima de 100 ha e que respondem por 12% do total e ocupam 77,6% da área agrícola), há uma predominância de pequenas unidades de produção que utilizam basicamente mão-de-obra familiar (cerca de 32.500 propriedades, ou 84%, possuem área inferior a 100 ha e ocupam 22,4% da área agrícola), aí incluídos os assentamentos de reforma agrária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004).

Em relação a alguns aspectos econômicos da região, os dados do censo agropecuário de 2006, demonstram que a região possui uma atividade agropecuária bem diversificada, o que permite analisar que há uma interação entre lavoura e pecuária muito intensa nesta região. Wanderley (2001) afirma que o sistema de policultivo-pecuária, é uma interessante combinação entre diferentes técnicas e foi uma das heranças trazidas pelos camponeses, perfeitamente integrada aos sistemas atuais da agricultura familiar, pois gera estabilidade, diminui riscos e aumenta a diversidade produtiva.

⁹ As compotas são doces preparados com frutas ou legumes inteiros, em calda rala de açúcar. Antigamente, eram feitas artesanalmente, principalmente, com a finalidade de conservação, superando a sazonalidade das colheitas e garantindo seu posterior consumo, durante o ano inteiro. Atualmente, as compotas, que são elaboradas em diversos lugares e de diferentes formas, são fabricadas, até mesmo, em escalas industriais.

O censo agropecuário de 2006 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006) aponta para um contingente de 82,2% dos estabelecimentos com cultivo de pastagem e 75% com atividades agrícolas. Outros números que se destacam são os estabelecimentos com atividades de origem animal como as criações de aves (67,1%), suínos (46,1%) e bovinos de leite (42,7%). Tais atividades são típicas da agricultura familiar que procuram de alguma forma produzir alimentos para suas necessidades básicas e também para o mercado como forma de geração de renda e formação de capital (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009). Neste aspecto, cabe destacar a criação de suínos, pois como não há um sistema de produção integrada na região, sendo que esta não se caracteriza como um pólo de produção, é averiguado que o agricultor cria estes animais para suprir a alimentação da família, realizar trocas, bem como a venda, aproveitando alimentos produzidos no próprio estabelecimento.

De acordo com dados obtidos pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009), o município de Pelotas possui, atualmente, uma área de unidade territorial de 1.608,8 km², habitada por uma população de 339.934 pessoas, das quais apenas 16.725 configuram a população rural e o restante, 323.209, os espaços urbanos.¹⁰

Este município é caracterizado por apresentar heterogêneas configurações espaciais na sua estrutura agrária. Enquanto, nas áreas mais declivosas, não apropriadas à mecanização, a agricultura familiar possui forte expressão, na área localizada na planície sedimentar, há uma forte presença de grandes unidades de produção, onde o cultivo do arroz predomina como principal atividade produtiva.

Já, o município de São Lourenço do Sul, também de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009), em sua unidade territorial, com área de 2.036,1 km², abrange uma população total de 42.321 habitantes, sendo 17.195 pertencentes ao meio rural e 25.126 aos espaços urbanos. Grande parte da população rural se encontra vinculada à produção agrícola em pequenas propriedades. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2000) revelaram que ao todo são 3.952 estabelecimentos rurais, dos quais 96,3% estão vinculados a agricultura familiar.

¹⁰ O critério de ruralidade do Programa Territórios da Cidadania dialoga com a realidade do Território. Por ele, municípios que têm grande parte de sua população morando na cidade, mas, que sejam economicamente dependentes do desempenho da agropecuária são considerados rurais.

A localização dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas pode ser visualizada na Figura 1. Ambos, assim como outros 23 municípios, fazem parte do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, no qual a população rural corresponde a 16% do total da população, somando 138.969 pessoas. De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009), esses dois municípios concentram quase 25% do total desta população: São Lourenço do Sul (17.195) e Pelotas (16.725).

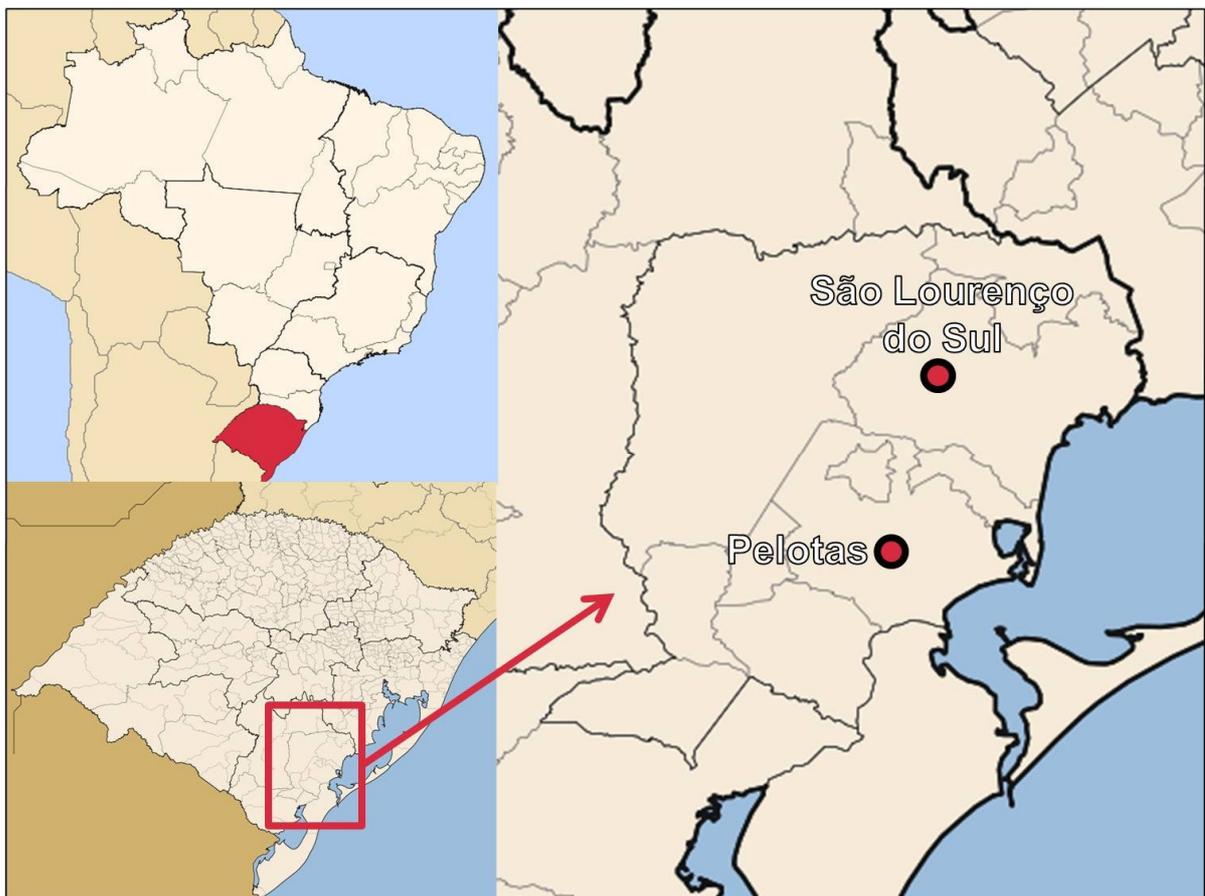


Figura 1 - Localização do estado do Rio Grande do Sul no Brasil, com destaque para a microrregião de Pelotas, e realce dos municípios onde se desenvolveu a pesquisa.

Fonte: Adaptada de Apêndice... (2011).

Na região sul do estado do Rio Grande do Sul, não diferente de outros lugares do país, a agricultura familiar sofreu severas transformações produtivas e tecnológicas com a chegada da modernização ao espaço rural¹¹, o que influenciou a organização e a vida comunitária.

A modernização trouxe variados problemas, especialmente, no que tange à desigualdade social e à sustentabilidade em suas várias dimensões (econômica, ambiental, social, cultural). Assim, a produção agrícola baseada nos princípios da modernização começou a ser questionada ainda nos anos 1970, quando a elevada demanda por recursos naturais e energéticos, inclusive de fontes não renováveis, passou a chamar a atenção de ambientalistas e pesquisadores (ALMEIDA; NAVARRO, 1997).

Principalmente nas décadas de 1980 e 1990, quando os debates que questionavam essas diretrizes ‘modernas’ estavam mais amadurecidos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Pelotas iniciou alguns trabalhos, que se pode identificar como ‘contra a corrente’, incentivando a produção agrícola ecológica entre os agricultores familiares do município. A necessidade de ampliar fronteiras e de contar com apoio, principalmente técnico, fez com que a CPT, poucos anos depois, firmasse um convênio com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), uma organização não governamental vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com a qual é articulada através de distintas instâncias.¹²

A parceria, inicialmente criada com o objetivo de levar assistência técnica na área de Agroecologia aos agricultores familiares de Pelotas, foi mais longe. Como o CAPA já desenvolvia atividades nesse âmbito no município de São Lourenço do Sul, desde 1982, as fronteiras foram ampliadas e ambos os municípios passaram a ser foco dos trabalhos.

Do aperfeiçoamento das ações e das relações envolvidas nesses trabalhos surgiram as primeiras organizações com caráter de integração destas iniciativas. No ano de 1988, foi criada a UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu), em Canguçu, organização que atualmente congrega aproximadamente trinta e oito associações de agricultores familiares; e, no ano de 1992, foi fundada a COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região sul), em São Lourenço do Sul. Ambas organizações tinham

¹¹ O que se convencionou chamar de modernização do espaço rural ou “modernização da agricultura” refere-se a um complexo processo de transformações nos espaços agrícola e rural do mundo desencadeado a partir da década de 50, no Brasil especialmente a partir de meados da década de 60 que correspondia, efetivamente, a integração da agricultura ao processo de acumulação de capital (ALMEIDA, 2009).

¹² O CAPA é apoiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e recebe apoio financeiro do Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (*Evangelischer Entwicklungsdienst – EED*), com sede em Bonn e da *Evangelical Lutheran Church in America (ELCA/EUA)*. A execução financeira dos recursos disponibilizados e todo o amparo legal são feitos pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, ISAEC (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008).

como propósito inicial diminuir custos de produção e superar a dependência de agentes intermediários nos processos de comercialização.

Concomitantemente, alguns agricultores demonstraram interesse em questões relacionadas à saúde, não unicamente de sua família, como também daqueles que consumiam os alimentos produzidos de maneira convencional, ou seja, com o uso de agrotóxicos. Assim, através da orientação técnica do CAPA e da CPT, surgiram os núcleos de produção de base ecológica.

A partir da organização destes núcleos, foi fundada uma associação regional, a ARPASUL (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul) que, em 1995, teve o início de suas atividades marcado pela criação da feira livre ecológica na cidade de Pelotas e que hoje abrange em torno de cinquenta famílias de agricultores.

A produção de base ecológica destinada à feira era crescente, gerando um excedente, cujo consumo não estava sendo totalmente absorvido. Para sanar tal problema, a ARPASUL criou outro ponto de feira livre ecológica, localizado na cidade de São Lourenço do Sul. Mesmo ampliando o número de pontos para a comercialização dos ‘alimentos ecológicos’,¹³ o volume comercializado ainda não era suficiente (BECKER; CALDAS; ANJOS, 2007).

No ano de 2000, os agricultores tiveram um importante avanço, com a possibilidade de venda para o mercado institucional através do projeto piloto “Merenda Escolar Ecológica”, implantado em algumas escolas da rede estadual de ensino. Incentivados por tais meios de comercialização de produtos, os agricultores que já produziam alimentos de base ecológica ampliaram seus cultivos, enquanto que várias famílias que ainda não cultivavam esses alimentos aderiram a este processo. Mas, isso era só o início, afinal, esses agricultores perceberam que o acesso a outras formas de mercado poderia ser uma ferramenta importante ao seu desenvolvimento, porém, tal acesso parecia mais facilitado a tais meios se estivessem organizados em cooperativa.

Com isso, a fim de conseguirem o acesso a esses mercados, além de buscarem ajuda mútua na compreensão e aperfeiçoamento de práticas e técnicas específicas à agricultura de base ecológica, esses agricultores ecologistas reuniram-se em vários grupos de afinidade,

¹³ O termo ‘alimentos ecológicos’ ou ‘produtos ecológicos’ é utilizada neste trabalho a fim de designar alimentos que além de serem produzidos dentro dos princípios da agricultura ecológica (detalhados no Quadro 2), são produzidos por agricultores conscientes da importância do equilíbrio entre os diversos fatores que são atuantes em seu trabalho com a agricultura, desde o respeito com suas criações animais e preocupação com não gerar desperdícios, reaproveitando ao máximo o material que sobra de suas atividades (como por exemplo a agroindustrial familiar, o que pode ser melhor compreendido no capítulo 4) até sua participação em relações coletivistas, buscando uma melhor qualidade de vida para os dias atuais e para os dias futuros.

espalhados em São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas, o que, pouco tempo depois, culminou no surgimento de uma cooperativa de abrangência regional.

No ano de 2001, nasce a Cooperativa Sul Ecológica de agricultores familiares, em resposta à necessidade dos agricultores familiares ecologistas, assistidos pelo CAPA, de terem uma entidade que lhes representasse frente aos mercados e os auxiliasse na organização e planejamento da produção.

A organização desses agricultores abriu portas para uma integração ampliada a outras formas de comercialização para seus produtos. Uma dessas formas foi através do Programa de Aquisição de Alimentos, implementado pelo governo federal em 2004. O mais relevante é que esta comercialização acabou por constituir-se em um dos mais importantes mercados consumidores para a venda da produção ecológica das famílias cooperadas.

Dessa forma, em meio a relações e processos de reação e adaptação, aprendizagem, busca por autonomia e, conseqüentemente, transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais, esses agricultores ecologistas estão, através de políticas públicas, ação de projetos de apoio técnico e, principalmente, intercâmbio de conhecimento, buscando melhorias em suas condições de vida. É neste cenário, que este trabalho estabelece o diálogo entre a prática e a teoria, considerando a agricultura de base ecológica desenvolvida por agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas como objeto a ser estudado. .

1.3 NO RUMO DA QUESTÃO NORTEADORA

O avanço do processo de modernização da agricultura, bastante associado à chamada “Revolução Verde”,¹⁴ está relacionado às desigualdades sociais e regionais brasileiras, podendo ser interpretado como um processo de “modernização conservadora”.¹⁵ O pacote tecnológico agrícola estabelecido durante a Revolução Verde foi formulado em centros de pesquisa onde as prioridades eram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agroindustrial, privilegiando métodos e critérios de validação que se restringiam a

¹⁴ Revolução Verde refere-se a um conjunto de técnicas e práticas disseminadas a partir da década de 1950-60, que permitiu um aumento na produção e produtividade agrícola com base no uso crescente de insumos modernos, quais sejam: variedades vegetais de alta produtividade, fertilizantes químicos, agrotóxicos, além da intensificação da mecanização.

¹⁵ Silva (1982) denominou a modernização da agricultura brasileira como ‘modernização dolorosa’, também denominada por outros autores de modernização conservadora. Este processo foi caracterizado por uma reestruturação produtiva sem alterações na estrutura fundiária, em espaços agrários concentrados, especializados em atividades intensivas de capital, sob o forte apoio do Estado e socialmente seletiva, ou seja, se modernizou o campo e se conservou a estrutura fundiária.

situações de laboratório. Por outro lado, a chegada da modernização ao campo é vivenciada diferentemente pelos diversos grupos sociais ali presentes. Os conhecimentos autóctones, que pareciam fadados ao desaparecimento em função da homogeneização técnica proposta pelo processo modernizante e pelos processos unidirecionais de extensão rural adotados, transformam-se, acomodam-se e geram diversidades importantes.

Como contraponto à difusão de conhecimento de ‘cima para baixo’, nas últimas décadas, tem proliferado e ganhado espaço a ideia da valorização dos conhecimentos locais como parte das estratégias para o desenvolvimento rural. Pesquisas e ações de diversas organizações ligadas ao desenvolvimento rural (organizações governamentais e não governamentais, agências nacionais e internacionais de fomento ou de financiamento) vêm enfatizando, pouco a pouco, os resultados da interação do conhecimento local com os conhecimentos advindos da tecnociência,¹⁶ fato este que possibilita um novo olhar sobre o espaço rural, um olhar que abrange o surgimento de adaptações e rearranjos em relações sociais e de trabalho, de novas formações de sentido e de reinvenções de práticas e técnicas, especialmente, agrícolas.

A questão norteadora do trabalho de pesquisa que dá origem a esta dissertação emerge, justamente, deste contexto de reorganização criativa da agricultura; com o qual estão identificadas estratégias dinâmicas construídas pelas populações locais e outros atores sociais do rural, quando desafiados a compor combinações diversas entre aspectos cognitivos, políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Focando esses processos sociais e a heterogeneidade de conhecimentos subjacentes, é possível vislumbrar mudanças que vêm ocorrendo nas formas com que o agricultor se relaciona com a natureza e, assim, repensar o papel dos agricultores familiares e dos conhecimentos locais como elementos-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis. Esse ponto de vista torna-se importante na abertura de um abrangente campo de pesquisa, que busca evidenciar e compreender avanços e obstáculos na implementação de projetos que objetivam a promoção do desenvolvimento rural.

Deste modo, torna-se relevante desvendar como os agricultores, nos mais variados contextos, criativamente dão forma a novas possibilidades para o desenvolvimento.

¹⁶ Conceito utilizado na comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência. De acordo com Latour (1987), a tecnociência desenvolve-se pela progressiva construção de fatos científicos cuja verdade ou adequação é dada como certa para os que as utilizam como ponto de partida para outros estudos, mas cuja natureza problemática pode sempre ser ressaltada quando examinadas em suas origens. Este termo "tecnociência" foi criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois em fins dos anos 1970 e é bem usual nos textos do filósofo francês Bruno Latour.

Considerando que os agricultores não são simplesmente receptores passivos de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica, abre-se a possibilidade de analisar como diferentes agricultores orientam-se por diversos interesses, objetivos e experiências para desenvolver tais iniciativas. Desta maneira, se pode questionar: com enfoque nas práticas agrícolas, nos sistemas de produção e na organização social, decorrentes das situações de interface que colocam em contato mediadores sociais e agricultores familiares na implantação de projetos para o desenvolvimento rural, quais são e como emergem novidades associadas à agricultura de base ecológica desenvolvida em São Lourenço do Sul e Pelotas?

1.4 OBJETIVOS TRAÇADOS

Mobilizada pelas inquietudes pessoais já mencionadas e pelo desafio acadêmico da interdisciplinaridade, a pesquisa se propõe, então, a analisar novidades emergentes, com enfoque nas práticas agrícolas, nos sistemas de produção e na organização social, decorrentes das situações de interface, que colocam frente a frente conhecimentos e práticas de mediadores sociais e de agricultores, na implantação de projetos para o desenvolvimento rural em São Lourenço do Sul e Pelotas. Para tanto, esse objetivo geral foi decomposto em três objetivos específicos, dos quais o primeiro é investigar as estratégias criadas por famílias de agricultores familiares, relacionadas a organização produtiva do trabalho com a agricultura de base ecológica; o segundo propõe-se a identificar novidades emergentes a partir das práticas produtivas e organizativas associadas à agricultura de base ecológica desenvolvida em São Lourenço do Sul e Pelotas; e o terceiro e último objetivo é analisar a contribuição da mediação social para a emergência de novidades no recorte empírico estabelecido.

Traçados tais objetivos, partiu-se da hipótese de que, concomitantemente às transformações contemporâneas da agricultura, agricultores familiares e suas organizações, com a contribuição de mediadores sociais desenvolvem iniciativas inovadoras que constituem-se em novidades por contemplarem processos que se estabelecem contra o ideário homogeneizador da modernização, criando trajetórias sociotécnicas marcadas pela aprendizagem coletiva, otimização no uso de recursos sociais e naturais, ampliação das relações sociais e da capacidade organizativa.

1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Há muitas coisas em uma pesquisa que jamais poderão ser transmitidas através de um texto. Entre as aspas de uma entrevista, jamais conseguiremos colocar o sussurro emocionado [...]. Podemos dizer da pobreza, mas dificilmente das xícaras lascadas onde nos foi oferecido um café. (VIEGAS, 2007, p. 35).

A utilização da metodologia de pesquisa é o que delimita e dá sentido à forma como o pesquisador, envolvido com seu trabalho acadêmico, irá conhecer e buscar os caminhos que o levarão a responder os seus objetivos. Diante da diversidade de perspectivas, o ‘fazer ciência’ não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico. Ao contrário, a ciência foi sempre marcada pela multiplicidade de métodos e de técnicas de investigação assim como de métodos de explicação.

Nesta pesquisa, o que direcionou esse ‘fazer ciência’ foi a escolha pelo uso dos métodos e técnicas qualitativos, na medida em que entende-se que a metodologia qualitativa é “[...] aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (MINAYO, 1992, p. 10).

As chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais ou mesmo de grupos. Ao realizar uma análise veemente dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos é a flexibilidade, sobretudo, quanto às técnicas de geração de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita (MARTINS, 2004).

1.5.1 Escolhas no Percorso da Pesquisa

É importante mencionar que a escolha da metodologia qualitativa deu-se principalmente por utilizar-se como pilar, na concepção deste trabalho, a Perspectiva Orientada ao Ator, a qual combina um marco teórico sociológico amplo com pesquisas empíricas, sobretudo de caráter etnográfico, realizadas em países da América Latina, América

Central e Europa. Um dos seus focos centrais é o estudo dos diversos aspectos do que é caracterizado como ‘vida social’ do desenvolvimento rural e dos processos cognitivos nela envolvidos.

Portanto, a metodologia escolhida se mostrou um caminho apropriado para penetrar e compreender o significado e a intencionalidade das falas, vivências, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes dos agricultores com quem se trabalhou. Neste caso, a preocupação básica foi a estreita aproximação dos dados, dar-lhes ‘voz’ da forma mais completa possível. Para isso, foram utilizadas ferramentas tais como: observação, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, fotografias e pesquisa documental.

Para analisar a relação entre os diferentes elementos da vida social enfatizando a experiência pessoal de cada indivíduo e como esta adquire um sentido, utilizou-se a prática de observação, neste caso, especificamente, a observação sistemática não participante. A observação é uma técnica utilizada para a geração de dados com o intuito de se conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. Em específico, na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação, buscando limitar suas influências no que vê. Sendo a observação não participante um procedimento de caráter sistemático, nela o pesquisador toma contato com a realidade estudada, mas sem se integrar inteiramente com esta, de forma a ser ‘confundido’ com as pessoas do grupo estudado, o que a difere da observação participante¹⁷ (LAKATOS; MARCONI, 1996).

Através deste tipo específico de observação, foi possível identificar discrepâncias entre discurso e prática, além da captação dos valores do grupo presentes nos discursos e nos múltiplos atos do cotidiano. As informações obtidas através deste exercício foram registradas cotidianamente em um diário de campo. Anotações referentes às observações do cotidiano dos sujeitos pesquisados foram úteis como registro de informações, como oportunidade de reflexão sobre o andamento da pesquisa e, até, para repensar os rumos da investigação. O diário de campo não apenas recuperou os fatos marcantes vivenciados como também o desenvolvimento cronológico dos eventos.

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas em um roteiro pré-determinado (Apêndice A e B), proporcionando aos informantes

¹⁷ Na observação participante o investigador assume uma função ou exerce um papel na situação e se relaciona com os pesquisados conforme as expectativas do papel social exercido, muitas vezes, sem que seja reconhecido como observador com interesse científico (ALMEIDA, 1989).

discorrerem sobre os tópicos propostos. Tais ferramentas foram complementos importantes à observação, e, para facilitar suas análises, foram redigidas, gravadas e transcritas.

Estas entrevistas também foram úteis na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes, pois permitiram captar significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados fizeram surgir questões inesperadas que se mostraram de grande utilidade no andamento do trabalho.

Como complemento às demais ferramentas mencionadas, foram registradas imagens através de fotografias e realizadas pesquisas documentais a partir de documentos contemporâneos obtidos de fontes secundárias escritas como revistas, panfletos e jornais, e não escritas, como fotos e audiovisuais. Alguns dos documentos analisados eram arquivos particulares, de posse dos agricultores, enquanto outros eram de instituições e organizações as quais envolviam esses mesmos agricultores.

É interessante ressaltar que, para melhor sistematização e consequente maior facilidade na análise das informações obtidas em campo, foi utilizada nesta investigação a ferramenta computacional de análise de dados qualitativos – *QSR International's NVivo 8 Software*¹⁸ – a qual, segundo Santos (2001, p. 120), “[...] produz um ambiente informacional no qual se pode criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas ideias e desenvolvê-las”. Aprofundamento de análises a partir de falas de entrevistados, cruzamentos de informações encontradas nessas falas e, até mesmo, inter-relações dos dados gerados em campo com materiais de procedência teórica, foram feitos com o auxílio dessa ferramenta.

1.5.2 Mochila nas Costas, a Entrada no Campo

Após o contato inicial, a distância, com algumas pessoas vinculadas ao CAPA, organização com a qual se pretendia iniciar a pesquisa, em dezembro de 2009, foi realizado o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos de campo que dariam origem à dissertação de mestrado apresentada junto ao PGDR pela pesquisadora Patrícia Pinheiro

¹⁸ O programa QRS NVivo faz parte da emergência do *CAQDAS – Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software* – uma geração de programas computacionais elaborados, desde os anos 1980, por um conjunto de cientistas sociais e especialistas em computação, especialmente para análise de dados qualitativos (SANTOS, 2001).

(2010), tendo em vista que o recorte empírico também incluía o município de São Lourenço do Sul.

Nesta jornada exploratória, os primeiros diálogos foram com dois técnicos ligados ao CAPA,¹⁹ uma vez que, por intermédio deles, se pretendia chegar aos agricultores familiares ecologistas da região. Após uma conversa em que foram expostos os interesses iniciais da pesquisa, com auxílio desses técnicos, passaram a ocorrer as primeiras aproximações com agricultores que viriam a colaborar nesta investigação.

Vale ressaltar que cada um dos técnicos é responsável por um grupo de agricultores. Enquanto um deles é responsável mais especificamente por atender às demandas das comunidades quilombolas, o segundo trabalha com demandas provenientes de grupos de agricultores familiares de maneira mais ampla. Desta forma, como o interesse da pesquisa se voltava a trabalhar com agricultores familiares em geral, optou-se por acompanhar o trabalho dos dois técnicos em ambos os municípios onde atuavam, São Lourenço do Sul e Pelotas.

Cabe mencionar que os agricultores que vieram a colaborar nesta pesquisa serão todos aqui considerados agricultores familiares para além de uma categoria normativa já que estes estão relacionados intrinsecamente a uma dinâmica camponesa e, como afirma Marques (2009, p. 41), “[...] não a partir de uma visão substantiva pela qual estariam associados a modos de vida estáticos e atrasados”, e sim o contrário, identificadas por aquilo que Woortmann (1990, p. 23) define como “campesinidade”, em que uma ordem moral torna indissociável a terra, a família, e o trabalho.

Nesta visão relacionada à agricultura familiar compreende-se o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social através da formulação de estratégia (conscientes ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (a herança) e à transmissão da exploração agrícola (a sucessão) (CARNEIRO, 1999). Desta forma, a utilização do termo agricultura familiar, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares não somente de retomada de práticas agrícolas, como também de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001), e ainda, segundo Ploeg (2008, p. 273), da “noção emancipatória relacionada à construção cotidiana de autonomia, orientada para a abertura de novos caminhos em direção ao futuro”.

¹⁹ É importante salientar que o CAPA assiste em torno de 5.000 famílias entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e pescadores profissionais e artesanais. Essa organização não governamental está presente nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Acompanhando visitas técnicas programadas ou agendando visitas específicas, por algumas semanas entre os meses de março e junho de 2010, foi possível conviver no dia a dia com as famílias e observar suas atividades cotidianas, como o trabalho nas feiras livres, os eventos regionais da agricultura familiar, os encontros e reuniões entre agricultores, as atividades nas lavouras e na produção agroindustrial. Por meio do contato com estas primeiras famílias foi possível conhecer outras famílias envolvidas com a produção de base ecológica. Durante esse período, também foi possível aproveitar alguns momentos para entrevistar os outros atores envolvidos com o tema de pesquisa,²⁰ além de fotografar situações ou objetos relevantes.

Com a entrada no campo percebeu-se que o caminho para alcançar o primeiro objetivo de pesquisa, ou seja, investigar as transformações na forma de organização produtiva dos agricultores familiares, encontrava-se mais próximo que o imaginado. A maioria desses agricultores familiares visitados era vinculada à Cooperativa Sul Ecológica, aparentemente, uma novidade em emergência, que será discutida mais adiante nos Capítulos 2, 3 e 4.

1.6 APRESENTANDO A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além dessas informações preliminares sobre a pesquisa, o trabalho conta com mais quatro capítulos. O Capítulo 2 aprofunda o debate envolvido na problemática de pesquisa, relacionando elementos teóricos com elementos referentes ao recorte empírico da pesquisa, de forma a analisar desde as questões mais gerais, relacionadas às transformações social, econômica e ambiental, resultantes da modernização da agricultura, até questões voltadas para a análise de situações de interface, nas quais se identifica conhecimentos técnico-científicos e locais em constante contato e interação. Finalmente, discute-se algumas iniciativas construídas pelos agricultores familiares, influenciados por projetos de apoio técnico vinculados a mediadores sociais, que visam elaborar mecanismos de resistência e estratégias voltadas ao enfrentamento de adversidades encontradas por eles no espaço rural, especialmente aquelas que nascem no âmbito das organizações sociais.

²⁰ Ao todo, no desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados vinte e um agricultores familiares e seis mediadores sociais. O nome de cada um desses entrevistados, bem como os respectivos locais, meses e ano nos quais foram realizadas as entrevistas estão expostos no Apêndice C.

O Capítulo 3 traz maiores detalhes ao que se refere à noção de ‘produção’, ou ‘emergência de novidades’, e como esse processo acontece entre os agricultores familiares. É importante salientar que no decorrer do texto, em lugar do termo-chave “produção de novidades”, tradução literal de “*novelties production*”, por escolha da autora, será utilizado o termo ‘emergência de novidades’, já que a ideia de ‘produção’ pode remeter a um sentido vinculado a elementos relacionados à produção em série, de inspiração ‘fordista’²¹. Ao contrário, o uso do termo ‘emergência’ tem como objetivo atribuir ênfase aos elementos sociais e culturais, que inter-relacionando economia, natureza e técnica, abrem espaço para essas novidades.

Ao longo do capítulo, é discutida e ilustrada a trajetória da emergência das novidades, ligada às múltiplas e heterogêneas realidades que permeiam o desenvolvimento rural, trazendo alguns exemplos identificados no estudo desenvolvido. A escolha desses exemplos considerou suas características em comum, tais como: a contribuição na melhoria do desempenho e autonomia econômica dos agricultores familiares, o envolvimento com a preocupação ambiental, nesse sentido, a busca pela sustentabilidade, e a interação de conhecimentos presente nos processos de construção de condições para a emergência de novidades.

O quarto capítulo tem o propósito de apresentar, discutir e analisar três distintas iniciativas que estão sendo colocadas em prática por alguns agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, envolvidos com a produção de alimentos de base ecológica em resposta às transformações do espaço rural. Tais iniciativas trazem: a) uma inovação organizacional que está se consolidando na região, que se constitui na criação da Cooperativa Sul Ecológica, cuja fundação representa uma reação dos agricultores familiares aos padrões de produção agrícola ‘modernizados’, em que o saber-fazer local tem sido sobreposto por práticas extremamente intensivas no uso de energia e capital; b) a construção de novas formas de acesso a mercados, representada pela iniciativa dos agricultores em buscar o estabelecimento de cadeias curtas de comercialização e opções de mercados em oposição à dependência de mercados de cadeia longa ou oligopolizados; e c) a industrialização de frutas,

²¹ Em termos gerais, o Fordismo trata-se de uma associação de normas de trabalho e tecnologia com a produção e consumo de massa que levou, no início do século XX, o modo capitalista de produção a formar estratégias específicas a fim de reproduzir-se de maneira ampliada (BOTELHO, 2000).

representada pela agroindústria familiar rural²² Figueira do Prado, que se ocupa da elaboração de sucos e *schimiers*.²³

Finalmente, as considerações finais do trabalho encerram a dissertação relacionando novos processos de desenvolvimento rural, cujo alcance tenderá a ser ampliado em condições de inter-relações entre as iniciativas das famílias dos agricultores familiares, a incidência de políticas públicas e a ação por meio de projetos de apoio técnico à agricultura de base ecológica.

²² Por Agroindústria Familiar Rural entende-se: infraestrutura locada no espaço rural, com função específica de processamento e/ou beneficiamento de produtos agropecuários (origem animal e/ou vegetal) oriundos de propriedade familiar, cuja relação de trabalho tenha por prioridade o emprego da força de trabalho familiar. A escala de produção da atividade apresenta sincronia entre a capacidade de produção de matéria-prima e de processamento (relacionada à disponibilidade de força de trabalho - prioritariamente familiar) (SULZBACHER, 2009).

²³ Doce originalmente alemão, de forma pastosa bem similar à geléia; geralmente é confeccionado pela combinação de frutas, ou cascas de frutas, água e açúcar. É bem comum na região sul do Brasil, para onde a colonização alemã levou muitas crenças e costumes.

2 DIVERSIDADE DE SABERES NA CONCEPÇÃO DE PROJETOS HETEROGÊNEOS

Toda a teoria só é boa na condição de que, utilizando-a, se vá mais além (André Gide).¹

Esse capítulo aprofunda o debate envolvido na problemática de pesquisa, relacionando elementos teóricos com elementos referentes ao recorte empírico e com análises de acontecimentos práticos vivenciados ou descobertos no percurso do trabalho de campo e no decorrer da pesquisa. O capítulo é aberto com uma discussão referente a transformações sociais, econômicas e ambientais resultantes da modernização da agricultura e como esta implicou em diversidades no espaço rural. Diversidades estas que, ao abranger um grande leque de especificidades locais (desde cultura até elementos naturais), acabaram por desencadear um repensar no modo com que são implementadas as ações de intervenção no rural.

Na sequência, é trazida a discussão a respeito da interação dessa diversidade de conhecimentos oriundos da prática, do dia a dia dos agricultores familiares, com os conhecimentos técnico-científicos levados por meio de ações de mediação social, a fim de entender as implicações geradas por esta associação destes ‘mundos’ dessemelhantes. Posteriormente, o capítulo é finalizado com a discussão sobre os atores, que dotados de agência, constituem os seus projetos, que se entendem como formas de articulação das práticas sociais. Esses projetos, nos quais estão envolvidos o ‘saber-fazer’ de agricultores e os conhecimentos técnico-científicos, são aqui denominados como ‘projetos heterogêneos’. Neste caso específico, o destaque fica com a agricultura de base ecológica, sendo compreendida como projeto heterogêneo construído pelos agricultores familiares e mediadores sociais envolvidos na pesquisa.

¹ Pensamento de autoria de André Gide, escritor francês que viveu entre 1869 e 1951.

2.1 MODERNIZAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO: PROCESSOS, POLÍTICAS E REDUCTIONISMOS

Na década de 1960, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi tomada de empréstimo daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas “ricas” ou “avançadas” industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também “ricos” e “avançados”, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. (ALMEIDA; NAVARRO, 1997, p. 36).

Considerando a contribuição do autor acima, o desenvolvimento tratava de encontrar as melhores formas de realizar a sua transferência dos países avançados para os menos avançados. Tal questão acabou provocando o desenvolvimento de diversas teorias que propunham a difusão de modelos de desenvolvimento do norte para o sul, do centro para a periferia, as quais fundamentaram inúmeros projetos e políticas.

Assim, pode-se dizer que, de modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam neoliberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como etapas que partem do desenvolvimento técnico-científico, passam pelo desenvolvimento socioeconômico, atingindo o progresso e o crescimento (ALMEIDA; NAVARRO, 1997).

Muitas vezes, a ideia de desenvolvimento é reduzida unicamente à modernização e, como consequência disso, os países do chamado Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de precoce modernização. Esse desenvolvimento, visto como uma meta que deveria ser pensada e aplicada de maneira uniformizante, ao ser levada como pacote pronto aos países em geral, desencadeou o ofuscamento das expressões e das originalidades locais construídas por características singulares de cada povo e cultura.

Para Almeida e Navarro (1997, p. 37),

[...] a fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um *processo* e o desenvolvimento uma *política*. A ideia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade.

No espaço rural, especificamente, referindo-se à agricultura, verifica-se como consequência do processo de modernização, o deslocamento dos distintos fatores de produção alicerçados pela localidade, como corrobora Ploeg (1992, p. 21): “[...] a agricultura se torna desconectada daqueles elementos estruturantes que inicialmente introduziram sua especificidade”.

A busca de produtividade e eficiência pela combinação do aumento de escala e aplicação de tecnologias modernas balizadas pela ‘inovadora’ ciência agrícola passaram a ser fatores, aparentemente, primordiais para os agricultores. Estes, no esforço de integrarem-se rapidamente ao mercado, acabaram por depender da compra de insumos para viabilizar seus ‘modernos’ processos de mercantilização.

Na região sul do Rio Grande do Sul não foi diferente. As políticas de desenvolvimento para a agricultura, adotadas nas últimas décadas, juntamente com a modernização que privilegiou os cultivos em larga escala em detrimento da agricultura familiar, favoreceram na região um intenso êxodo rural, já que os agricultores migraram em massa para as sedes urbanas dos municípios, em especial para a cidade de Pelotas, em busca de trabalho.

Além desse êxodo, essas políticas vinculadas à modernização favoreceram também uma significativa dependência dos agricultores que se mantiveram no campo aos processos ‘modernizantes’, como compra de maquinário, utilização de agroquímicos e, às vezes, sua inserção em cadeias produtivas integradas e longas, como a do fumo.

Em alguns municípios dessa região, em especial São Lourenço do Sul e Canguçu, o avanço do cultivo do fumo vem fazendo com que os investimentos econômicos realizados na agricultura sejam concentrados em torno desta única ‘matriz produtiva’. O volume de recursos financeiros gerados pela atividade é expressivo, porém a comercialização do fumo, bem como as normas e protocolos técnicos que orientam seu cultivo, são totalmente controladas pelas indústrias, que absorvem fatia significativa da renda gerada e estabelecem uma relação de dependência por parte dos agricultores familiares (SILVA, 2008).

Convém destacar que a modernização é um processo ainda em andamento nos espaços rurais da atualidade, muito embora venha recebendo constantes críticas, tanto em relação aos resultados gerados no presente, quanto às consequências destes no futuro, especialmente no que tange ao intensivo uso dos elementos naturais (EHLERS, 1999), além da dependência, sobretudo econômica, ocasionada pelo uso de técnicas e práticas insustentáveis, pelos agricultores familiares.

Ao dedicarem-se ao fumo, esses agricultores possuem seu tempo para outras atividades reduzido, o que é explicado através da demanda intensa de práticas com o cultivo.

Além disso, os agricultores também têm sua autonomia afetada, uma vez que ela lhes é retirada já que os agricultores ao inserirem-se na cadeia produtiva do fumo, dependem exclusivamente de grandes indústrias para diversas ações que vão desde a compra de seus insumos até a venda de seus produtos. E isto se torna crítico na medida em que a autonomia se constitui na base do direito desses agricultores de construir, segundo as especificidades de sua cultura, os processos de desenvolvimento no meio onde estão inseridos, podendo, assim, definir as prioridades e as estratégias mais adequadas para alcançar os objetivos que resultem em sua melhoria do bem-estar como definido por eles. Uma boa evidência é a fala de um dos agricultores:

Eu e minha mulher estamos trabalhando no fumo faz muitos anos, a gente não consegue sair! Plantar fumo mata o tempo da gente todo! Não dá tempo de plantar outras coisas, mas o problema é que não vale a pena plantar só o fumo. A gente manda o fumo pra firma e lá eles pagam o que querem, né. Não pagam o que vale. Os insumos são muito caros, um saco de adubo mesmo é muito caro... eu paguei num saco de salitre 90 reais... e outro adubo de cobertura é quase 70 reais, aqui na volta, se podia comprar por 40 reais, e a gente se obriga a fazer o pedido com eles. A gente não queria continuar com o fumo, não. Trabalhar assim é quase que nem escravidão! (ENTREVISTA 3).

Para além da insustentabilidade econômica, alguns cultivos (e o caso do fumo é emblemático neste sentido) realizados por meio de práticas e técnicas embasadas nesse processo ‘modernizante’ de desenvolvimento² (*i.e.* práticas de aplicação de agroquímicos, intensificação do uso de maquinário agrícola, instalação de monocultivos, dentre outras) também trazem como consequências implicações significativas sobre o ambiente, o que está diretamente associado à insustentabilidade ambiental. Neste sentido, alguns trechos da fala abaixo, pronunciada por uma das agricultoras entrevistadas, são reveladores:

A gente sempre plantou convencional, quando a gente resolveu começar com os ecológicos, o maior problema foi que a gente desde cedo trabalhou com ureia e com essas coisas de adubos convencionais que vão na terra, principalmente nas terras de fumo, por isso demorou muito pra nossa terra melhorar. No começo, quando a gente começou a plantar hortaliça sem veneno, a gente tirava hortaliça que não dava pra pagar nem as sementes que a gente usava pra plantar! Só depois de muita insistência foi que a gente conseguiu melhorar a terra, pra isso a gente trabalhou bastante com compostagem, adubação verde, essas coisas ecológicas. Se a gente seguisse com os adubos convencionais, sabe-se lá como nossa terra estaria hoje! (ENTREVISTA 4).

² Estas são as práticas e técnica associadas à chamada ‘agricultura convencional’.

Com resultados considerados problemáticos, como percebido pela agricultora citada acima, a premissa da modernização encontra correntes que, principalmente a partir da década de 1960, constatam que tal ‘modelo moderno’ não seria aplicável a todas as populações de maneira equitativa.

Concomitante, e reacionariamente, a essa constatação, assiste-se a tentativas de assimilação da problemática ambiental através de alternativas técnico-produtivas, tais como a natural, a permacultural, a ecológica, dentre outras (EHLERS, 1999). Dessa forma, o desenvolvimento de possibilidades tecnológicas para o estabelecimento de sistemas de produção agrícola menos impactantes e dependentes de insumos externos tem como objetivo essencial a minimização dos efeitos negativos percebidos nos modelos produtivos convencionais.

Essas alternativas técnico-produtivas são o que vem impulsionando alguns agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas a continuarem no campo sem depender das técnicas convencionais, como a aplicação de fertilizantes e pesticidas químicos, como pode ser visualizado a seguir na fala de um dos agricultores:

Plantar ecológico é um ciclo, tem que reaproveitar as coisas, diminuir os custos, inventar coisas, aprender com os outros e passar o que a gente sabe pros outros. Pra plantar ecológico, eu sempre tiro um monte de coisas da minha propriedade pra usar nas minhas plantações, tiro o esterco das galinhas e dos bois, eu faço compostagem com os restos de cascas e frutas, isso tudo é adubo! Uso as plantas daqui pra fazer os preparados pra matar as pragas das hortaliças, e, dessa forma, a gente vai arrumando alternativas pra não precisar dos venenos que acabam com o solo e com a nossa saúde. (ENTREVISTA 7).

Considerando-se que, durante significativo tempo, a lógica da intensificação da produtividade a partir de uso indiscriminado dos elementos naturais foi vista como referência única daquilo que era valorado como certo, a reivindicação por mudanças tecnológicas (como adaptações em função da problemática ambiental) torna-se um processo complexo. A reivindicação por transformações no modo de enxergar e de praticar a agricultura promove influências sobre as diversas formas de intervenção realizadas no rural, e são desempenhadas por diversos atores que interagem com os agricultores, sejam eles do poder público, de organizações não governamentais ou de lideranças comunitárias, das instituições de pesquisa, entre outros.

Essa inter-relação entre os agricultores e esses atores é constituída por uma série de vínculos sociais e de fluxos de conhecimento em torno da produção. Dessa maneira, as mudanças tecnológicas englobam não somente modificações nos padrões de produção, como também modificações nas dinâmicas sociais, nas formas com que os agricultores reagem e adaptam-se às mudanças tecnológicas e em que medida estas forças reconfiguram as relações locais (SABOURIN, 2001).

A partir deste olhar, é possível compreender que as transições tecnológicas não se referem simplesmente a mudanças nas estruturas técnicas, mas sim nas estruturas sociotécnicas como um todo, que inter-relacionam realidades materiais, sociais, simbólicas e institucionais inseridas em padrões que abrangem distintos níveis (PLOEG et al., 2004), cujas dinâmicas de mudanças devem ser entendidas como processos de aprendizagem que envolvem atores diversificados (MARQUES, 2009).

Pinheiro (2010), ao pesquisar as transformações sociais e técnicas e a formação de uma rede de produção de base ecológica localizada no extremo sul do Brasil, principalmente nos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, discute que essas transformações possuem como vínculos, além dos aspectos sociais e técnicos, os aspectos econômicos, ambientais e cognitivos. A autora considera que os conhecimentos acumulados sobre determinados ambientes e práticas, assim como as estratégias de trabalho nesses ambientes são fatores que direcionam diversas classes e/ou grupos sociais a reivindicarem e buscarem mudanças tecnológicas para a melhoria de suas condições de vida.

Dessa forma, com o objetivo de dar novo sentido a realizações de técnicas e práticas utilizadas na agricultura familiar, assim como o processo de sua integração aos mercados, a CPT e o CAPA trabalharam³ com ideias e ideais que se opunham ao padrão ‘modernizante’. Em meados da década de 1980, essas organizações iniciaram um trabalho em conjunto de apoio e incentivo à agricultura ecológica junto aos agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, por meio de cursos de formação, visitas a Centros de Agricultura Ecológica e implementação de experiências locais, com trabalhos de referência em unidades familiares dos municípios. É importante salientar que essas duas organizações,

³ Apesar de participar juntamente com o CAPA no início dos trabalhos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, pautados sobre ideais de produção ecológica de alimentos, a CPT adquiriu maior destaque na atuação desses trabalhos apenas até meados dos anos 1990. Atualmente, a CPT ainda participa de espaços de discussão como o Fórum da Agricultura Familiar, porém, não participa mais, diretamente, com assistência, técnica e organizacional aos agricultores dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, transmitindo essa função ao CAPA. Isso pode se explicar pelo fato do CAPA possuir mais recursos financeiros e pessoas especializadas para desempenhar tais atividades.

com o decorrer dos anos, criaram vínculos com outras organizações a fim de congregarem atores sociais distintos na realização desse trabalho com os agricultores familiares dos municípios em questão. Um exemplo disso pode ser visualizado no fato de que desde 2001 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Clima Temperado vem trabalhando, além de juntamente com o CAPA e com a CPT, com outras organizações como a UNAIC, a COOPAR e a Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL), no sentido de construir redes sociotécnicas voltadas a elaboração de projetos que visam incentivar a agricultura de base ecológica.

Com o desenvolver do trabalho baseado em técnicas alternativas no manejo dos cultivos, integrando os princípios de preservação ambiental com rendimentos satisfatórios na produção de alimentos, essas organizações, especialmente através de assessorias, contribuíram para a organização dos agricultores familiares e a comercialização adequada de seus produtos. Os avanços passaram a conferir maior renda às famílias, em função do reconhecimento da diferenciação de sua produção ecológica.

O contato dos agricultores com essas organizações, a fim de buscar alternativas ao padrão modernizante de agricultura, é um dos elementos que contribui para a mudança de entendimento sobre a eficiência de uma unidade de produção agrícola, ampliando o foco também para as questões políticas e sociais. Tais aspectos contrariam a convencional eficiência medida por meio de parâmetros puramente econômicos, fazendo com que os demais aspectos da vida social passem a ser compreendidos como fundamentais.

Na análise dessas realidades, é perceptível compreender que através dos processos homogeneizadores, comandados pela produção em grande escala que visa prioritariamente taxas máximas de lucro, e que se irradia pelos diferentes países, sobressaem os custos ambientais e, principalmente, os sociais. Todavia, o padrão produtivo capitalista, associado aos processos modernizatórios, busca expandir-se tanto sobre o espaço urbano, quanto sobre o rural, e ao se depor, se estabelece de forma desigual nas localidades, já que estas apresentam características intrínsecas próprias, historicamente construídas, além de diferenciadas formas de interação com as esferas políticas, técnico-científicas, econômicas e ambientais.

Esta relação dialética resulta numa disparidade acerca das possibilidades de desenvolvimento rural, ou seja, em meio a tendências modernas homogeneizantes, a riqueza de relações envolvidas nas estratégias de sobrevivência desses agricultores, gera o contrário, um espaço rural repleto de diversidades. Neste sentido, Sabourin (2001) enfatiza que a interpretação da complexidade das relações que permeiam a vida dos agricultores permite

incluir, também, os diferentes interesses e concepções em disputa, assim como as relações sociais de proximidade marcadas pela reciprocidade e pelas trocas técnicas.

2.2 O CONHECIMENTO LOCAL E O CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Em torno das ações para o desenvolvimento, neste caso, especificamente falando em desenvolvimento rural, dois mundos dotados de culturas, universos de significações e sentidos distintos entram em contato, quando duas configurações de representações opostas se confrontam. De um lado, as representações dos destinatários, as populações-alvo, de outro, a configuração de representações das organizações que trabalham com projetos e programas de desenvolvimento e seus operadores (SARDAN, 1995).

Através das tentativas de transferência de saber-fazer, estes dois conjuntos de significações entram em relação, gerando um confronto entre os conhecimentos técnicos (provenientes de um sistema de conhecimentos originado da tecnociência) e os conhecimentos locais, podendo estes ser técnicos ou não. Os conhecimentos técnico-locais constituem estoques de conhecimentos pragmáticos, operacionais para os agricultores, que cobrem todos os domínios da prática social: da gestão à pedologia, da climatologia à saúde, etc. (SARDAN, 1995).

As racionalidades em que se baseiam os conhecimentos técnico-locais são variáveis, envolvendo desde técnicas até magia e religião. Tais conhecimentos são subjazidos por procedimentos locais fundamentalmente pragmáticos, o que se pode observar, por exemplo, na agricultura, na qual o caráter ‘técnico’ do saber-fazer foi desde muito evidenciado. Muitos sistemas de produção locais se revelam como modelos de adaptação às dificuldades do meio.

Estes conhecimentos permitem interpretar as práticas e torná-las significantes. Para isto, são variáveis, múltiplos, heterogêneos e desigualmente distribuídos, segundo o sexo, a idade, o estatuto, o meio social próximo, a trajetória pessoal. Eles se transformam, evoluem e não são, por conseguinte, somente conhecimentos ‘tradicionais’. Incorporam aquisições de contatos anteriores tanto com os agricultores vizinhos como com os conhecimentos técnico-científicos. Contrário à ideia de que conhecimentos locais são equivalentes à tradição e à rotina, destaca-se, frequentemente, o caráter de inovação dos conhecimentos locais (SARDAN, 1995).

Esse dinamismo dos conhecimentos não se refere somente ao meio natural, mas também ao meio social, aos poderes políticos locais, ao saber-fazer adquirido através dos trabalhos de intervenção de organizações voltadas ao desenvolvimento local.

Podendo o conhecimento local também ser técnico, algumas das numerosas características que o diferenciam do conhecimento técnico-científico referem-se ao fato de que aqueles são localizados, contextualizados, empíricos, enquanto que estes são uniformizados e formalizados, além de que os conhecimentos técnico-locais são aplicados pelos próprios agricultores, enquanto que os conhecimentos técnico-científicos são difundidos pelos mediadores sociais para as populações locais, as quais, na maioria das vezes, não utilizarão tal conhecimento como lhes foi transmitido.

É importante destacar que durante os processos de contato e interação desses conhecimentos, por intermédio de projetos e programas voltados ao espaço rural, eles heteroginizam-se. Diversos elementos se conectam neste processo através do qual os atores geram novas informações a partir de seus repertórios cognitivos.

No entanto, é fundamental esclarecer que se compreende que a interação de ambos os conhecimentos não gera um terceiro conhecimento. Ao contrário, essa relação dinâmica entre saberes, proporcionada por situações de interface, faz com que conhecimentos sejam reconstruídos socialmente em um encontro de horizontes entre diferentes atores específicos.

Nessas situações de interface, os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação, que abrem espaços não somente de conflito e confronto entre diferentes tipos de estilos de vida, instituições e diversos interesses econômicos, mas também de pontes que possibilitam diversos graus de acomodação (GUIVANT, 1997).

Considerando, então, que os conhecimentos são transformados reciprocamente entre distintos atores, a tarefa de estabelecer delimitações sociais rígidas entre eles torna-se árdua e, possivelmente, inválida, uma vez que esta distinção é vista como problemática. Atores dotados de conhecimentos têm capacidade de criatividade e experimentação, como também habilidades de continuamente absorver e retrabalhar ideias e tecnologias, de forma que é praticamente impossível caracterizar um elemento particular como pertencendo à ciência dos agricultores ou àquela dos técnicos e dos cientistas.

Portanto, de acordo com Long e Ploeg (1994, p. 83),

[...] o encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve a transformação ou a tradução de conhecimentos existentes e a fusão dos horizontes, isto é, a criação conjunta de conhecimentos e a interpenetração da vida e dos projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, cientistas, políticos etc.

Uma significativa contribuição de estudos realizados, baseados principalmente na antropologia e sociologia do conhecimento, propõe o rompimento da demarcação rígida que se supunha existir entre o conhecimento ‘verdadeiro’, científico, e o conhecimento local, não científico, por vezes, tratado como ingênuo ou errôneo. Esta visão permite compreender que nem o conhecimento intitulado científico é tão seguro e verdadeiro, nem o conhecimento local é necessariamente errôneo.

De fato, o passar do tempo mostra que a ciência não se mostrou tão certa e segura das suas afirmações – o que parecia verdadeiro em um determinado contexto histórico revelou-se falso em outras condições. A ciência teve que levar em conta as incertezas e o próprio questionamento à sua verdade, elaborados fora e dentro do seu âmbito. Nas condições atuais, essa incerteza, que gera insegurança, atinge a experiência vivenciada, o cotidiano das pessoas (SILVA, 2005).

Segundo Giddens (1991), à sociedade atual, denominada por ele como “reflexiva”, na qual as práticas sociais são enfocadas, organizadas e transformadas à luz do conhecimento, constantemente renovado sobre estas próprias práticas, a especialização é algo intrínseco. O aprofundamento sobre um conhecimento específico ou desenvolvimento de alguma prática está intimamente relacionada a um mundo de alta reflexividade, onde o conhecimento local é informação reincorporada, derivada de sistemas de um ou de outro tipo. O conhecimento científico especializado está aberto à reapropriação de qualquer pessoa com tempo e recursos necessários para ser instruída, e a prevalência da reflexividade institucional significa que há uma contínua triagem de teorias, conceitos e achados especializados em relação à população leiga. Dessa maneira, na sociedade reflexiva, o conhecer não significa estar certo, ou seja, o conhecimento está sempre sob dúvida e incide sobre as práticas sociais e estas sobre o mesmo ciclicamente.

A característica reflexiva da sociedade indica a possibilidade de uma contínua geração de autoconhecimento sistemático, o qual, em geral, desestabiliza a relação entre conhecimento leigo e conhecimento científico. O conhecimento (científico e leigo), quando relacionado à atividade social, é influenciado por inúmeros fatores, dentre estes, pelo “poder diferencial” (GIDDENS, 1991), o qual significa a capacidade individual, ou de grupos, de se apropriar do conhecimento científico. Ou seja, a apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea, o conhecimento é diferencialmente disponível para aqueles que estão em posição de poder, que são capazes de colocá-lo a serviço de interesses específicos, como por exemplo, interesses políticos (SILVA, 2005).

O conhecimento científico pode insurgir através de tentativas e erros, e as pessoas e civilizações sobreviveram, e ainda sobrevivem, à custa de conhecimentos práticos e tradições acumuladas ao longo do tempo, sem uma base dita científica. Porém, apesar do esforço em compreender o conhecimento de maneira não dicotômica (certo e errado), atribuindo ao conhecimento local valor e reconhecimento, é necessário dizer que a legitimação dos saberes construídos fora dos cânones da ciência ainda se constitui em um árduo caminho. No caso dos agricultores familiares de Pelotas e São Lourenço do Sul que trabalham com agricultura de base ecológica, o acesso a políticas públicas, a consolidação de mercados alternativos para seus produtos, dentre outros benefícios, foi alcançado, em boa medida, por meio da legitimação sócio-política do seu saber-fazer, atribuída pelo respaldo da tecnociência.

Anteriormente à introdução dos projetos idealizados pela CPT e pelo CAPA, alguns dos agricultores já trabalhavam em suas lavouras com base em princípios de uma agricultura menos agressiva à natureza, levando em consideração a proteção dos elementos naturais e a conservação do ambiente. O uso de maquinário pesado, de cultivares transgênicas, dos fertilizantes de alta solubilidade e dos agroquímicos, já nesta época, não faziam parte da realidade de alguns dos agricultores familiares vinculados à Cooperativa Sul Ecológica. Fenômeno induzido em parte em função dos altos custos da incorporação dessas práticas, ou, em alguns casos, por questões de ideais e valores. Vale observar a fala de uma dessas agricultoras, ao se referir a mudanças produtivas após o vínculo com a cooperativa:

O pai sempre foi ecológico, só não sabia que tinha esse nome. Depois que a gente foi saber que era assim que se dizia. Tem gente que usava outras coisas, aqui não teve muitas mudanças porque a gente já era assim. Tudo o que o pai vendia na feira, era tudo colhido aqui, era tudo sem veneno [...] o pai sempre disse: veneno na minha terra não! Ainda mais que a parte do pai é mais pra baixo onde tem as águas. O pai sempre se preocupou em não poluir essas águas aqui. (ENTREVISTA 10).

Considerando a ampliação da produção de alimentos pelo desenvolvimento da agricultura de base ecológica como um projeto no âmbito da atuação da CPT e do CAPA, pode-se dizer que, com sua execução, o fluxo de conhecimento técnico-científico em direção aos agricultores foi se ampliando gradativamente. Deste processo, decorreram negociações, adaptações e transformações de ordem técnica, estratégica, organizacional, dentre outras.

Em outras palavras, o projeto colocado em prática por esses agricultores em conjunto com as organizações trata de uma construção alicerçada pela diversidade de conhecimentos

advindos dos próprios agricultores, assim como dos mediadores sociais. Na dinâmica deste processo é que vem sendo angariada a legitimação sócio-política dos conhecimentos locais.

No entanto, há expressões de limites neste processo de valorização dos conhecimentos locais e encontros de conhecimentos; há interesses e influências da tecnociência, muitas vezes, orientadores das instituições prevalentes. Neste sentido, vai se tornando importante entender situações de interface que podem ser identificadas na relação entre o conhecimento local (agricultores familiares) e técnico-científico (mediadores sociais).

2.3 MEDIAÇÕES E SITUAÇÕES DE INTERFACE SOCIAL

A assistência técnica e extensão rural, no contexto brasileiro, surgiu no final da década de 1940 e intensificou-se nas décadas de 1960 e 1970, com a “modernização conservadora”. No contexto da modernização, a extensão rural brasileira foi desenvolvida como um projeto educativo para o capital, mesmo que, em alguns momentos, ela tenha se aproximado dos agricultores familiares, seu foco principal foi a questão tecnológica baseada na especialização, no uso de insumos não-renováveis e de máquinas agrícolas, criando laços de dependência cada vez mais atrelados entre agricultores e mercado (FONSECA, 1985).

Durante a modernização da agricultura brasileira, os serviços de extensão rural tinham um comprometimento maior com aqueles agricultores que lhes dessem um retorno imediato, no sentido de adoção de tecnologias, restando aos agricultores que não tinham condições para tal, o esquecimento por parte do Estado.

Muitos técnicos envolvidos com extensão rural tiveram papel fundamental na difusão das tecnologias voltadas à modernização. Na reprodução do conhecimento técnico-científico, baseando-se nos padrões que vieram com a modernização e trabalhando de forma assistencialista, acabaram por desconsiderar trajetórias, experiências e conhecimentos dos agricultores com os quais trabalhavam.

Diante desta realidade, uma demanda importante gerada pelos agricultores familiares foi por reformulações, principalmente no desenvolvimento de ações voltadas à assistência técnica e extensão rural. O objetivo dessas reivindicações era de fazer com que estas ações considerassem a diversidade das populações rurais, partindo do princípio de que a maioria das

organizações que trabalhava com desenvolvimento no espaço rural formava o mediador social⁴ para a missão de porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, esquecendo ou ocultando a tarefa de conhecer diversidades, compreender e inter-relacionar diferentes saberes, funções inerentes ao exercício de mediação social.

É importante ressaltar que o termo mediação social abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação e investimentos na construção de interdependências entre o pontual e o universal, intervindo na reordenação e transformação da vida social. Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos, como universos sociais, aqui, em especial, o universo de extensionistas rurais e de agricultores (NEVES, 2008).

Ao contribuir intencionalmente na transformação da vida social, a mediação pode ser também técnica e abranger modalidades de prestação de serviços ou de processos de intervenção social e técnica. Deste modo, parte das ações do CAPA e da Cooperativa Sul Ecológica podem ser assim consideradas.

Nesta função de abarcar processos de intervenção, a mediação social equivale à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo interações sociais que agregam redes de interseção, interesses e conflitos, como foi o caso do processo de negociação entre agricultores e mediadores sociais, para a reformulação de políticas e de ações voltadas ao desenvolvimento rural, que considerassem as diversidades desse espaço (NEVES, 2008).

Desta maneira, é possível verificar que a mediação social faz-se necessária ao longo de todo processo de intervenção (LONG, 2007). Do mesmo modo, a intervenção, seja ela social ou técnica, muitas vezes, está imbricada nas práticas de mediação social. Assim sendo, a utilização do termo mediação social tanto se refere às práticas realizadas pelo CAPA e pela Cooperativa Sul Ecológica no contexto das mediações técnicas, como no âmbito da intervenção social e técnica.

É fato que os mediadores sociais convivem constantemente com a gestão de conflitos, visto que o espaço rural e agrícola é o resultado de frequentes negociações entre os atores envolvidos nos mais diversos processos que ali se realizam. Este processo coloca em destaque

⁴ Como exemplos de mediadores sociais, pode-se citar: representantes de organizações não governamentais (ONGs), de associações de agricultores, de instituições de extensão rural e de pesquisa tecnológica, de empresas, de universidades, das igrejas, da EMATER, da EMBRAPA, dos sindicatos e de organizações comunitária (DEPPONTI; ALMEIDA, 2008).

que as iniciativas desses agricultores, muitas vezes, autônomas e resistentes a práticas e técnicas que lhes chegam através de ações de mediação social, permitem reconfigurar o espaço social e material, provocando readaptações, recriações e transformações, inclusive, no próprio processo de mediação social que lhes envolve.

A fala abaixo, proferida por uma agricultora, demonstra as limitações dessa troca de conhecimentos estabelecida entre agricultores e mediadores sociais, e a busca por outras estratégias, que não somente a assistência técnica advinda das organizações atuantes na região:

Da última vez que os técnicos vieram aqui, eles trouxeram pra gente usar um adubo ecológico que veio não sei da onde, mas não deu muito resultado não. Agora, eu faço uma correção de solo com adubo que eu mesmo produzo por conta, com feijão de adubo verde e com o esterco das minhas galinhas, vou colocando na terra por conta, eu mesmo fui aprendendo com o dia a dia na lavoura, se o solo não está bem, a gente tem que ver o que faz. Como a gente mora e vive daqui, a gente sabe de coisas que os técnicos, às vezes, não sabem. A gente também conversa com outros agricultores da região, a gente aqui se comunica, quando um colhe uma coisa lá e a gente quer colher aqui, ou quando um não tem ferrugem por que faz alguma coisa, a gente troca informação. Uma coisa que eu aprendi nessa vida de roça é que a planta diz pra gente onde ela vai melhor. Se ela não vai bem num lugar a gente troca de lugar e tenta de novo, se não muda de cultura, coisa incrível! A gente sofre, aprende, perde, mas vive fazendo o que gosta. (ENTREVISTA 1).

As estratégias adotadas pelos agricultores no intuito de solucionar problemas relacionados à produção, desde condições ecológicas e demográficas até condições econômicas e políticas, combinam diversas formas de domínio social, como grupos de trabalho, Estado, instituições, entre outras (LONG, 2001).

Long (2007) aponta que, para compreender as diferentes interpretações de mundo dos atores sociais, é necessário considerar a distinção dos atores envolvidos com base em suas identidades, interesses e perspectivas, bem como as relações que se constroem entre os envolvidos. Assim, no âmbito da pesquisa em Pelotas e São Lourenço do Sul, compreende-se que as relações envolvidas nos processos de mediação social envolvem esferas para além de quesitos técnicos-produtivos, como revela o olhar de um dos técnicos, que poder ser percebido na fala transcrita abaixo:

O principal do nosso trabalho como técnico é organizar as reuniões de núcleo periódicas e as atividades paralelas como cursos, palestras. Nosso objetivo é, mais pra frente, fazer intercâmbios entre os núcleos que eles querem conhecer, pra eles trocarem informações entre eles também, né [...]. Mas, é aquela coisa, eu vejo que muita coisa o agricultor quer escutar da boca do técnico, mesmo ele sabendo de todos os processos da propriedade, na verdade, tem coisa que ele escuta só por escutar, porque no fim acaba fazendo do jeito dele. Nosso trabalho, às vezes, é muito mais com o fator emocional do que técnico. Muitas vezes, acaba que trabalhamos com outras questões que fogem da esfera de produzir [...], vai muito além do que era a difusão de tecnologias. E, aí, acho importante que se tenha no horizonte essa ideia, o papel do técnico vai além da porteira. A gente sente que a presença do técnico é fundamental para o incentivo dos agricultores. Mesmo o agricultor não tendo essa dificuldade de produzir, o técnico tem que estar ali, tem que se fazer presente nessa relação de parceria. (ENTREVISTA 19).

É interessante observar que o mediador social entrevistado realça a diversidade de sua identidade, como técnico, animador, parceiro. Sua identidade se constrói na medida em que, além da assistência técnica, ele leva ao agricultor estímulo e confiança para construir alternativas de sobrevivência no meio rural.

Como visto anteriormente, na fala da agricultora, o saber-fazer, a vivência com o campo e o trabalho naquele determinado espaço proporcionam ao agricultor bases mais sólidas para saber o quê se adapta melhor às suas técnicas de produção. Porém, o conhecimento técnico que chega aos agricultores por meio da assistência técnica pode ser uma forma de ratificar o que o agricultor já sabe. O direcionamento das decisões e estratégias dos agricultores familiares tem como prioridade a preferência de valores, conhecimento disponível, recursos e relacionamentos como fatores-chave.

Como esteio à finalidade de compreender tal complexidade das populações rurais, é trazida à discussão a noção de “interface” utilizada na distinção de mundos de vida presentes em situações de intersecção de mundos sociais. Essa noção utilizada por Long e Ploeg (1989) caracteriza os diversos tipos culturais e organizacionais que são reproduzidos e transformados no contato entre os ‘mundos’ envolvidos no processo de mediação social.

A interface é uma noção interessante na exploração e entendimento de problemas de diversidade social e cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas. A interface identifica-se como o contato face a face entre indivíduos com diferentes interesses, recursos e poderes. Tais contatos são assuntos centrais na compreensão da implementação das políticas de desenvolvimento rural (LONG, 1988, 2001).

Muitas vezes, dos interesses e objetivos incongruentes entre o mediador social e o agricultor surge a possibilidade de transformações nas percepções e metas de ambos, fazendo das situações de interface processos importantes no estabelecimento de relações sociais e na

construção compartilhada de significados. A fala de um dos mediadores entrevistados exemplifica essa possível dinâmica de mudanças recíprocas:

[...] é um aprendizado mútuo sabe... Ao mesmo tempo que eu posso passar alguns conhecimentos pros agricultores, não só da área de Agronomia né, mas de organização social, lutas pelos seus direitos[...], eles podem me ensinar coisas da vivência deles com a terra. Quando a gente vê, o agricultor sabe mais do que a gente numa coisa e a gente mais sobre outra coisa. A gente vai mudando com o tempo nossos pontos de vista, tanto eu, como ele [...]. (ENTREVISTA 19).

Essas transformações que ocorrem nas vidas desses diferentes atores promovem a construção de conhecimentos heterogêneos, os quais não se apresentam de maneira que possa ser mensurado em termos qualitativos ou quantitativos. A construção deste conhecimento envolve lutas entre atores na tentativa de envolver os outros em seus projetos (LONG, 2001). Assim, as práticas em mediação social criam situações de interface, de modo que, frequentemente, o mediador depara-se com o conflito entre os seus próprios interesses, os interesses do grupo assistido e os interesses da instituição a qual pertence.

Das práticas da vida social cotidiana, envolvendo as estratégias dos atores, das manobras, dos discursos, das lutas e das distintas identidades emerge um emaranhado de ações e relações sociais que tanto demandam conhecimentos, como geram processos de aprendizagem. Assim, desde a internalização até a reconstrução de conhecimentos, é fundamental reconhecer que há uma multiplicidade dos atores envolvidos, uma diversidade de fontes, de tipos de conhecimento e das informações disponíveis, e que todos estes elementos contribuem para dar origem aos denominados projetos heterogêneos.

2.4 AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA, UM PROJETO HETEROGÊNEO

Em termos gerais, a noção de agência⁵ atribui ao ator (individual ou grupo social) a capacidade de processar a experiência social e traçar caminhos alternativos para o enfrentamento das situações problemáticas, sob diversificadas formas de coerção. Não sendo

⁵ Um dos primeiros autores a tratar sobre esta noção foi o sociólogo inglês Anthony Giddens (1984).

somente o simples resultado da posse de certas habilidades cognitivas, poderes persuasivos e formas de carisma, a noção de agência requer a organização de capacidades e a estratégica geração/manipulação da rede de relações sociais (LONG; PLOEG, 1994).

Essa noção permite a compreensão do desenvolvimento de formas sociais diferentes dentro de condições idênticas ou circunstâncias semelhantes, inserindo-se, juntamente com domínios, arenas e projetos, no cerne da Perspectiva Orientada ao Ator. Delineando a ideia de agência está a capacidade do ator social, através de experiências, suas e dos outros, de controlar habilidades relevantes como o acesso aos recursos materiais e não materiais (LONG, 2001). Essa capacidade do ator social relaciona-se com o grau de reflexividade na interpretação de ações que ele realiza.

A agência está relacionada à capacidade de fazer as coisas e não somente a intenção. Essa aptidão está comprometida com as práticas de organização social nunca centrada no indivíduo-ego. Os atores manifestam a sua agência na rede de relações, sendo uma capacidade exercitada na relação social. Esse processo se forma nas práticas organizativas, tendo seus limites demarcados por convenções sociais, valores e relações de poder (LONG, 2001). Os indivíduos e grupos têm intenções e podem estar cientes da razão que os levam às práticas sociais. Dessa forma, os atores podem ser reflexivos, tendo a capacidade consciente de refletir sobre suas escolhas, em suma, a possibilidade de entender o que fazem enquanto fazem (GIDDENS, 1989).

Com isto fica reforçada a ideia de que os atores são detentores de conhecimento e capacidade, mesmo possuindo limites no acesso às informações e restrições físicas, normativas e político-econômicas. Os atores atuam no fluxo de eventos sociais em seu entorno, procurando resolver problemas e montar para isso estratégias através da observação e da reação ao comportamento dos outros atores (GIDDENS, 1989). A construção realizada pelos atores assenta-se em uma perspectiva de realidade múltipla que intercambia experiências e cultura. Ou seja, a habilidade de agência requer organização e capacidade organizativa ou estratégica, de maneira a permitir ao ator exercer influência dentro de redes⁶ de relações sociais (GUIVANT, 2002).

Os “domínios” são áreas da vida social que estão organizados por referência a um núcleo central. Trata-se de espaços que possuem regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social e representam valores compartilhados pelos atores sociais. Como

⁶ As redes sociais são compostas de um conjunto de relações e intercâmbios diretos e indiretos. Os ‘nós de rede’ podem ser indivíduos ou grupos organizados. Essas são formadas no tempo e podem constituir diferentes tipos voltados para fins particulares, por exemplo, uma rede de informações (LONG, 2001).

exemplos se podem pensar nos domínios de família, do mercado, do Estado, de grupos, da produção e do consumo. Os domínios são essenciais no entendimento sobre ordenamento social, regulação, disputa de valores sociais, autoridade, poder e de como são criadas as fronteiras sociais e simbólicas (LONG, 2001).

Já, “arena” pode ser interpretada como situação social na qual os atores sociais confrontam-se entre si, mobilizam as relações sociais e utilizam discursos com finalidade de alcançar objetivos específicos. No processo que se dá nas arenas, os atores utilizam seus domínios particulares para apoiar seus interesses e disposições. Às arenas estão imbricados os elementos que constituem e habilitam as opções e os espaços de manobra dos atores sociais (LONG, 2001).

No campo das ciências sociais, a condição para tornar um "debate público" um campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo (FUKS, 1998). Isso implica conceber a vida social e política como arena argumentativa, onde os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate.

Todo esse processo é sediado no ‘sistema de arenas públicas’ (HILGARTNER e BOSK, 1988), onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Nota-se, portanto, que o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de ação e de debate. (FUKS, 1998, p. 89).

A noção de arena pode ser aplicada na análise de processos de desenvolvimento, principalmente nas intervenções que ocorrem em um conjunto de arenas entrelaçadas. Cada projeto do ator, socialmente constituído, é articulado com projetos, interesses e perspectivas de outros atores individuais e coletivos dentro de um complexo de arenas entrelaçadas. Na construção dos projetos, os atores lançam mão de estratégias na antecipação de ações de outros atores, entretanto, ainda que haja um projeto, este guarda heterogeneidades internas e consensos provisórios. Deste modo, os atores no exercício de sua capacidade de agência, a partir dos domínios construídos, constituem, em arenas específicas, os seus projetos que podem ser entendidos como formas de articulação das práticas sociais (Figura 2).

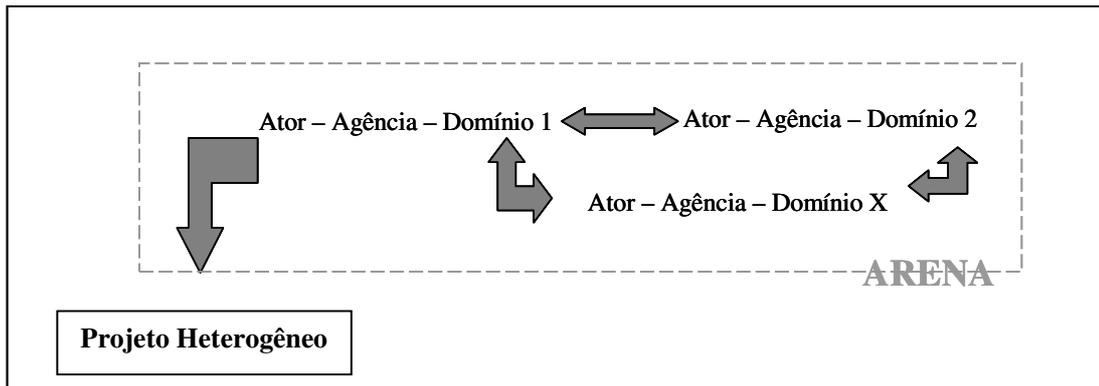


Figura 2 - Relação entre ator, agência, domínio e arena na construção dos projetos heterogêneos

Fonte: Elaborada pela autora.

Partindo-se, então, da análise dos processos de construção de projetos em Pelotas e São Lourenço do Sul, compreende-se que diferentes agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola e que, muitas vezes, esses projetos resultam em modelos de ação, que podem ser compreendidos, de certo modo, como respostas a outros projetos formulados.

Os projetos relacionados à produção de alimentos a partir da agricultura de base ecológica, iniciados pela CPT da Diocese de Pelotas e pelo CAPA, em meados da década de 1980, ao serem transmitidos para os agricultores, foram sendo adaptados e reconstruídos, originando um projeto que contém características provenientes tanto das organizações que o iniciaram quanto dos agricultores que o receberam.

Dessa forma, os agricultores, dotados de agência, a partir de seus domínios construídos, nos âmbitos de suas famílias e dos grupos organizados do quais faziam parte, ao relacionarem-se com os atores sociais CPT (cujo domínio abrange grupos religiosos envolvidos nessa Comissão) e CAPA (cujo domínio corresponde ao grupo de mediadores sociais envolvidos com essa ONG), constituem em arenas específicas projetos heterogêneos. Arenas essas que se pode identificar pelos processos de negociação da prática de uma agricultura que agredisse menos a saúde humana e o ambiente, a partir dos quais os seus projetos, em especial, o da agricultura de base ecológica foi sendo construído. Alguns dos princípios básicos identificados, durante a pesquisa, como influências neste projeto construído pelos atores na região em questão estão sumarizados no Quadro 1.

Com o passar dos anos e as visíveis consequências globais de uma modernização agrícola desenfreada, o homem viu a necessidade de buscar formas de trabalhar com formas de agriculturas que não agredissem a natureza da maneira como vinha sendo feito até então. Com o objetivo de fazer com que os elementos naturais fossem ‘poupados’ para gerações vindouras, muitos países abriram espaço para formas alternativas de agricultura, em resposta à ‘convencional’.

Dessa maneira, a chamada agricultura alternativa contemplava uma série de diferentes estilos de agricultura, mais ou menos difundidas pelo mundo como: agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura biodinâmica, permacultura, agricultura natural, dentre outras. Cada um destes estilos seguia, e segue até hoje, particularidades tecnológicas, filosóficas e normativas que lhes conferem diferenças de estilo entre si, mantida em comum a ideia da sustentabilidade, especialmente a ambiental.

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, emerge a Agroecologia, apontada como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL, 2004). Os princípios trabalhados pela Agroecologia têm inspirado em alguma medida o estabelecimento de caminhos para a construção da agricultura de base ecológica ou sustentável.

“Agricultura de base ecológica” revela a intenção de diferenciar as formas de agricultura resultantes da aplicação dos princípios agroecológicos, do modelo de agricultura convencional, a qual faz uso de agroquímicos e que, reconhecidamente, é dependente de recursos naturais não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo.

Sob a nomenclatura ‘base ecológica’ também se tenciona designar as ‘agriculturas alternativas’ que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente lançam ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico (CAPORAL, 2004).

Especificamente, nos estudos que compõe este trabalho, a agricultura desenvolvida pelos agricultores é denominada por eles de variadas formas, dentre as quais, produção orgânica, agroecológica e, principalmente, agricultura de base ecológica. Nas organizações às quais esses agricultores estão vinculados (Cooperativa Sul Ecológica e CAPA), os termos mais utilizados atualmente são produção agroecológica e agricultura de base ecológica. É importante ressaltar que a utilização de ambos os termos vem acompanhada de ideais e princípios de produção baseados em relações harmônicas entre o homem e seu espaço natural, minimizando o impacto das atividades agrícolas no ambiente e ampliando os benefícios da agricultura para além do espaço rural.

Dessa forma, nesta pesquisa, a agricultura desenvolvida pelos agricultores familiares é retratada como ‘agricultura de base ecológica’, já que, ao mesmo tempo em que o termo dá visibilidade ao sistema de produção agrícola desenvolvido com base nos princípios apresentados acima, ressalva seu potencial de sustentabilidade.

Quadro 1- Breve passagem sobre a “Agricultura de Base Ecológica”

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que as respostas aos problemas apresentados à sociedade sobre as questões da insustentabilidade das práticas envolvidas no modelo de agricultura ‘convencional’ variam em forma e intensidade, e têm gerado a disseminação de conceitos e métodos, antes aplicáveis mais restritamente ao campo da ecologia, para um público maior que aqueles restritos aos círculos acadêmicos. Deste modo, a geração dessas respostas, construídas também pela sociedade leiga (não científica), é o que caracteriza a diversidade de estilos, que, de acordo com suas características regionais ou locais, produzem diferentes

conceituações e (re)significações na agricultura de base ecológica. Entretanto, apesar dessas (re)significações serem bem diversas, elas possuem como referência um pensamento comum, pois, esta agricultura nasce com a ideia de construir alternativas à degradação do ambiente e produzir alimentos saudáveis (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000).

Esse pensamento comum indica que o mais interessante a se observar no contexto desta pesquisa não é a degradação ambiental e a crise do modelo de agricultura propriamente ditas, mas a construção de uma consciência sobre tais questões, com a ampliação do debate na sociedade sobre as práticas de agricultura e formas de desenvolvimento. Essa ampliação do debate parece ter conduzido parte dos agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas a participarem ativamente da construção do projeto heterogêneo em questão. Um diagrama simplificado representando a construção deste projeto heterogêneo, que é a agricultura de base ecológica, está na Figura 3.

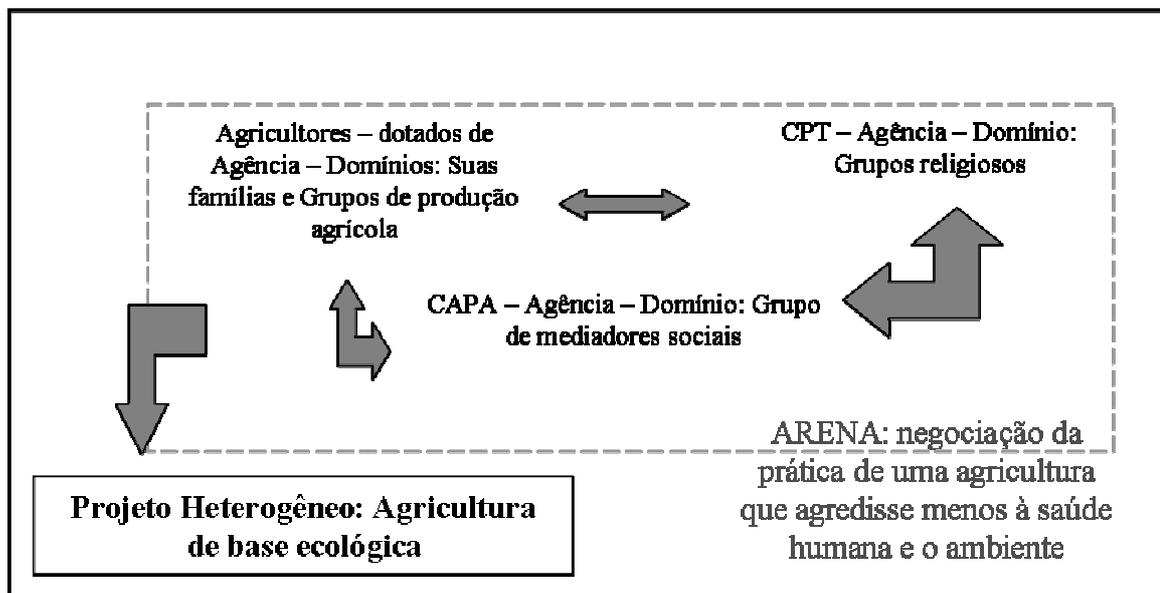


Figura 3 - Diagrama representativo da relação entre atores, agência e domínios na arena estabelecida no processo de construção do projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica entre atores sociais de São Lourenço do Sul e Pelotas

Fonte: Elaborada pela autora.

As alternativas técnico-produtivas ‘novas’, trazidas no bojo do desenvolvimento de uma agricultura de base ecológica, se baseiam, também, na retomada e adaptação de alguns ‘velhos’ costumes e práticas locais dos agricultores, como por exemplo, a melhoria das

condições do solo com incorporação de compostos naturais disponíveis localmente, ato que foi aperfeiçoado por meio da adoção de práticas específicas como a compostagem, a vermicompostagem,⁷ a utilização de adubação verde, entre outras.

Como lembram Arce e Long (2000, p. 14),

[...] pessoas não experenciam a chegada da modernidade como uma desintegração dos seus velhos mundos, marcados por um estabelecimento de um novo e puro código de comunicação e racionalidade não problemático. Ao contrário, elas visualizam a realidade como feita de misturas das experiências imaginadas e realizadas que justapõe e inter-relacionam diferentes materialidades e tipos de agência, que envolvem noções associadas com aspectos de ambas, “modernidade” e “tradição”.

Essa interseção de saber e fazer, de ‘novas’ e ‘velhas’ práticas, é o que materializa o projeto heterogêneo, de modo que os projetos dos agricultores não são simplesmente reações àqueles que são, à primeira vista, impostos por atores externos. Os projetos são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam ou até mesmo contrapõem quando necessário (LONG; PLOEG, 1994).

Essa negociação pode ser inicialmente discutida tomando como ponto de partida a fala de um dos mediadores sociais a seguir:

Eu moro no interior de Pelotas, sou agricultor também! Quando se falava lá em Agroecologia, o pessoal ria, dizia: ah, isso aí num produz! Mas, quando a gente vai trabalhar como técnico no interior, que começa a mostrar que dá certo, o pessoal que tava dizendo que não dava certo começa se calar e, aos poucos, a construir junto com a gente. (ENTREVISTA 9).

É possível perceber que os agricultores, ao se depararem com o projeto iniciado pela ação da mediação social, não aderem imediatamente à ideia da agricultura de base ecológica. Os agricultores, à espera por fatos que comprovem a experiência, aguardam os primeiros resultados práticos do trabalho. Dessa maneira, após verificarem tais resultados, analisam suas

⁷ Vermicompostagem é a transformação biológica de resíduos orgânicos, onde as minhocas atuam acelerando o processo de decomposição, resultando em um rico e natural adubo orgânico, denominado vermicomposto ou húmus.

consequências e, só então, tomam a decisão de modificar ou não sua rotina, aderindo às práticas envolvidas nessa forma alternativa de trabalhar com a agricultura.

O projeto idealizado pela CPT, ao ser difundido para os agricultores familiares locais, configurou a noção de articulação de projeto, sendo, nessa ação, abandonadas e transformadas as estratégias, os recursos, um repertório de discursos e os modos de argumentação dos atores envolvidos na busca da hegemonia. Na prática, a articulação de projeto ocorreu através de várias ações, entre elas, a realização de cursos de formação, a promoção de visitas a centros de agricultura ecológica em outras regiões, a implementação de experiências (e experimentos) locais e a organização dos agricultores para comercialização de seus produtos.

Apesar dessa mobilização e organização dos agricultores, inexistiu uma padronização de suas atividades, pois, fatores vinculados à prática da produção de base ecológica de alimentos se tornam internalizados e, geralmente, significam coisas completamente diferentes para diversos grupos de interesse ou para os diferentes atores individuais, sejam eles executantes, clientes ou espectadores.

Vale ressaltar que, por meio da agricultura de base ecológica, vista aqui como um projeto heterogêneo, que reintegra a agricultura com a natureza e com a sociedade, os agricultores têm introduzido mudanças em seus processos de produção e organização, utilizando para isso atentas observações, interpretações e avaliações, como mostra a fala do agricultor abaixo:

O técnico do CAPA que nos apresentou a agricultura ecológica nos chamou pras reuniões de grupo, eu e mais um agricultor. Nós dois fomos os únicos que acreditamos nessas ideias novas de ecologia. Antes do CAPA aparecer, a gente plantava as mesmas coisas mas tudo convencional. Depois que o CAPA e a Sul Ecológica chegaram mudou tudo! Tudo foi cultivado ecológico. Foi bem difícil mudar, mas com a assistência dos técnicos, e trocando ideias com outros agricultores nas reuniões de grupo, a gente foi se aperfeiçoando. Veio uma informação de cada lado. Com tudo isso a gente foi criando. O conhecimento dividido fez mudar nosso modo de trabalhar[...], primeiro a gente plantava isso tudo sem plástico, sem cobertura, não tinha conhecimento de irrigação, e atualmente a gente tá usando tudo, aprendendo tudo e inventando coisa. Hoje em dia, sem o plástico quase não dá pra plantar, tu tem que ter o plástico pra tu plantar o ecológico. A cada dia a gente aprende novas técnicas, novos tipos de plantações, vamos aprendendo uns com os outros, porque afinal de contas, a gente nunca sabe de tudo. A gente vê um fazer, traz as ideias pra cá e faz uns arranjos. Um dia desses mesmo, em uma reunião em São Lourenço, fiz isso, trouxe uma ideia nova pra melhorar o plantio de cenoura, mudei pros materiais que eu tinha aqui e deu certo! E outra coisa né. Estando em grupo é diferente, é todo mundo junto! A gente ensina e aprende, tudo ao mesmo tempo. (ENTREVISTA 18).

A partir da análise da realidade encontrada a campo, é possível vislumbrar que a agricultura de base ecológica parece favorecer processos de emergência de novidades, especialmente, em função da riqueza das dinâmicas sociotécnicas que a construção deste projeto mobiliza. Além disso, a produção ecológica de alimentos propicia ao cotidiano dos agricultores envolvidos com o processo nos municípios analisados, a incorporação de diferentes campos do conhecimento, de variados procedimentos tecnológicos e a abertura de espaços específicos de organização, visando à melhoria das condições de vida no meio rural, como corrobora a fala do agricultor acima transcrita.

3 CONHECENDO AS NOVIDADES: A DINÂMICA DE SUA EMERGÊNCIA

“No mais, mesmo, da mesmice, sempre vem a novidade” (João Guimarães Rosa).¹

Uma ‘novidade’ é, essencialmente, um potencial, uma expectativa, assim como uma semente. Esta é a metáfora utilizada por Ploeg e colaboradores já nas primeiras páginas do livro *Seeds of Transitions*, de 2004. Esta figura auxilia a destacar três aspectos essenciais à novidade. Em primeiro lugar, as novidades necessitam de tempo – exatamente como as sementes requerem o cultivo para germinar, crescer, florescer e produzir frutos. Elas seguem um desdobramento específico através do tempo antes que seu resultado final possa ser avaliado. Igualmente, as novidades requerem um tempo para mostrar se as promessas nelas envolvidas podem materializar-se realmente. Em segundo lugar, as sementes requerem um espaço particular, ou, mais especificamente, um contexto particular de organização. É necessário um solo bem preparado, uma distribuição uniforme de água, uma condução apropriada do cultivo e assim por diante. Traduzido para as novidades, isto implica que uma mudança em rotinas existentes, frequentemente, implicará mudanças subsequentes. As primeiras melhorias estimulam um segundo aperfeiçoamento. Isto é, uma novidade raramente permanece isolada; uma resultará em um programa mais amplamente relacionado e reforçará outras novidades. Em terceiro lugar, a insegurança inerente a elas necessita ser enfatizada. Exatamente como as colheitas podem falhar, as novidades também podem. As novidades estão relacionadas com expectativas, entretanto, está longe de ser evidente que os eventuais resultados sejam iguais às expectativas iniciais.

Uma novidade é definida como uma maneira diferente de pensar, que incorpora novas ideias, artefatos e/ou combinação de recursos, de procedimentos tecnológicos e de diferentes campos do conhecimento, envolvendo constelações específicas de fatores que, presumivelmente, podem funcionar de maneira melhor como, por exemplo, um processo de produção, uma rede, combinação de diferentes atividades, etc. (OOSTINDIE e BROEKHUIZEN, 2008).

¹ Trecho retirado do livro *Primeiras Estórias*, publicado em 1962 (página 73).

As novidades, frequentemente, não são compreendidas totalmente, pois são desvios às regras que vão além das regularidades existentes, explicadas e aceitas. Por esse motivo, uma novidade não pode ser facilmente transportada de seu contexto de emergência para outros. Desta maneira, vale ressaltar que, embora as novidades sejam processos inovadores, elas diferem fundamentalmente das chamadas ‘inovações’ em seu sentido normativo. Oostindie e Broekhuizen (2008) enfatizam que uma novidade está associada ao conhecimento local e, por isso, é altamente vinculada a um determinado contexto. Ao contrário, a ‘inovação’, que tem sido utilizada para designar algo novo como expressão do conhecimento científico, é construída primeiramente em um mundo externo ao da produção, e o conhecimento incorporado aos artefatos e/ou processos intrínsecos a ela podem ser transpostos de um local para outro.

O termo-chave ‘Emergência de Novidades’ é derivado de uma rica tradição de estudos dedicados à compreensão das mudanças tecnológicas (PLOEG et al., 2004) amparados pela Perspectiva Multinível² (PMN) que, de acordo com Geels e Schot (2007), é um modelo multidimensional de agência, que assume que os atores têm interesses próprios, agem estrategicamente, mas são limitados pelo tempo e por distintos tipos de regras (regulamentadoras, normativas e cognitivas), sejam elas partilhadas ou não com os demais atores.

Essas ações e estratégias são direcionadas por um conhecimento gerado pelo acúmulo de habilidades e capacidades tecnológicas ao longo de situações dinâmicas na linha do tempo. Este conhecimento, que é denominado por Belussi e Pilloti³ (2000 apud OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008) de ‘contextual’, pode ser constituído por quatro importantes processos: a) socialização, pela qual há trocas de conhecimento local entre os indivíduos através de processos de compartilhamento; b) externalização, pelo qual o conhecimento local é transformado em conhecimento científico e, assim, pode se difundir globalmente; c) recombinação, processo que implica na reutilização dos vários tipos e fontes do conhecimento local e científico, através de redes e outras conexões, para a criação de novos conhecimentos; e d) internalização: processo pelo qual alguns aspectos do conhecimento externo são absorvidos.

² Para uma discussão mais detalhada, onde são expostos elementos teórico-conceituais sobre a Perspectiva Multinível (PMN), consultar Marques (2008).

³ BELUSSI, F.; PILOTTI, L. **Knowledge creation and collective learning in the Italian local production systems**. Dipartimento de Scienze Economiche Marco Fanno, Università degli Studi di Padova, 2000. Disponível em: <<http://www.decon.unipd.it/assets/pdf/dp/0021.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

Para Oostindie e Broekhuizen (2008), a emergência de novidades está intimamente associada a este conhecimento contextual. Os autores, inclusive, afirmam que quanto maior a disponibilidade deste conhecimento, maiores serão as chances da emergência de novidades. Nesse sentido, pode-se argumentar que o conhecimento contextual é um ingrediente fundamental e indispensável aos processos de desenvolvimento rural que valorizam as dinâmicas sociais, técnicas e econômicas endógenas.

Além desta associação ao conhecimento contextual, Oostindie e Broekhuizen (2008) explicam que a emergência de novidades está relacionada à coprodução, a qual é entendida como a reconexão da sociedade, através do desenvolvimento da agricultura com a natureza, ou seja, da interação e transformação recíproca do social e do natural. Dessa maneira, nessa reconexão, ao mesmo tempo em que são utilizados os recursos naturais disponíveis localmente, estes são fortalecidos e recriados para novas utilizações, realimentando o sistema ciclicamente (PLOEG, 2006; OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

A partir da análise de vários estudos dedicados a investigar processos inovadores endógenos em espaços rurais, os autores propõem um quadro analítico que identifica quatro distintas trajetórias na emergência de novidades. A primeira se refere ao “melhoramento dos recursos”, em que a natureza é construída, reconstruída e diferenciada dentro de um longo processo histórico, do qual emergem particularidades que caracterizam o comportamento dos recursos envolvidos. Concretamente, os recursos são resultado da coprodução, sendo moldados e remodelados por intermédio da constante interação humanos - natureza.

A segunda trajetória na emergência de novidades diz respeito à “sintonia fina” entre o agricultor e uma extensa lista de fatores de crescimento⁴, continuamente identificados e corrigidos. O que está implícito aqui é que o fator de crescimento mais limitante a uma dada atividade agrícola é também limitante de todo o processo de desenvolvimento da agricultura naquela localidade. Portanto, a sintonia fina no ajuste desse fator limitante, muitas vezes, é o que propicia a emergência de uma novidade. Trata-se de um processo dinâmico, pois, uma vez que o fator limitante original tenha sido corrigido, outro pode surgir em seu lugar.

Uma terceira trajetória na emergência de novidades está associada à “transposição de fronteiras”, ou seja, a inclusão de novos domínios e atividades por parte dos agricultores como, por exemplo, a transformação e comercialização de alimentos, medidas e estratégias

⁴ Como fatores de crescimento para agricultura entende-se o conjunto de características determinantes de limitações e potencialidades de processos de produção agrícola. São exemplos: inclusão de nutrientes na composição do solo, a capacidade de absorção desses nutrientes pelas raízes das plantas, a disponibilidade de água no solo ao longo do tempo, entre outros (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

relacionadas à proteção da natureza, entre outras. Implica na expansão de suas ações para além das unidades de produção, alcançando, assim, organizações e redes sociais bem mais complexas. Dessa maneira, novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos que, por sua vez, inspiram novas práticas. O que abre caminho para a quarta trajetória, que se refere ao “reordenamento do uso de recursos”, processo que pode ser considerado intrínseco à emergência de novidades, no entanto, não se restringe aos limites da unidade de produção, tampouco às atividades agrícolas em si mesmas. Reordenar o uso dos recursos significa, primeiramente, conectar elementos de modo inovador. Às vezes, isto pode significar inter-relacionar alguns pertencentes a setores não agrícolas.

A dinâmica destas trajetórias, às vezes concomitantes, resulta em novas técnicas, novas abordagens, novos artefatos e novas redes que têm de ser desenvolvidas e, para isso, novos conhecimentos são necessários, particularmente os que combinam conhecimentos tácitos dos agricultores àqueles mais institucionalizados, gerando um novo ambiente para a emergência de soluções criativas contextualizadas localmente, mas relacionadas à construção de novas institucionalidades capazes de provocar mudanças no regime dominante.

As trajetórias associadas à emergência de novidades podem ser consideradas como parte inerente a outros processos na agricultura familiar, uma vez que também se referem à busca desses agricultores por autonomia que, segundo Ploeg (2009), tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos auto-gerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais. Neste sentido, a emergência de novidades se trata de um processo gradativo, que vai acontecendo aos poucos, seguindo uma trajetória específica, porém associada intimamente ao trabalho agrícola (PLOEG et al., 2004) e à reprodução econômica e social das famílias de agricultores.

A seguir serão apresentados e discutidos alguns exemplos de trajetórias identificadas como parte de um processo de emergência de novidades, coproduzidas relacionando uma série de múltiplas e heterogêneas dinâmicas sociotécnicas, que foram evidenciadas durante a pesquisa em Pelotas e São Lourenço do Sul. Aquelas, aqui analisadas, foram escolhidas em função de características comuns, tais como: a contribuição na melhoria do desempenho e autonomia econômica dos agricultores familiares; a identificação de uma preocupação ambiental e, nesse sentido, a busca pela sustentabilidade, além da interação de conhecimentos presente nos processos de construção das características anteriores.

3.1 COPRODUÇÃO E MELHORIA DOS RECURSOS: AS ‘RETROINOVAÇÕES’ NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA

Nos últimos anos, com maior ênfase, vem ocorrendo um crescente processo de artificialização da natureza. Tal processo, orientado pela adoção intensa de tecnologias industriais, rompe com a dinâmica de manutenção de equilíbrios ecológicos em favor de uma desenfreada busca por maior produtividade física dos sistemas de produção agrícola, fazendo com que a sustentabilidade ambiental, intrinsecamente relacionada a fatores sociais, seja expressivamente reduzida e, por conseguinte, provocando a perda de qualidade e diversificação de alimentos, antes aliados a valores e estratégias socioculturais específicos.

Valores que antes orientavam as estratégias de produção e também de consumo, que asseguravam a manutenção de certos equilíbrios ecológicos, foram se perdendo no tempo, fazendo com que os agricultores e a sociedade em geral passassem a, além de ter uma dieta menos diversificada, consumir alimentos contaminados por agroquímicos, com menor qualidade biológica, colocando em risco sua saúde e a do ambiente em que vivem.

Diante disso, concomitante à diminuição da qualidade de vida e degradação do ambiente, a origem de uma visão pragmática e teórica focada na agricultura de base ecológica permitiu pensar em novas formas de produção, configuração de organização social e, até mesmo, comercialização sustentáveis no âmbito da agricultura familiar, baseadas no conhecimento acumulado ao longo dos anos, ou seja, no saber-fazer repassado de geração a geração. Tais formas de produção da agricultura de base ecológica se baseiam na retomada de técnicas utilizadas anteriormente à chamada ‘agricultura moderna’, relacionadas às práticas agrícolas coproduzidas localmente, porém agora, adaptadas ou mesmo re-construídas à luz da perseguição das contemporâneas metas de sustentabilidade.

O desenvolvimento de atividades agrícolas sem a incorporação de produtos químicos industrializados e a utilização de maquinário pesado é ancestral, a humanidade já praticava essa agricultura dentro dos mais variados sistemas. Entretanto, a universalização da modernidade enquanto estatuto do progresso patrocinado pela ciência, que tanto influenciou as mudanças estruturais na agricultura (MARQUES; MELLO, 2009), encontrou limitações nos quesitos sociais e ambientais quando passou a não impor limites para a utilização de tecnologias, cujo objetivo é tão-somente a obtenção de maiores produtividades.

A prática da agricultura originada da relação da sociedade com a natureza se transformou em uma visão de foco economicista, que abandonou pouco a pouco o caráter de

sua origem. Por outro lado, tendo em vista as limitações dessa agricultura ‘moderna’, surgiram os movimentos no sentido de construir uma ressignificação do contato do ser humano com a natureza. Dessa forma, velhas práticas utilizadas pelos agricultores no passado foram retomadas e readaptadas ao cotidiano atual de cada localidade no desenvolvimento da agricultura de base ecológica.

Nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, os agricultores ‘inventam’ maneiras de viabilizar semeaduras, plantios, fertilizações de solo, métodos de colheita, entre outros. O fato de os agricultores se ocuparem com a adaptação e melhoria de suas técnicas tidas como ‘antigas’ e, com isto, acumularem conhecimento sobre formas de trabalho localizadas, contribui para a reconstrução de habilidades que estavam em desuso ou que eram circunscritas ao âmbito doméstico individual. Pode-se reconhecer no resgate desse conhecimento, nas suas ampliações e modificações, transferências para vizinhos e membros de grupo de trabalho uma espécie de ‘retroinovação’ (STUIVER, 2006).

A retroinovação pode ser visualizada como ativo potencial transformador do futuro. Embora baseada em redes locais, muda a dialética global-local pelas novas formas de relação que estabelece. Por exemplo, ela depende de agricultores que têm experiências globais, mas que seguem aplicando suas experiências ancestrais. Esses agricultores são compreendidos como agentes chave por desenvolverem ativamente conceitos e práticas relevantes que estavam esquecidos, reintegrando a agricultura ao desenvolvimento rural (STUIVER, 2006).

Esse é o caso de muitos agricultores familiares que participaram da pesquisa, que, enfrentando as adversidades trazidas pelo ritmo marcado pelos avanços da agricultura moderna, dentre elas a dificuldades econômicas, optam por resgatar do passado e adaptar ao presente diversas formas técnicas e produtivas poupadoras de capital e energia, o que ciclicamente, abre caminhos para a emergência de ‘novidades’ na agricultura.

Ferramentas para semeadura de pequenas sementes, como as de hortaliças, são confeccionadas por estes agricultores com materiais reutilizados, como uma mangueira de borracha, pedaços de madeira descartados e um simples recipiente de metal cortado e adaptado (uma lata de sementes) (Figura 4). Sistemas de irrigação são elaborados com grandes barris de plástico, antes descartados, com os quais os agricultores fazem a captação da água das chuvas, que é transportada através de mangueiras de borracha por gravidade, tirando proveito da diferença de nível encontrada no terreno. Restos de frutas e hortaliças são incorporados ao solo com objetivo de não perder fertilidade pela exportação de nutrientes, a rotação de cultivos é utilizada “para não usar os mesmos nutrientes do solo sempre” (Entrevista 09), tudo isso, “assim como faziam os antigos” (Entrevista 10). Estes são apenas

alguns dos exemplos de práticas e técnicas que, com a finalidade de poupar capital e energia, são desenvolvidas pelo resgate de conhecimentos, incorporando criatividade e, desta forma, retroinovando.



Figura 4 - Ferramenta para semeadura de pequenas sementes de hortaliças

Fonte: Acervo da pesquisa.

Nota: A - Ferramenta utilizada na semeadura de pequenas sementes de hortaliças; B – Detalhe para a peça principal da ferramenta. Comunidade quilombola Monjolo - São Lourenço do Sul/RS – Maio/2010.

As práticas ancestrais utilizadas pelas gerações passadas desses agricultores estão sendo renovadas a cada momento, através da curiosidade e tentativas experimentais deles. Essas práticas acabam por direcionar o desenvolvimento de muitas das técnicas empregadas na agricultura de base ecológica. Nesta perspectiva, conhecimentos são resgatados ao mesmo tempo em que práticas são aperfeiçoadas, especialmente pela socialização e recombinação de conhecimentos, o que implica em uma contribuição para a ampliação do conhecimento contextual.

Dessa forma, a agricultura de base ecológica possui, na agricultura familiar, um espaço diferenciado de atuação, sustentando-se nos potenciais endógenos de cada localidade para a construção de formas de agricultura compatíveis com as realidades ecossistêmicas, econômicas e culturais específicas, contribuindo assim para processos de desenvolvimento rural desde uma ótica localizada, isto é, que reconhece e valoriza a identidade, a cultura, a tradição, a biodiversidade e a paisagem como ativos importantes na coprodução sociedade-natureza.

Utilizar a noção de coprodução significa, de alguma maneira, dizer que se está fazendo uso de ‘lentes’ que permitem entender a agricultura para além dos aspectos relativos à sua

função produtiva. O crucial está em mencionar que a agricultura não é construída somente pela utilização dos recursos naturais, mas também pela relação que se estabelece entre o social e o natural na melhoria desses recursos, assim como suas transformações e adaptações.

Sendo a coprodução a aproximação e interligação mútua entre sociedade e natureza, forjada através do desenvolvimento de técnicas e mediada pela aprendizagem, destaca-se que a emergência da agricultura de base ecológica é marcada pela geração dos insumos dentro do próprio sistema. Fenômeno que se pode observar pelas dinâmicas de aprendizagem individual e coletiva que criam oportunidades para a redução da dependência externa de fatores de produção, ou seja, para a diminuição dos insumos adquiridos ou comprados fora da unidade de produção, o que também aponta para a diminuição de custos de produção.

Estes argumentos fazem-se particularmente importantes quando se focaliza a elaboração de projetos, programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A partir da emergência do debate sobre coprodução e sustentabilidade, não é mais possível encarar a atividade agrícola, especialmente quando se trata de formas familiares de produção, de maneira unifocal, somente através das lentes do produtivismo. O paradigma da melhor qualidade de produção toma o espaço daquele da maior produção, do produzir a qualquer custo, e para isso, gradualmente, torna-se necessário buscar a conservação tanto dos elementos naturais (*i.e.* solo, água, biodiversidade), quanto das expressões socioculturais diversificadas.

A agricultura de base ecológica vem mostrando que pode contribuir com esses objetivos, através do redirecionamento da coprodução e coevolução,⁵ assim como vivenciam algumas famílias de agricultores em São Lourenço do Sul e Pelotas. Motivados a praticar uma agricultura de base ecológica, esses agricultores familiares têm se esforçado para implantar um conjunto de técnicas voltadas à conservação e preservação do ambiente, melhorando assim os recursos de que dispõem.

Entre as técnicas e as práticas com potencial de melhoria de recursos, com base nas observações em campo, pode-se destacar a utilização de caldas para controle de pragas e doenças, preparo de composto orgânico e vermicomposto na produção de húmus, ambos para enriquecimento da fertilidade do solo; o uso de plantas companheiras⁶ para otimização das

⁵ O termo coevolução, aqui utilizado, indica que os sistemas naturais evoluem em resposta a pressões culturais e tendendo a refletir valores, visão de mundo e organização social das populações de um determinado local, do mesmo modo que o sistema social evolui na seleção de possibilidades, respeitando o ecossistema e refletindo estabilidade no manejo de opções oferecidas pelo sistema natural (NORGAARD, 1994).

⁶ Chama-se de plantas companheiras aquelas cultivadas contiguamente por gerarem benefícios mútuos, estimulando seu desenvolvimento e melhorando a qualidade do solo. Esse 'companheirismo' ocorre de diversas

áreas de cultivo e da qualidade de plantas; o preparo e uso de biofertilizantes⁷, dentre outras (Figura 5). O manejo adequado do solo é peça-chave para esses agricultores, já que esse sistema de produção busca manter a estrutura e a fertilidade do solo, operando em harmonia com a natureza e excluindo o uso de fertilizantes de alta solubilidade.



Figura 5 - Práticas e técnicas da agricultura orgânica

Fonte: acervo da pesquisa.

Nota: A- Ingredientes para realização de composto orgânico a ser utilizado em solo no cultivo de hortaliças; B- Preparo de biofertilizante para aplicação em tomateiros; C- Minhocário, local próprio para vermicompostagem; e D- Plantas companheiras – plantio de cenoura em consórcio com alecrim. Pelotas/RS - Maio/2010.

maneiras como através do melhoramento micro-ambiental (por exemplo, no sombreamento e no controle da temperatura), da troca e liberação de nutrientes e compostos químicos, como hormônios estimulantes e repelentes. Uma das combinações mais conhecidas é cultivo da alface e da cenoura, a primeira mantém o solo úmido e fresco, o que beneficia o desenvolvimento da segunda, e esta gera uma sombra rala que protege a alface.

⁷ O biofertilizante é um subproduto gerado pelo processo de biodigestão de compostos orgânicos que, em geral, possuem alta concentração de nitrogênio e baixa concentração de carbono. Durante a reação de biodigestão é liberado carbono nos elementos de CO₂ e CH₄ aumentando, assim, a concentração de nitrogênio e outros compostos. O uso dos biofertilizantes auxilia na manutenção do equilíbrio nutricional das plantas, atribuindo-lhes maior defesa frente a pragas e moléstias. Suas principais vantagens na agricultura são o baixo custo de produção e aplicação, e o fato de que sua utilização não gera problemas referentes à salinização e desestruturação do solo, como ocorre com o uso de fertilizantes prontamente solúveis.

Essa forma de se praticar agricultura, orientada pela coprodução, busca por melhoria de recursos naturais e sociais, e concomitantemente níveis mais equilibrados de sustentabilidade e produtividade, supõe a interação de três esferas articuladas entre si, porém, em constante processo de adaptação e retroalimentação, são elas: ambiental, econômica e sociocultural (Figura 6).

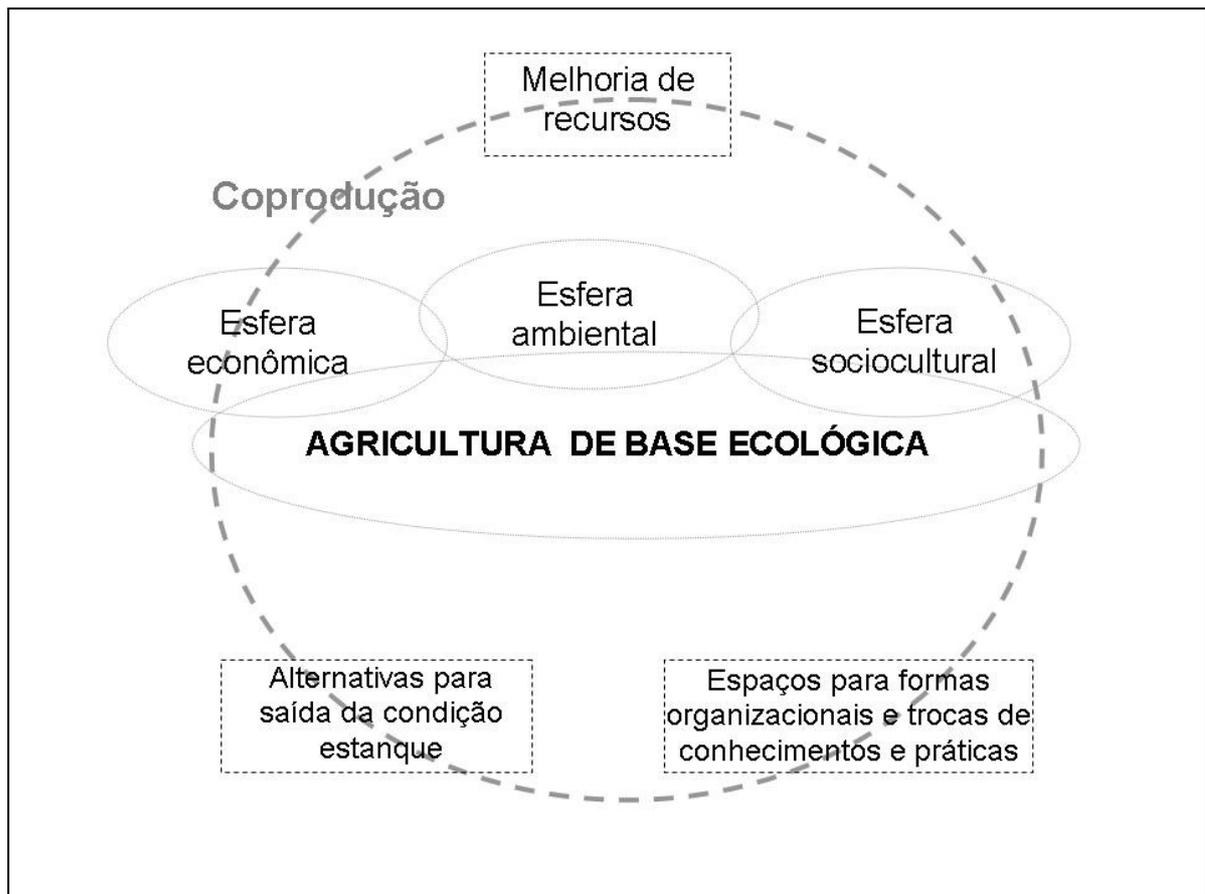


Figura 6 - Representação esquemática da agricultura de base ecológica em emergência como coprodução, abrangendo as esferas ambiental, econômica e sociocultural

Fonte: Elaborada pela autora.

A dimensão ambiental é aqui representada e movida pelos interesses dos atores locais a favor da conservação do ambiente, assim como contra a perda da capacidade produtiva do meio utilizado para fins agrícolas. É essencial levar em conta que a agricultura familiar de base ecológica supõe também a mobilização de uma maior diversidade social, oportunizando a abertura de espaço para um maior protagonismo dos atores sociais locais na busca e geração de alternativas técnicas e organizacionais com base nas necessidades, capacidades, potencialidades e limitações (COSTABEBER, 2001).

As articulações entre as esferas funcionam favorecendo o estabelecimento de uma inter-relação entre os propósitos e metas estabelecidos por dentro das distintas dimensões do processo em curso, o que pode gerar, em alguns pontos, elementos de conflito entre elas. O que reforça a ideia de que a agricultura de base ecológica incorpora características de um projeto heterogêneo, constituído pela inter-relação de distintas esferas e conhecimentos diversos, conforme discutido no capítulo anterior.

Dessa forma, referir-se à esfera ambiental sem ir ao encontro da sociocultural, é inevitável, uma vez que uma das propostas da agricultura de base ecológica é a retomada de algumas valias culturais, como as técnicas passadas de geração a geração, ou mesmo hábitos alimentares abandonados no período pós-modernização. Como consequência, cresce a expectativa de agricultores e consumidores a respeito do aumento da qualidade da saúde, em função da produção e consumo de alimentos isentos de agroquímicos, assim como em relação à melhoria das condições de trabalho mediante a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos no processo produtivo.

Considerando o inevitável imbricamento das esferas, é possível antever possibilidades também de melhorias sociais e culturais mais amplas, intervindo desde o conjunto da comunidade até o da sociedade. Com a oferta destes produtos no mercado, o agricultor possibilita aos consumidores acessarem alimentos de maior qualidade biológica, não raro instigando-os a questionar, querer saber mais sobre as práticas e ideologias que existem por trás da produção de sua comida.

Ao se pensar a questão do consumo, compreende-se que o cotidiano do consumidor está condicionado à sociedade contemporânea e vice-versa. Entre os consumidores, há diferenças no modo de consumir, seja quanto à maneira de satisfazer suas necessidades, seja quanto aos seus ideais e visões de mundo. À sociedade de consumo não está atrelada somente uma simples relação de oferta e procura, mas também suas peculiaridades culturais e hábitos locais. As práticas de consumo estão inseridas nas sociedades sob várias manifestações.

Mercados diferenciados, produtos artesanais e ecológicos são alternativas para o consumidor. Nessa perspectiva, ganha corpo o “consumo do verde”, seja na forma de produtos, ou na forma de imagens, ambientes ou espaços. Os alimentos ecológicos ganham lugar diferenciado e começam a disputar espaços nas redes de mercados, até a pouco tempo, de domínio exclusivo da produção convencional. O consumidor de alimentos ecológicos inclui em seu “poder” de escolha, além da relação qualidade/preço, os critérios ambientais e sociais. Mediante sua atitude individual, o consumidor pode ser considerado

significativamente responsável pelas mudanças nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção (BRANDENBURG; RUCINSKI; SILVA, 2008).

Vale observar que, dessa forma, produção e consumo ciclicamente iniciam um processo de reconstrução da realidade social. Essa reconstrução, que não se restringe somente a fatores como solo, água, fauna e flora, entre outros fatores ambientais, abrange questões que envolvem aspectos sociais, culturais e econômicos.

O consumo de alimentos ecológicos, ao mesmo tempo em que reconstrói relações com o ambiente natural e promove a estratégia de sobrevivência de agricultores no espaço agrário, se apresenta como alternativa para a segurança alimentar do consumidor e restabelece formas solidárias de relação entre produtores e consumidores (BRANDENBURG; RUCINSKI; SILVA, 2008).

Sendo assim, são impulsionadas constantes ressignificações nas formas de consumir e de produzir alimentos, o que coloca, gradativamente, em xeque a lógica produtivista ainda vigente, ao mesmo tempo que consolida mecanismos que propiciam a adoção de princípios e valores da sustentabilidade, muitas vezes pelo resgate de velhas técnicas e práticas, agora associadas a novos ideais.

3.2 NA SINTONIA FINA: À PROCURA DO EQUILÍBRIO ENTRE AS ADUELAS DO BARRIL

A agricultura, em especial a familiar, conta com uma gama de situações adversas que se apresenta aos agricultores diariamente. Como visto, nesses enfrentamentos de adversidades econômicas, sociais e técnicas, a produção de novidades pode encontrar condições para se efetivar. Em meio a uma série de adaptações e processos de ajustes (ou, de ‘sintonia fina’) entre os fatores de crescimento inerentes à produção agrícola, as ‘novidades’ podem conquistar espaços.

Vale reiterar que tais fatores de crescimento não são constantes ao longo do tempo, eles não só dependem intrinsecamente da atuação dos agricultores, como variam de acordo com as suas ações e decisões (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), além disso, são integrantes de uma relação natural e humana bem visível na prática.

A composição e distribuição de nutrientes em um solo, por exemplo, dependerá de fatores físicos específicos do solo de uma determinada lavoura, porém poderá ser melhorado

ou enriquecido com nutrientes por meio da atuação do agricultor que nele trabalhar. Outro exemplo que pode ser aplicável é o que se refere à disponibilidade de água para plantas em um determinado local ou cultivo, que dependerá de fatores como clima, tipo de solo e relevo, fatores aos quais essas plantas estiverem sujeitas, porém a disponibilidade de água poderá ser ‘corrigida’ por meio de práticas e técnicas de interferência humana, tais como irrigação, drenagem, cultivo de plantas em locais protegidos, dentre outras.

Na agricultura sempre existirá um fator natural e/ou social limitando o rendimento da produção e o rendimento agrícola dependerá essencialmente do fator de crescimento mais limitante. Para entender este argumento, se pode tomar como inspiração a ilustração da ‘Lei dos Mínimos’ de Justus Von Liebig (1855), lembrada por Ploeg et al. (2004) e Oostindie e Broekhuizen (2008), em que os fatores de crescimento são representados como as aduelas de um barril, cuja capacidade volumétrica depende da extensão da aduela mais curta, independentemente se há aduelas bem mais longas. Por exemplo, o nível de água de dentro deste barril representa o nível de rendimento da produção agrícola, que estará condicionado à aduela mais curta, que pode ser a quantidade de nutrientes disponível no solo, a disponibilidade de água para as plantas (Figura 7), ou até mesmo fatores como mão de obra disponível para o trabalho com a agricultura e conhecimento sobre práticas específicas de cultivos agrícolas.

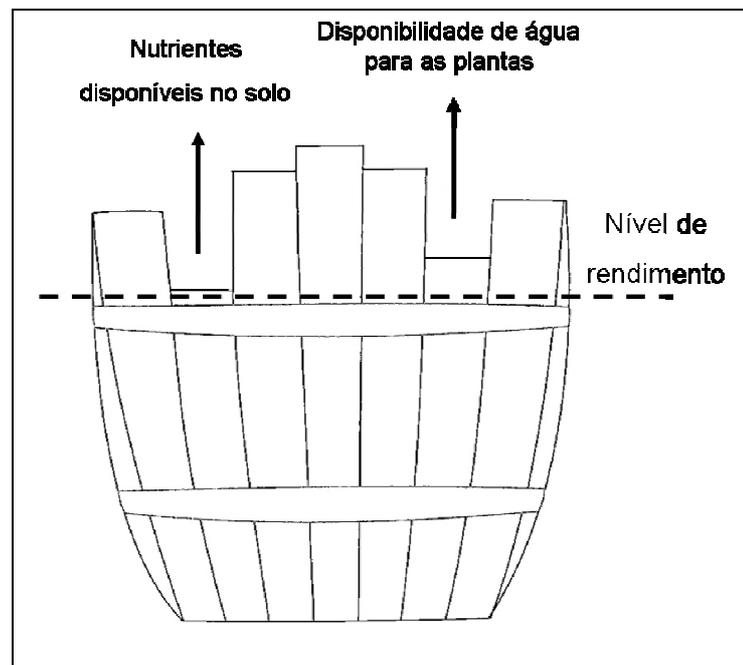


Figura 7 – “À procura do equilíbrio entre as aduelas do barril”: exemplos de fatores de crescimento que influenciam no processo de rendimento da produção agrícola

Fonte: Adaptada de Oostindie e Broekhuizen (2008, p. 78).

No cotidiano de suas práticas agrícolas, os agricultores estão continuamente à procura do equilíbrio entre essas aduelas, entre esses fatores limitantes. Através de ciclos complexos de cuidados, a observação, interpretação, reorganização, muitas vezes, inicialmente experimentais, as novidades são criadas, fazendo com que as rotinas existentes sejam alteradas. Este é um processo em curso: uma vez que o fator limitante original for corrigido outro emergirá como limite e assim por diante (PLOEG et al., 2004).

Ao longo de muitos anos foram os agricultores que buscaram encontrar e, em seguida, ajustar, melhorar e corrigir, os fatores limitantes (ou as ‘aduelas curtas’) que influenciavam sua produção agrícola, porém, com o advento da modernização, a tecnociência passou a assumir este papel, provocando uma série de transformações. A tecnociência pode, então, mudar a configuração da natureza de modo muito mais intenso, possibilitando uma produção em maior quantidade, em intervalos de tempo cada vez menores e em locais antes impensáveis para a prática da agricultura. Dessa forma, a natureza passou a ser um limitante cada vez mais passível de ser sobrepassado pela tecnociência, o que fez com que a agricultura se tornasse uma atividade crescentemente desconectada das disponibilidades e características locais.

Com o avanço dos ideais ‘modernizantes’ e dessa desconexão da agricultura com o espaço local, as novidades ficaram fadadas a dificuldades cada vez maiores em sua emergência, já que sua lógica é voltada aos processos altamente localizados, extremamente dependentes de ecossistemas locais e de repertórios culturais específicos.

Este caráter localizado das novidades implica que uma novidade emergente em um lugar, e em um determinado momento, provavelmente não irá aparecer em outro, pois existem especificidades envolvidas em sua produção. As novidades são geralmente construídas embasadas por uma contextualização do conhecimento, ou seja, pela relação existente entre o conhecimento local e o técnico-científico. Antes que elas possam migrar de um local a outro, elas devem ser ‘desembaladas’ de suas especificidades locais, inclusive do conhecimento local no qual sua produção foi embasada, para posteriormente serem ‘re-embaladas’ por outros conhecimentos e especificidades de determinada realidade local para onde ela foi transportada. Nesses processos de socialização, internalização e recombinação de novidades e localidades, os conhecimentos que se inter-relacionam são base elementar nesta trajetória complexa (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Muito do esforço dos agricultores, os quais colaboraram com a pesquisa em São Lourenço do Sul e Pelotas em desenvolver a agricultura de base ecológica pode ser identificado como tentativas de superação da desconexão entre agricultura e localidade. Isso

vem sendo feito, como já discutido anteriormente, através do trabalho conjunto com extensionistas e agentes de políticas públicas, o que coloca em jogo a interação de saberes, conhecimentos e práticas, oriundos de diversificadas fontes. Esses agricultores estão sempre em busca dessa ‘menor ‘aduela’, de alguma maneira limitante, seja diretamente no rendimento de suas produções ou em suas metas e ideais.

Pode-se identificar que umas dessas ‘aduela curtas’ é o empobrecimento dos solos sobre os quais esses agricultores familiares realizam seus cultivos ecológicos. Esse processo de perda de fertilidade e qualidade física está associado ao uso anterior, com monocultivos como o fumo e o pêssego. No sentido de superarem esse fator limitante, os agricultores têm investido em práticas como a rotação de cultivos, incorporação de compostos orgânicos e húmus ao solo, assim como o plantio dos chamados adubos verdes, que se constituem em espécies vegetais especialmente cultivadas para incorporação ao solo. Com o objetivo de repor nutrientes, os agricultores estimulam constantemente o processo de gênese do solo, através da ativação de sua biologia com uso intensivo de matéria orgânica e o cultivo de plantas recuperadoras do solo, como é o caso de alguns agricultores familiares entrevistados, que desenvolvem práticas de compostagem, vermicompostagem e utilização de leguminosas para adubação verde, dentre as quais a mais utilizada é o feijão guandu⁸.

Muito do conhecimento necessário para a promoção de mudanças nas práticas levadas a cabo pelos agricultores circula entre eles durante encontros, reuniões, feiras ou outros momentos de convívio. Alguns destes eventos são promovidos pelo CAPA e pela Cooperativa Sul Ecológica. Durante a pesquisa a campo, foi possível acompanhar a relação dos agricultores familiares com os mediadores sociais, desde encontros com enfoque no acesso a políticas públicas e planejamento de atividades futuras, até encontros mais técnicos, quando o objetivo era a assistência técnica acerca de determinadas práticas relacionados a cultivos.

Através desses acompanhamentos, foi possível evidenciar que esses encontros são espaços ricos para trocas de informações técnicas entre os agricultores que, muitas vezes, se encontram distantes fisicamente entre si. O intercâmbio de ideias, já testado em uma dada localidade, pode servir de base ou inspiração para práticas inovadoras em outra. Foi dessa forma que um dos agricultores de Pelotas, preocupado com o bom desenvolvimento das plantas do seu cultivo de tomates ecológicos, adaptou em sua propriedade o uso do cultivo

⁸ O feijão guandu ou “Guandu”, como é popularmente conhecido, tem se destacado com relação às melhorias na fertilidade dos solos brasileiros, sendo uma das plantas de maior uso como adubação verde. A planta possui um sistema radicular profundo e ramificado, que aumenta sua resistência ao estresse hídrico e possibilita o rompimento de camadas adensadas de solos.

protegido⁹ (Figura 8). Ao utilizar essa técnica, controlou a temperatura incidente, reduziu a aplicação de água e verificou que foi menor a incidência de danos causados por insetos. Voltando à figura do barril, pode-se dizer que o agricultor pôde descobrir e superar algumas das menores ‘aduelas do barril’.



Figura 8 – Cultivo de tomates em sistema de produção ecológico.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Nota: A - Cultivo de ‘tomates ecológicos’ sob cultivo protegido; B – Detalhe do fruto de uma das plantas. Pelotas/RS. Maio/2010.

3.3 TRANSPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA NECESSIDADE

A inclusão de novos domínios e atividades associadas à unidade de produção agrícola, como a transformação e comercialização de alimentos, as medidas e estratégias relacionadas à proteção ambiental, ao desenvolvimento do agroturismo¹⁰, entre outras, implicam em transposição de fronteiras. No contexto vinculado ao desenvolvimento rural, pode-se

⁹ O uso do plástico na agricultura tem sido popularmente chamado de “plasticultura”, podendo ser utilizado na construção de estufas ou casas de vegetação, no sombreamento de cultivos e na instalação de quebra-ventos. Há ainda telas chamadas anti-insetos, filmes plásticos para cobertura do solo, embalagens e recipientes diversos, dentre vários outros. O cultivo protegido, propriamente dito, tem como objetivo condicionar um ou mais fatores ambientais na produção de plantas, proporcionando o aumento do controle do agricultor sobre tais fatores.

¹⁰ O agroturismo trata-se de uma das diferentes modalidades de turismo desenvolvida no espaço rural, é praticada por famílias de agricultores dispostos a compartilhar seus modos de vida e, muitas vezes, suas casas com visitantes vindos, em geral, de áreas urbanas.

comparar a transposição de fronteiras a uma ‘imersão no desconhecido’. Novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos, que por sua vez inspiram novas práticas. Nesta dinâmica, novas técnicas e novas redes têm de ser desenvolvidas e, para isso, novos conhecimentos são necessários. Isto se aplica não só à criação de novas atividades e novas redes que agregam renda e oportunidades de emprego no rural, como também à construção de novas respostas à evolução das necessidades e expectativas da sociedade, em geral na reconfiguração dos recursos rurais (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

Com base na reconfiguração desses recursos, processos de desenvolvimento rural constituídos por aprendizagem e partilha de conhecimentos podem fazer emergir novidades, que retro-alimentam o processo, podendo vir a resultar em outras. Assumindo-se, desta forma, que as novidades carregam em si conhecimento e são constituídas em dinâmicas de aprendizagem, para que existam relações permanentes que contribuam para o fluxo de conhecimentos, é importante que os agricultores estendam suas ações e relações sociotécnicas para fora da unidade de produção, fazendo assim com que as fronteiras sejam transpostas.

Essas formas de transposição de fronteiras são constantemente criadas, recriadas e adaptadas no decorrer das vidas desses agricultores. A elucidação deste fato pode ser feita através da análise da iniciativa de criação da Cooperativa Sul Ecológica por agricultores familiares da zona sul do Rio Grande do Sul, apresentada no Capítulo 1 e a ser detalhada no Capítulo 4. A iniciativa desses agricultores na busca por um dispositivo coletivo como estratégia pode ser entendida como a efetivação da agência, realizada através das relações sociais estabelecidas, ultrapassando a capacidade individual por requerer organização e compromissos coletivos.

Em um contexto mais geral, tendências mundiais que perpassam o processo de globalização da economia vêm exigindo crescentemente organização da sociedade civil, no sentido de fazer frente à realidade do trabalho, inclusive no campo. Neste sentido, os desafios que se colocam aos agricultores familiares têm ligações com os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais, que geram incertezas mas que, por outro lado, parecem estar sendo superadas mediante a participação efetiva das pessoas na busca de alternativas tecnicamente executáveis, economicamente viáveis, socialmente e ambientalmente desejáveis.

O sistema de cooperativa é uma iniciativa que pode se constituir em uma alternativa importante de organização social. Apesar de não estar amparado em uma noção ou teoria social específica, o cooperativismo envolve um conjunto de ideias e noções que são perpassadas pela autonomia, justiça social, democracia, mutualidade, união de esforços, solidariedade e associação entre pessoas guiadas por objetivos comuns. Os agricultores

cooperados se apóiam sobre práticas de ajuda mútua, principalmente com relação à troca de conhecimentos e práticas relacionados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho com a agricultura. Esses dispositivos estão fundados no princípio de “reciprocidade”, ou seja, princípios de relações estruturadas em função do interesse da totalidade do grupo (SABOURIN, 2006).

Através da fala abaixo, proclamada por um dos entrevistados, é possível perceber que os agricultores veem na reunião de esforços, representada pela Cooperativa Sul Ecológica, uma forma para a superação das dificuldades enfrentadas: “A cooperativa surgiu da necessidade das pessoas que sentiram, e sentem ainda hoje, que o pequeno sozinho, ele tá meio excluído do processo, né. Só em grupo e organizado é que ele consegue ir adiante com a agricultura familiar [...]” (ENTREVISTA 11)

Organizados em cooperativa os agricultores tomam iniciativas, assumem uma postura de proposição ou de gestão e não apenas de reivindicação e dessa maneira vêm negociando reconhecimentos e apoios por parte de outras organizações não governamentais e também do setor público (SABOURIN, 2006).

É importante ressaltar que a relação desses agricultores com o CAPA, foi fortalecida com a criação da Cooperativa Sul Ecológica já que para o desenvolvimento da cooperativa, tanto relacionado a demanda técnica quanto organizacional dos agricultores familiares vinculados a esta organização, contou e ainda conta com o trabalho em parceria entre as organizações.

Dentro da dinâmica organizacional da cooperativa, os agricultores estão organizados em grupos, formados, em geral, por proximidade de moradias. Esta forma de arranjo acabou por facilitar o trabalho da ONG, pois o atendimento às demandas das famílias, com relação aos aspectos técnicos e sociais, passou a ser feito em espaços de reuniões mensais com os grupos, onde são realizados dias de campo, oficinas, palestras e diversas atividades relacionadas às práticas da agricultura ecológica.

É importante destacar que este espaço técnico é também um ambiente repleto de troca de práticas e conhecimentos, não somente entre técnicos e agricultores, como entre os próprios agricultores. Além disso, a reunião é um momento utilizado tanto para atualizar e trocar conhecimentos técnicos quanto para rever velhos conhecidos, como revela a fala de um dos entrevistados: “[...] a reunião de grupo é um espaço muito importante pra gente, pois, é onde a gente conversa, troca ideias sobre a agricultura e ainda encontra os velhos conhecidos [...]” (ENTREVISTA 19).

Nesse espaço de encontro com conhecidos e de trocas de experiências, os agricultores que participam de uma determinada organização se comunicam com outros agricultores de outras organizações, o que favorece o estabelecimento de vínculos inter-organizacionais e, conseqüentemente, possibilita a construção de redes capazes de superar as fronteiras das unidades individuais de produção agrícola. Através deste ponto de vista, pode-se compreender que as reuniões de grupo são os primeiros momentos de contato que podem vir posteriormente a superar as fronteiras existentes nos processos de desenvolvimento rural que se desenvolvem na agricultura familiar.

A superação das fronteiras é importante para além dos aspectos econômicos, que em primeiro momento podem parecer os mais significativos, já que os agricultores familiares começam a se reunir geralmente devido às adversidades econômicas que se apresentam em suas trajetórias de vida.

A criação de vínculos entre agricultores familiares e organizações da agricultura familiar se estabelece para além da obtenção do acesso coletivo a mercados. Ela se constrói baseada em princípios de proximidade e reciprocidade entre os agricultores familiares, resgatando, com isto, a 'localidade', tão cara aos processos de emergência de novidades. Nos casos em estudo, agricultores de diferentes etnias, descendentes de italianos, alemães, franceses e africanos, embora mantenham distintos costumes e tradições, se reúnem em função das proximidades de objetivos e ideais em organizações comuns.

Dessa forma, o vínculo, que seria puramente econômico, traz consigo essa diversidade de saberes e culturas, técnicas e práticas, assim como valores que costumam ser desenvolvidos e direcionados por determinados costumes, como por exemplo a ajuda mútua, muito presente nas comunidades quilombolas, ou o pragmatismo no desenvolvimento das técnicas agrícolas relacionado à cultura alemã, assim como outras particularidades de cada uma das etnias que se inter-relacionam, são transmitidas a outras comunidades e grupos étnicos, levando-os a reconstruir suas próprias visões de mundo, suas relações sociais e sua forma de trabalho com a agricultura.

Essas diversas relações entre os agricultores de São Lourenço do Sul e Pelotas, também são facilitadas pelo fato desses agricultores possuírem vínculos com mais de uma organização, que envolvem diferentes atores sociais. Pôde-se verificar durante as entrevistas e observações que essas múltiplas ligações parecem constituir estratégias na busca por autonomia, pois têm sido importantes para fazer frente às adversidades, principalmente econômicas, relacionadas à comercialização de seus produtos. Os vínculos criados para dar

forma a este processo de participação em vários tipos e níveis de organizações colocam os agricultores em contato com outras associações e cooperativas.

Dessa maneira, esses agricultores vêm conseguindo transpor as fronteiras de suas unidades de produção e estabelecer relações sociotécnicas entre si e com diferentes atores, de maneira a facilitar seu acesso a melhores condições de vida no espaço rural. Aqui, estão destacadas algumas dessas relações dos agricultores: com o CAPA, como já mencionado; com algumas cooperativas e associações, como a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR), a UNAIC, a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), a Cooperativa dos pescadores profissionais artesanais Lagoa Viva, a Rede de Cooperação Solidária, a Rede Ecovida de Certificação Solidária; e, ainda, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ¹¹.

Certamente as relações sociotécnicas desenvolvidas por estes agricultores vão além das listadas, porém procurou-se evidenciar estas, pois foram as relações que tiveram maior proximidade com a pesquisa, já que, durante as atividades acompanhadas como reuniões de grupo, feiras livres e feiras expositivas, foi possível visualizar que os agricultores, principalmente dessas organizações, se ajudavam mutuamente, desde a organização do espaço a ser utilizado até no pensar de alternativas conjuntas de acesso a políticas públicas em geral.

Essa dinâmica que amplia horizontes, pela transposição das fronteiras individuais, tem sido responsável pela visualização de oportunidades estratégicas por parte desses agricultores. Um dos melhores exemplos observados é o da comercialização de seus produtos dentro do PAA. Este Programa adquire alimentos das entidades participantes sem a necessidade de licitação, por preços de referência estabelecidos com base em uma média daqueles praticados nos mercados regionais.

Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados à população atendida por programas sociais locais, situação que demanda uma complexa articulação entre os atores envolvidos, pois, já na apresentação de propostas de projetos por parte das organizações locais, é necessário o ajuste entre os alimentos que serão produzidos e os que são demandados pelos programas sociais, envolvendo desde o planejamento da produção até a entrega sistemática dos produtos aos beneficiados. Esta exigência compulsória da articulação coletiva compõe uma diferença significativa em relação aos demais programas destinados à agricultura familiar (PINHEIRO, 2010).

¹¹ Trata-se de uma política pública proposta pelo governo federal para estender o mercado institucional até à agricultura familiar, maiores detalhes do programa serão apresentados no capítulo seguinte.

A participação dos agricultores ligados a Sul Ecológica no PAA abriu espaço para que eles ampliassem inter-relações com outras formas de organizações de distintos agricultores.

Em 2003, organizações regionais, que estavam operando através do Programa Fome Zero¹², formaram a ‘Rede de Cooperação e Comercialização Solidária’, organizada a partir do projeto “Segurança Alimentar: Alimentando a Cidadania”, implementado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, com o objetivo de organizar e melhorar o processo de compra de alimentos da prefeitura, reunindo as demandas das diferentes secretarias por alimentos, e potencializar a compra dos produtos da agricultura familiar. Após serem adquiridos conjuntamente, os produtos das diversas organizações eram destinados para os diferentes programas assistenciais das secretarias (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008).

A Rede atualmente é composta por diversas organizações, tais como a COOPAR, composta por agricultores familiares e quilombolas, grupos informais, dos quais fazem parte produtores de hortaliças assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); UNAIC, integrada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas; Lagoa Viva, formada por pescadores; COOPAL, constituída por agricultores familiares, e a Sul Ecológica, que abrange agricultores familiares assentados da reforma agrária, grupos informais de produtores de leite do município de Pelotas e associados da ARPA-SUL.

Na época de formação da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, os diferentes representantes do governo federal (Superintendência Regional da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e Ministérios), o CAPA, a Prefeitura de Pelotas, as comunidades religiosas, escolas e associações comunitárias se reuniram para, junto com as organizações de agricultores, ampliar perspectivas, garantindo a comercialização da produção agrícola, ao mesmo tempo em que era desenvolvido um programa de segurança alimentar. Porém, a partir de 2005, com mudanças no governo municipal de Pelotas, a parceria entre a prefeitura e as organizações da rede foi enfraquecida. Concomitantemente, outros atores passaram a fazer parte da Rede, que foi ampliada para mais três municípios, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Canguçu, trazendo reorganizações e sua expansão. Nesse sentido, oito novas organizações se tornaram proponentes dos projetos do PAA, dentre estas, a Sul Ecológica.

¹² O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito à alimentação às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, e consiste em um conjunto de mais de 30 programas complementares implementados pelo ou com o apoio do Governo Federal, dentre eles o PAA. (BRASIL, [20--]).

A cooperativa passou então a operar por meio das diversas modalidades do programa, como pela Compra para Doação Simultânea, também conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando operacionalizada por governos estaduais e municipais ou Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (CAEAF), quando operacionalizada pela CONAB (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008; PINHEIRO, 2010).

Essa comunicação entre as organizações abre possibilidades para margens de manobra que permitem algumas negociações, de acordo com especificidades e limitações locais, por exemplo, em relação à sazonalidade da produção. Permitem ainda, ter incluídos nos projetos os produtos locais, que em outras vias de comercialização não teriam aceitação (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

Desta maneira, dependendo da sazonalidade, compõem a cesta alimentos como abóbora, açúcar mascavo, arroz, batata, batata-doce, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve, couve-flor, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, laranja, leite, mandioca, mel, milho verde, peixe processado, pêssego, repolho, tomate, além de pão integral, doces e sucos (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008). Grande parte destes alimentos são obtidos em sistemas de produção de base ecológica, desta forma os agricultores têm se beneficiado pela proposta de diferenciação de preços dentro do PAA, pela qual os produtos ‘ecológicos’ ou ‘orgânicos’¹³ recebem um adicional de 30% em relação aos demais.

Segundo Schmitt e Guimarães (2008), a iniciativa em andamento, em meio a adaptações e reconstruções, tem indicado que é possível mobilizar o poder regulador e de compra do Estado na construção de novos circuitos de comercialização, com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental. E, de outra parte, o trabalho em conjunto desses agricultores, sua organização para acesso a políticas públicas, ou seja, a transposição das fronteiras de suas unidades de produção, tem se mostrado como um processo relevante, capaz de potencializar formas inovadoras de produção e consumo de alimentos.

¹³ Alimentos orgânicos são produtos de origem vegetal ou animal, produzidos sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer outro tipo de produto químico cujas práticas culturais buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola.

3.4 REORDENANDO O USO DE RECURSOS: OS AGRICULTORES E SUAS CONEXÕES

A emergência de novidades na agricultura também pode se referir a um ativo reordenamento da utilização dos recursos. A busca por autonomia que permeia as lógicas da agricultura familiar tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, esterco, cultivos, etc.) (PLOEG, 2009).

Tais recursos são constantemente mutáveis, de acordo com as situações com as quais os agricultores se deparam. Situações que demandam novas iniciativas por parte desses atores sociais, a fim de buscar melhorias em suas condições de vida, fazem com que esses agricultores realizem a todo instante dinâmicas de reordenamento de recursos, que abrangem situações de ampliação do acesso e/ou a participação na geração de novos conhecimentos, de ampliação e consolidação de relações com instituições de pesquisa e/ou as organizações de extensão rural e assistência técnica e de organização e mobilização para ampliar o acesso a determinadas políticas públicas, ou mesmo interferir no curso das mesmas.

Muitas das iniciativas desenvolvidas pelos agricultores e que acabam por resultar em um reordenamento no uso de recursos são realizadas por meio do estabelecimento de “conexões”, às vezes inesperadas, entre elementos antes afastados entre si. Neste sentido, destacam-se quatro conexões evidenciadas a partir da análise de algumas dinâmicas sociotécnicas levadas a cabo pelos atores sociais relacionados à emergência da agricultura de base ecológica em São Lourenço do Sul e Pelotas. A primeira conexão se refere à inter-relação estabelecida entre as organizações dos agricultores familiares e as organizações não governamentais de apoio técnico e organizacional. A segunda conexão se refere à ligação direta entre a produção de base ecológica e os consumidores (moradores de áreas urbanas). Uma terceira conexão que pode ser percebida é a relação entre a produção de base ecológica e a merenda escolar em escolas públicas da região. A certificação da produção e o sistema de acreditação realizado pelos próprios agricultores se colocam como uma quarta conexão a ser evidenciada.

Como mencionado anteriormente, desde meados dos anos 1990, alguns agricultores dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, por intermédio da CPT e do CAPA, começaram a buscar alternativas ecológicas de produção de alimentos que fossem oportunas

ao desenvolvimento de suas unidades agrícolas. Analisando-se o objetivo inicial da iniciativa, pode-se identificar que os projetos de apoio técnico que se iniciavam constituíram-se como base do reordenamento de recursos que se seguiu. Isto porque tais projetos mobilizaram processos de aprendizagem que puseram lado a lado conhecimentos locais e técnico-científicos e facilitaram o aprimoramento dos mecanismos de organização dos agricultores.

Dessa forma, adaptando, transformando e misturando práticas e técnicas embasadas por seus conhecimentos, com as práticas e técnicas trazidas por meio da execução dos projetos de apoio técnico com base em múltiplas metodologias, os agricultores construíram, em conjunto com os mediadores sociais, uma iniciativa de trabalho diferenciado. As alternativas tecnológicas que foram sendo desenvolvidas, segundo os entrevistados e documentos analisados, eram baseadas em princípios da agricultura de base ecológica, promovendo o resgate dos conhecimentos locais, como o acompanhamento das fases da lua para realização de práticas como plantio e colheita ou a utilização de resíduos orgânicos para fertilização do solo. Inúmeras práticas e técnicas foram sendo desenvolvidas e sistematizadas, promovendo o reordenamento de recursos diversos e, com isto, mudando a forma de fazer agricultura, mas, sobretudo, transformando a relação entre as organizações de agricultores pré-existentes e as ONGs presentes no local.

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento da agricultura de base ecológica na região, sequencialmente, gerou a ampliação do volume de produção, fato que acabou por atingir um limite na comercialização, ou seja, os canais de escoamento da produção se tornaram insuficientes. Sendo assim, agricultores e mediadores perceberam que era necessário viabilizar a ampliação do mercado, uma vez que, aparentemente, havia demanda para tais alimentos.

Este processo parece ter sido o incentivo para a ampliação e consolidação de diversas formas de organização social. Assim, o objetivo de reunir as produções para atender (e criar) novos mercados foi fundamental para a fundação da Cooperativa Sul Ecológica, mas também para o estabelecimento de redes de relações entre outras organizações de agricultores, além das governamentais e não governamentais. Esta malha de relações, como apontado na seção anterior, que pode ser entendida como um reordenamento no uso de recursos, deriva da conexão entre os primeiros grupos organizados de agricultores e as organizações que se dispuseram a trabalhar com elas em favor da emergência da agricultura de base ecológica na Região sul do Rio Grande do Sul.

Organizados, os agricultores conquistaram os espaços das feiras livres em locais de grande circulação nas sedes dos municípios e, posteriormente, criaram um selo, uma marca

que passou a caracterizar seus produtos. O selo da Sul Ecológica estampado nas embalagens dos produtos fez com que os consumidores passassem a identificar esses produtos, atribuindo-lhes maior valor por sua qualidade e credibilidade. Também há relatos de que, com a consolidação da marca da cooperativa, tem havido uma fidelização dos consumidores, que passaram a frequentar a feira semanalmente em busca dos mesmos produtos.

Isto remete à segunda conexão fundamental para o reordenamento no uso dos recursos, que se refere às ligações estabelecidas entre a agricultura de base ecológica e o consumo urbano. Essa conexão traz, por exemplo, mudanças no uso de recursos ‘naturais’ ou ‘materiais’, como é o caso de alguns cultivos, antes circunscritos ao auto-consumo nas zonas rurais, que passam a constituir produtos comercializáveis, uma vez que o consumidor passa a reconhecer seu valor como alimento, pelas características nutricionais que contém, ou como retomada de hábitos alimentares perdidos, tornando os repertórios culturais outra vez importantes no ato de consumir. Também, cultivares de milho, feijões, arroz, frutas nativas, que não tiveram vez nos processos de produção homogeneizadores da modernização e industrialização, passam a ocupar, não só maiores áreas de cultivo, mas também as mesas dos consumidores.

Com os espaços para a troca de informações e aprendizagem ampliados, agricultores e os demais atores envolvidos passaram a estabelecer a terceira conexão em destaque, que se refere a relacionar agricultura familiar e o fornecimento de merenda escolar. O processo se inicia quando os agricultores e mediadores perceberam que havia a possibilidade da produção de base ecológica abastecer a demanda de merenda escolar de uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul. Dessa forma, entre os anos de 1999 e 2002, o governo estadual realizou uma experiência (conforme mencionado no Capítulo 1), envolvendo a compra de produtos ecológicos para fornecimento da merenda. Esta conexão gerou, e vem gerando, uma série de transformações no uso dos recursos, como é caso do estabelecimento e consolidação de agroindústrias familiares, que passam a processar alimentos (sucos, bolos, biscoitos, doces, leite) especialmente para atender a demanda da merenda escolar.

Vale lembrar que, no ano de 2003, a experiência, que havia sido desenvolvida também em outros locais do país, foi adaptada e inspirou um programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, processo que tem desdobramentos importantes no que se refere ao mercado institucional e à mobilização e organização dos agricultores familiares.

A partir destas conexões que provocam reordenamentos diversos e que, por sua vez, são considerados parte de processos de emergência de novidades, é possível ressaltar, pelo

menos, dois aspectos: o primeiro se refere à mobilização de novos e velhos conhecimentos, como processo inerentemente relacionado ao redirecionamento no uso dos recursos, e, com isto, se estabelecem espaços de aprendizagem e novas arenas, que tendem a criar um ambiente mais propício para mudanças tecnológicas mais profundas; um segundo aspecto importante é que, ao reordenar o uso dos recursos, há também mudanças organizacionais e institucionais relacionadas, ou seja, não se trata apenas de redirecionar a produção de alimentos ecológicos de um mercado a outro, trata-se da inserção em processos mais amplos que, embora precocemente, pode-se começar a vislumbrar como contribuições à mudança no regime da agricultura convencional.

Com relação a isto, pode-se mencionar algumas transformações que começam a ficar evidentes, por exemplo, o fato de que as primeiras iniciativas de produção e comercialização de produtos orgânicos no país foram estabelecidas por cooperativas de consumidores em meados do ano de 1978, aproximando consumidores e produtores. Os agricultores ecologistas, apoiados por ONGs, iniciaram essa nova maneira de encarar a comercialização. Nessa época, produtores e consumidores estavam em contato direto, via feiras livres e entregas de cestas em domicílio, o que proporcionava confiança ao processo. Estava criada a rede de credibilidade de produção e comercialização dos alimentos ecológicos, envolvendo produtores, consumidores e mediadores sociais, profissionais das ciências naturais e agrárias, que avaliavam o sistema saudável de produção de alimentos (FONSECA, 2000).

Diante da ampliação dos mercados de comercialização dos produtos orgânicos houve a necessidade de regulamentação de sua produção e comercialização, o que, conseqüentemente, levou ao distanciamento entre agricultor e consumidor. Nos primeiros passos desse processo, no Brasil, a normatização era estabelecida pelas próprias organizações de agricultores, ONGs e até mesmo cooperativas de consumidores. Porém, no início de 1991, a Comunidade Econômica Européia (CEE) regulamentou o comércio de produtos orgânicos no âmbito dos seus países afiliados. Segundo essa regulamentação, a importação de produtos orgânicos de países não pertencentes à CEE só seria permitida caso existissem, nesses últimos, regulamentações normativas equivalentes (FONSECA, 2000).

A partir de setembro de 1994, o Ministério da Agricultura reuniu-se com representantes de entidades ligadas à produção e ao consumo de alimentos orgânicos com o propósito de criar normas para a produção orgânica em todo o território nacional, abrindo maiores possibilidades de exportação. A discussão continuou nos anos seguintes e, em 2007, reunindo dentro da categoria de ‘orgânicos’ as diferentes vertentes que englobam a produção

de base ecológica, a legislação que rege a certificação foi estabelecida pela Lei Federal 10.831¹⁴ e regulada por cinco Instruções Normativas.

A partir da Lei Federal, foi criado o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG). Dele fazem parte dois tipos de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC): a) as Certificadoras Comerciais, chamadas de terceira parte, por não integrarem os agricultores e trabalharem por sistema de auditoria; b) os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPACs), que, assim como as certificadoras, precisam ter credenciamento a ser feito pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), mas têm o sistema de acreditação feito por grupos compostos de agricultores e outros atores interessados, como consumidores, técnicos e organizações sociais (PINHEIRO, 2010). Embora ainda haja uma série de conflitos e contradições relacionadas às questões da certificação, o percurso das transformações já deixa antever mudanças no regime, embora não esteja muito claro o que ainda está por vir.

De qualquer maneira, para os agricultores organizados na Cooperativa Sul Ecológica, a importância da certificação está também relacionada ao fato de que podem receber valores adicionais nos produtos destinados ao mercado institucional e, para além dos possíveis ganhos econômicos, é necessário sublinhar que o fato de haver uma nova institucionalidade que reconhece a certificação participativa ou solidária é um avanço importante, lembrando que na agricultura ecológica o objetivo é buscar uma dinâmica de desenvolvimento em que o agricultor tenha garantido seu espaço de representação política e reprodução social, bem como autonomia na gestão, tomada de decisões e escolhas tecnológicas.

Baseada nestas mudanças é que se pode delinear uma quarta conexão, que leva a processos de reordenamento no uso de recursos. Os agricultores foram avançando com a produção de base ecológica e angariando credibilidade pessoal, inclusive pela utilização do selo da cooperativa. Com a experiência adquirida resolveram dedicar-se e realizar a certificação eles mesmos, conectando-se então ao sistema de certificação ainda emergente.

A opção foi por certificar a produção através de Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade ao invés da contratação de empresas de certificação por auditoria. A escolha, em parte, se deve aos altos preços praticados pelas empresas certificadoras, mas também à inconformidade com a metodologia de trabalho, já que a

¹⁴ No artigo 2º da lei apresenta-se como certificação orgânica o ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes (BRASIL, 2007).

credibilidade ‘concedida’ aos produtos de base ecológica por pessoas e estruturas alheias à comunidade não criam um processo de autonomia da família agricultora ou da comunidade (MEIRELES, 2003).

A partir do conhecimento e compreensão do funcionamento dos OPACs, os agricultores familiares dos municípios analisados estabeleceram uma relação com a Rede Ecovida de Agroecologia¹⁵, cujo objetivo enfoca a construção de um processo distinto de certificação denominado “participativo em rede”, o qual contrapõe o modelo mais comum realizado pelas demais certificadoras, o modelo de auditoria por inspeção externa.

Essa Rede abrange os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e é formada por núcleos regionais. São atualmente 21 núcleos que reúnem em torno de 170 municípios. Dentre estes núcleos, destacam-se pela participação e atuação, na região sul do Rio Grande do Sul, os de Pelotas e São Lourenço do Sul. O trabalho da Rede reúne aproximadamente 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Dentre esse número de ONGs e cooperativas vinculados, se encontram, respectivamente, o CAPA e a Sul Ecológica.

É importante ressaltar, que de maneira simultânea ao estabelecimento destas conexões, ocorre a todo instante o reordenamento do uso dos recursos também (ou principalmente) dentro de cada unidade de produção dos agricultores familiares, cuja complexidade e dinâmica permite afirmar que são muitas as conexões construídas pelos agricultores e outros atores. A partir da apreensão de algumas delas foi possível analisar alguns dos aspectos relativos a trajetórias que levam à emergência de novidades.

Pode-se evidenciar que os projetos de apoio técnico, a relação direta entre agricultor e consumidor, o fornecimento de produtos para merenda escolar e a certificação feita pelos próprios agricultores representam conexões geradoras de importantes sinergias em níveis social, econômico e ambiental, levando a reordenamentos no uso de recursos, que são significativos para a emergência das novidades evidenciadas pela pesquisa, como a criação da Agroindústria Familiar Figueira do Prado e da Cooperativa Sul Ecológica, ou o acesso a mercados de cadeia curta e institucional (a serem tratadas especificamente no Capítulo 4).

Através da análise dessas conexões se corrobora com Oostindie e Broekhuizen (2008) quando afirmam que as conexões, que levam a reordenamentos, não são simplesmente técnicas ou materiais, mas envolvem, simultaneamente, negociações, renegociações, conflitos, disputas por poder e até possíveis criações de novas relações organizacionais, ou seja, elas

¹⁵ Para uma maior discussão a respeito da Rede Ecovida de Agroecologia, consultar Medaets e Fonseca (2005).

não se limitam à agricultura e incidem sobre outros limites setoriais e estão proporcionando aos agricultores desbravar novos caminhos e estabelecer desvios das regras que o regime prevalente impõe.

4 OBSERVAÇÕES, INTERPRETAÇÕES, REORGANIZAÇÕES...: A CAMINHO DAS NOVIDADES

A importância das coisas se traduz na atitude que se toma com relação a elas. Atitudes diferentes que fazem a diferença...

A emergência de novidades, como já dito, pode estar relacionada com a criação e consolidação de dispositivos coletivos e arranjos institucionais, bem como a formas diferenciadas de organização da produção. Na agricultura, os agricultores têm introduzido mudanças no processo de produção utilizando, para isso, cuidadosas observações, interpretações, reorganizações e avaliações.

O desenvolvimento agrícola, assim compreendido, não está desvinculado de distintos processos de inovação e escolhas tecnológicas em nível local, que se acumulam de tal forma que acabam por constituir-se como desenvolvimento tecnológico em nível social mais geral. Uma série de inter-relações recíprocas entre distintos níveis de ação social caracterizam transições sociotécnicas, que acabam por transformar os regimes tecnológicos, porém, novos regimes não são criados de um momento para outro, eles evoluem pela ação e estratégia de muitos e diferentes atores. Sendo o nível micro menos estruturado e institucionalizado, ele representa o *locus* onde os desvios das regras encontram espaço e as convergências entre os atores podem ser potencializadas. Assim, ao desenvolverem práticas e técnicas ou criarem redes que facilitam fluxos de materiais e de conhecimento, atores sociais traçam mudanças para o desenvolvimento rural (MARQUES, 2009).

E é partindo desse nível que, nesta pesquisa, são percebidos alguns ‘desvios’ construídos ao longo da trajetória de algumas famílias de agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas. São trajetórias marcadas por severas transformações produtivas e tecnológicas trazidas pela modernização ao campo, que influenciaram em aspectos como a organização e a vida comunitária, a desigualdade social e a sustentabilidade em suas variadas dimensões (econômica, ambiental, social, cultural).

Em meio a um cenário onde predominam grandes extensões de cultivos de arroz e cultivos intensivos de fumo, os investimentos financeiros de grandes empresas têm sido voltados para uso de maquinários pesados e altas quantidades de agroquímicos. Assim, muitos dos projetos de apoio técnico têm sido direcionados para o atendimento das necessidades dos

agricultores envolvidos com essas atividades. Por outro lado, os agricultores familiares, que vivem em ambos os municípios analisados, estão reagindo criativamente e construindo, sobretudo coletivamente, novidades, que surgem pelo enfrentamento aos desafios aos quais se deparam.

Através de tal ótica, é possível compreender que esses agricultores familiares estão vinculados a emergência de ‘novidades’, não só com o objetivo de fazer frente às adversidades a que estão submetidos diariamente, mas também, de transformar formas de desenvolvimento baseadas nos princípios ‘modernizantes’ de produção.

Essas novidades podem estar indicando uma mudança de rota na trajetória de desenvolvimento no espaço rural e, assim, trazê-las à tona, identificando práticas produtivas e organizativas associadas à agricultura de base ecológica, é o propósito deste capítulo. Para isto serão apresentadas e analisadas três iniciativas que estão sendo colocadas em prática por alguns agricultores familiares e mediadores sociais dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas. Tais iniciativas relacionam-se às novas formas de organização da produção e à criação de dispositivos coletivos, que estão sendo desenvolvidas com o intuito de construir maneiras diferenciadas de acessar o mercado e, assim, diminuir suas vulnerabilidades sociais (MELLO, 2009).

A primeira iniciativa refere-se a uma novidade organizacional que está se consolidando na região. Esta iniciativa se constitui na criação da Cooperativa Sul Ecológica, cuja fundação abrange um conjunto complexo de relações sociais.

Os principais motivos que levam a considerar a organização dos agricultores familiares em cooperativa como novidade são, em primeiro lugar, o fato de que a criação da cooperativa tem deflagrado uma nova dinâmica de relacionamento com a sociedade local, já que a produção de alimentos ecológicos implica, neste caso, em um contato mais direto na comercialização entre agricultor e consumidor; um segundo motivo se refere ao fato de que os atores sociais organizados nessa cooperativa têm ampliado processos de aprendizagem coletiva, seja porque o dispositivo facilita ações de mediadores sociais envolvidos ou porque a dinamização de vínculos e redes sociais aumenta possibilidades de trocas de um relevante ‘saber-fazer’, rompendo o isolamento de muitos avanços em andamento. Todas essas dinâmicas e relações têm sido capazes de suscitar um espaço de discussão propícia ao fortalecimento das interações sociais.

A iniciativa dos agricultores em buscar vias para o acesso aos mercados de cadeia curta (como feiras locais) e institucional, se opondo à dependência de mercados oligopolizados e/ou de cadeia longa, foi considerada como uma segunda novidade emergente

a ser investigada. Segundo os entrevistados, esta iniciativa tem entre seus objetivos tornar as unidades produtivas mais autônomas em relação aos recursos externos e, também, inserir dinamicamente a produção ecológica de alimentos em mercados em expansão.

A terceira iniciativa em questão se insere na estratégia de industrialização da produção dos próprios agricultores familiares de base ecológica. Esta é representada pela agroindústria familiar rural Figueira do Prado, que se ocupa da elaboração de sucos e *schimiers*. A constituição dessa agroindústria está associada, em grande medida, ao desejo dos agricultores de agregar valor à sua produção agrícola e a eliminar intermediários na comercialização de seus produtos.

Essas três iniciativas, melhor detalhadas a seguir, representam distintas formas ofensivas e de reação dos atores sociais frente aos padrões ‘modernos’ dominantes. Embora distintas, as iniciativas podem ser inter-relacionadas a todo o momento, já que estão inseridas em um mesmo contexto e fazem parte de um processo mais amplo de construção de espaços de manobra na luta constante por autonomia.

4.1 COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA: DISPOSITIVO COLETIVO EM CONSTRUÇÃO

Em virtude do desengajamento do Estado, novas formas de ação coletiva foram desenvolvidas entre os agricultores familiares e em suas organizações profissionais (associações, cooperativas, sindicatos). É o caso das ações coletivas de gestão dos recursos naturais, de produção de conhecimento (grupos de agricultores experimentadores, escolas familiares rurais), dos grupos de comercialização de produtos (feiras de produtos orgânicos, venda direta e cadeias curtas), dentre outras. Essas iniciativas correspondem a dispositivos coletivos de agricultores, ou seja, arranjos e configurações entre atores de distintos tipos com uma perspectiva de regulamentação (SABOURIN et al., 2005).

O fato de essas organizações terem pouco a pouco assumido funções coletivas de produção de bens públicos, além da defesa dos interesses de grupos “sócio-profissionais”, se deve à tradição de sistemas de gestão comunitária de elementos naturais, como água, pastagens, floresta, terras, etc. e às carências do Estado para assumir certos serviços e bens públicos no meio rural como educação, saúde, informação e transformações técnicas (SABOURIN et al., 2005).

Desta forma, diante da necessidade de fortalecer as iniciativas da agricultura familiar, mais precisamente da agricultura familiar de base ecológica, por meio da união de agricultores marginalizados pelas consequências negativas da modernização como descapitalização, dificuldades de integração a mercados para comercialização de seus produtos ou mesmo no acesso a algumas políticas públicas, e frente a algumas lacunas deixadas pelo Estado, principalmente com relação a projetos de apoio técnico, foi criada a Cooperativa Sul Ecológica.

Incentivada pela Pastoral Rural e pelo CAPA, essa cooperativa foi fundada em dezembro de 2001, por agricultores familiares distribuídos por vários municípios do extremo sul gaúcho, que viram no cooperativismo uma ferramenta para enfrentamento dos desafios da modernização da agricultura (BECKER; CALDAS; ANJOS, 2007). A organização da cooperativa se dá em núcleos de no mínimo cinco famílias, sendo que, atualmente, conta com aproximadamente 253 associados, distribuídos em 26 núcleos nos municípios de Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Em virtude da necessidade de ampliação dos mercados e frente a uma intensificação dos monocultivos como eucalipto e fumo, os agricultores buscaram um projeto de assistência técnica e extensão rural para contribuição na consolidação da experiência (BECKER; CALDAS; ANJOS, 2007). Com isto, no ano de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), aprovou um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apresentado pela cooperativa, cujo objetivo era a diversificação das áreas de cultivo de fumo. A operacionalização efetiva deste projeto deu-se a partir de janeiro de 2008, envolvendo 283 agricultores familiares associados de nove municípios: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. Ressalta-se que a produção de fumo tinha maior expressão em São Lourenço do Sul e Canguçu, tendo em vista que, nestes municípios, as áreas cultivadas eram maiores e havia maior número de produtores.

Este projeto é apontado como fundamental no apoio que a cooperativa vem dando aos agricultores no sentido da qualificação de seus processos produtivos e desenvolvimento de estratégias de comercialização. As mudanças tecnológicas e a consolidação de mercados diferenciados têm promovido, lentamente, a substituição do cultivo do fumo, especialmente pelo incentivo da transição para sistemas ecológicos de produção. De acordo com os entrevistados, a produção de alimentos vem conquistando um espaço relevante nas unidades de produção e na região, inclusive resgatando cultivos anteriormente tradicionais utilizados

para a subsistência das famílias locais, como é o caso das hortaliças e algumas frutíferas nativas como o butiá.

A dependência do cultivo de fumo como principal fonte de renda por parte de determinados grupos de agricultores, com todos os riscos que esse monocultivo desencadeia à saúde humana e ambiental, é bem conhecida. Por outro lado, iniciativas de desenvolvimento de sistemas produtivos alternativos em regiões fumageiras nem sempre são fáceis de levar adiante. Garantir ganhos da família, respeitando limites do meio ambiente e possibilitando estabilidade financeira, como propunha o projeto de ATER da Sul Ecológica, também apresenta fatores limitantes.

É possível evidenciar que a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo em São Lourenço do Sul e Pelotas tem diminuído a dependência dos agricultores em relação à fumicultura, em função da substituição parcial, ou mesmo total, por outros cultivos. Todavia, as falas abaixo, respectivamente de um extensionista e de um agricultor, permitem perceber a lentidão da transição:

[...] o fumo é a garantia. A questão maior está em ter essa garantia de renda. Se a agricultura ecológica possibilitasse essa garantia não teria problema nenhum dessas famílias em fazer essa transição completa. Já está havendo, em alguns casos, uma diminuição, até algumas famílias pararam de plantar o fumo. Mas, é um processo lento [...]. (ENTREVISTA 19).

[...] como têm esses intervalos na entressafra do fumo, a gente aproveitou pra plantar ecológico [...] porque um dia nós estávamos com ideia de parar de plantar fumo e a gente começou a então plantar ecológico, mas pra vender também. O mercado é melhor de vender, claro, por quantia não dá pra vender várias vezes, mas, o mercado é garantido né. E o preço é fixo, essa é que era a outra importância pra sairmos do fumo. (ENTREVISTA 15).

O plantio do fumo, assim como de outros cultivos conduzidos em sistemas convencionais de produção, traz inerentemente uma preocupação com a saúde que inquieta os agricultores, pelo aumento da prevalência de algumas doenças, cuja origem eles suspeitam ser decorrente da utilização de agroquímicos. Alguns relatos, colhidos durante a pesquisa, trazem experiências com problemas de saúde dos próprios agricultores ou de pessoas conhecidas, que acabam por suscitar-lhes preocupações. Em alguns casos, tais constatações provocam mudanças definitivas em suas vidas. Na fala abaixo, correspondente a um dos agricultores,

pode-se verificar uma ‘consciência’ que leva a uma mudança comportamental, refletindo diretamente na forma com que ele se relaciona com a agricultura:

Bem antigamente a gente trabalhava com muitos agrotóxicos e ter entrado na cooperativa nos mostrou outra alternativa. Uma qualidade de vida! Não trabalhar com agrotóxicos foi a melhor coisa. Quando o doutor me disse que essa doença que eu tenho hoje é de tempos atrás e que pode ser por mexer com agrotóxicos, eu vi que ele tinha razão. Eu mexia com soja e milho, mais com soja, pra vender, tudo com bastante agrotóxicos. Esses venenos são muito violentos! Eu acabei doente. (ENTREVISTA 8).

O início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser ativada, incentivada, acompanhada ou sustentada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior na medida em que se vale dos canais das relações sociais pré-existentes: parentesco, compadrio, redes de diálogo ou de comunicação interpessoais (SABOURIN, 2009).

Em escala local, a formalização das redes de diálogo pode ser incentivada no âmbito de uma intervenção, por exemplo, através de cursos, palestras e conversas realizados pelas organizações que assistem os agricultores, exatamente como fazem o CAPA e a Sul Ecológica quando desenvolvem ações junto aos agricultores nos municípios analisados. Este fato pode ser ilustrado através da seguinte fala de um desses agricultores:

Se não fosse a cooperativa eu tinha seguido plantando convencional, morango. Antes, eu tinha até problema de saúde por conta dos agrotóxicos. Mudou pra melhor a qualidade de vida, a gente só trabalhava com veneno, tudo era soja. Aí pra baixo, botava a maquininha nas costas e saia botando veneno [...]. (ENTREVISTA 2).

O mais importante a dizer é que, enquanto indivíduo isolado, esse agricultor familiar tem enfrentado maiores dificuldades no desenvolvimento de uma agricultura livre de agroquímicos e a esse respeito destacam-se dois aspectos. O primeiro refere-se às dificuldades

de ordem técnica que os agricultores individualizados enfrentam. Esses agricultores têm maior dificuldade de acesso a informações novas, conhecimentos diferentes dos seus, que podem lhes trazer subsídios para melhorar suas práticas de trabalho com a agricultura. De acordo com os próprios entrevistados, muitas vezes, enquanto ainda não estavam organizados em grupos, ou mesmo em cooperativa, esses agricultores, quando “*arriscavam seguir por outros caminhos*” (ENTREVISTA 24), como a produção de hortaliças com base ecológica, não obtinham sucesso na atividade, por falta de conhecimentos acerca de determinadas técnicas para o cultivo.

O segundo aspecto se refere à comercialização, uma vez que o acesso ao mercado para seus produtos é dificultado, embora exista uma demanda muito elevada. Como visto anteriormente, esses agricultores familiares perceberam que não conseguiriam, individualmente, produzir quantidades suficientes para atender a essa demanda. Além de que, como já mencionado, para o acesso a políticas públicas relacionadas à comercialização de produtos da agricultura familiar, como o PAA, é necessário que os agricultores estejam vinculados a uma organização social, como por exemplo, uma cooperativa.

4.1.1 Assistência Técnica: Um Diferencial da Cooperativa

As ações de mediação social realizadas pelo CAPA têm sido responsáveis pelo incentivo à união dos agricultores em grupos, como vem ocorrendo em São Lourenço do Sul e Pelotas. Sendo assim, agricultores familiares dessas localidades vêm se organizando nesses grupos, e isso tem se apresentado como uma via facilitadora, como já discutido, para transpor as fronteiras das unidades de produção, gerando novos vínculos e relações sociais, além de formatos inovadores de organização. Essa transposição de fronteiras é um fator que está levando os agricultores familiares dos municípios analisados a, por exemplo, terem acesso a assistência técnica, como revela a fala abaixo, proveniente de um agricultor, referindo-se ao CAPA e a Cooperativa Sul Ecológica:

[...] É a única assistência que a gente recebe, quando trabalhava por conta, a gente não tinha nenhuma assistência. A EMATER que tinha que dar assistência aqui, nunca veio olhar uma lavoura! E aí, depois de entrar no grupo, o agrônomo veio e dava assistência pra gente [...] se não tivesse a cooperativa ia ser bem mais difícil. (ENTREVISTA 8).

Como já descrito, antes mesmo de estarem vinculados à Cooperativa Sul Ecológica, esses agricultores faziam parte dos grupos criados por influência do CAPA, anos atrás. Já nas primeiras reuniões, nas quais a ONG contou com a participação dos agricultores, foi sugerido que os agricultores se organizassem em grupos para viabilizar o trabalho da assistência técnica, bem como da troca de ideias entre os agricultores e mediadores. Dois aspectos foram importantes na criação desses grupos: um contemplava a consideração dos interesses em comum entre os agricultores; o outro considerava a proximidade das residências das famílias.

Diversas situações observadas a campo deixam bastante evidente que os agricultores reconhecem a importância do trabalho dos extensionistas, seja na assistência técnica prestada ou no apoio à organização. No entanto, uma das dificuldades enfrentadas pela cooperativa é o fato de não poder contar com o trabalho permanente dos técnicos, já que estes são contratados em caráter temporário por meio de projetos. O trabalho da cooperativa, em parceria com o CAPA, permite que os técnicos da ONG atendam às famílias vinculadas à cooperativa, o que leva, muitas vezes, os agricultores a não discernirem uma organização de outra, confundindo representantes e técnicos de uma ou outra instituição, e mesmo o papel de cada uma delas.

O fato da cooperativa não possuir meios para atender a demanda de apoio técnico de seus cooperados gera uma espécie de dependência da ONG, aspecto que pode estar se estendendo aos agricultores, na medida em que não se pode afirmar que atuam de forma completamente autônoma. O CAPA tem, entre seus objetivos, contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione aos agricultores familiares “independência e autonomia” (IDE, 2008, p. 9). Além disso, possui dentre suas ações, a colaboração na fundação da Cooperativa Sul Ecológica, cujo objetivo principal também inclui construir formas de autonomia frente às adversidades encontradas pelos agricultores familiares. Porém, contraditoriamente, a cooperativa nem sempre consegue realizar, através de meios independentes, a prestação de serviços de apoio técnico aos seus cooperados, gerando a dependência mencionada e as dificuldades de delineamento da identidade de uma ou outra organização.

Dessa forma, verifica-se que o trabalho do CAPA, com relação a independização dos agricultores, pode ser considerado ainda incompleto. Pode-se dizer que o trabalho da ONG ainda precisa ser mais propulsor de iniciativas do que assistencialista, desenvolvendo ferramentas úteis relacionadas desde modos diferenciados de produção até vias de acesso a políticas públicas e/ou formas de organização social autônomas, para que os próprios agricultores encontrem formas de atuar frente a suas necessidades e dificuldades cotidianas. Por outro lado, deve-se lembrar que este é um ponto chave no processo de mediação, em que

melhorias metodológicas podem ajudar, mas tendo claro que há assimetrias de poder (e conhecimento) que continuarão presentes e, por isto mesmo, a importância recai sobre a garantia da manutenção e aprimoramento dos espaços de encontro, que favoreçam a constituição de arenas e as interfaces.

Permeando as ações de mediação social, outro aspecto que convém destacar é o desencontro de ideais entre as instituições atuantes em Pelotas. Em meio a conversas e entrevistas com alguns agricultores, pode-se ouvir que o trabalho de assistência técnica e extensão rural desenvolvido pela Cooperativa Sul Ecológica e pelo CAPA segue na ‘contra corrente’ de outras organizações atuante nas localidades.

A assistência técnica praticamente não existe aqui, nós felizmente devido essa cooperativa temos assistência do CAPA, pois outros órgãos oficiais, como a EMATER, dão assistência pra alguns grupos que já estão num patamar mais elevado, que já estão com a produção boa, que já são um expoente. Esses sim são bem vistos pela EMATER. A EMATER daqui de Pelotas não acredita na agroecologia, além dos próprios profissionais da EMATER, o próprio governo do Estado que comanda não acredita. Ele tem a visão do agronegócio, coisas grandes. Não tem a visão da realidade da agricultura familiar, que são coisas pequenas. Chega a ter dois, três técnicos da EMATER na mesma casa de um produtor que está pro reflorestamento. Pra esses sim tem assistência técnica! Pra plantação do eucalipto, pinus tem! (ENTREVISTA 5).

Podendo o regime sociotécnico ser definido como o conjunto de normas compreendido no complexo do conhecimento científico, práticas de engenharia, processos de produção de tecnologias, características de produtos, habilidades e procedimentos, instituições e infra-estruturas que constituem a totalidade da tecnologia (KEMP; SCHOT; HOOGMA, 1998, é possível analisar que as instituições consolidadas que dão suporte a certas organizações, como as governamentais, neste caso em especial a EMATER de Pelotas, ainda estão fortemente ligadas ao ‘regramento’ dominante representado pelo regime sociotécnico no qual está inserida a agricultura guiada pelos princípios modernizantes. Fato este que vem ocorrendo, principalmente, desde os anos 1980, quando o sistema político e administrativo centralizado, e ainda autoritário, seletivamente elegeu apenas alguns setores para atuação na agricultura, o que levou agricultores e demais atores relacionados à promoção do desenvolvimento rural a buscar soluções por fora das estruturas governamentais.

Assim, tiveram não só que aprender a lidar com o apoio das ONGs que militavam, então contra o Estado autoritário, como também com o apoio dos movimentos sociais, da Igreja e das agências de cooperação internacional. Esta situação foi verificada nos casos que

fazem parte dos estudos aqui apresentados e, como também observa Sabourin (2009), muitas vezes, apesar da volta à democracia, os serviços públicos mantiveram posturas autoritárias ou, em todo caso, continuaram sendo contraditórios às demandas feitas pelos agricultores familiares.

Os agricultores familiares dos municípios analisados, ao serem apoiados pelo CAPA e pela CPT, tiveram a oportunidade de desenvolver junto a esses mediadores o projeto (heterogêneo) da agricultura de base ecológica, propulsor da emergência das novidades identificadas em campo (nesta seção destacando-se a Cooperativa Sul Ecológica).

Vale ressaltar que, através do contato com os agricultores cooperados da Sul Ecológica, proporcionado pela pesquisa, pode-se verificar que esses agricultores constroem diferentes papéis relacionados à cooperativa. Há certos momentos em que um mesmo agricultor membro da cooperativa pode assumir papel de mediador social, quando repassa a outrem uma técnica que aprendeu em outro momento. Também, pode passar de membro a representante ou gestor, quando torna-se presidente ou membro de conselhos, vivenciando as várias nuances da interface.

Essa construção diversificada de papéis dá oportunidade para uma análise a respeito de como estão sendo construídas as relações sociais que dão suporte ao estabelecimento de redes de contato e ao surgimento e renovação dos compromissos de reciprocidade. O interessante a destacar é que esses agricultores familiares, vinculados à Sul Ecológica, constroem papéis variados de acordo com a necessidade da situação que lhes aparece. O fato de desenvolver o papel de presidente da cooperativa pode apresentar ao agricultor que assumir esta função maiores dificuldades quando o assunto se refere ao trabalho direto com a agricultura, fonte de renda de sua família, já que as atividades relacionadas à ocupação demandam tempo e dedicação e, de acordo com o estatuto interno que rege as regras da cooperativa, o presidente não pode atuar como membro da cooperativa, o que faz inclusive com que ele não possa comercializar sua produção através dessa..

Devido a isso, de acordo com os agricultores familiares envolvidos com esta pesquisa, para assumir esse papel na cooperativa é necessário mais do que ter redes de contato estabelecidas e proximidade com os cooperados, é necessário “*se doar para ser presidente*” (ENTREVISTA 5).

Algo semelhante ocorre quando o agricultor cooperado desenvolve o papel de técnico, transferindo aos outros agricultores seus conhecimentos. O agricultor dedica tempo e paciência no repassar de práticas e técnicas que conhece para alguém que ainda não teve oportunidade de aprender sobre elas, o que está intrinsecamente correlacionado ao princípio

de cooperativismo. Transmitir e trocar conhecimentos, assumir um papel como presidente da cooperativa, são exemplos de atividades que os agricultores desempenham em prol da evolução e desenvolvimento do grupo, o que sugere que os compromissos de reciprocidade são o que direcionam esses agricultores a assumirem tais papéis, os quais são parte indissociável dos processos, que fazem da cooperativa uma novidade.

Apesar dessas relações de reciprocidade entre os agricultores e até mesmo entre alguns mediadores e agricultores, é necessário evidenciar que críticas se constroem em certas ocasiões, nas quais há uma tentativa de sobreposição de conhecimentos (relação técnico com agricultor) ou mesmo de contradições de conhecimentos e objetivos, entre técnicos e agricultores, técnicos e mediadores ou entre técnicos representantes de diferentes organizações.

As possíveis divergências de objetivos fazem com que diminuam, para o agricultor familiar, as alternativas de afrontamento às vicissitudes encontradas no rural, o que também contribui para que alguns deles abandonem seu trabalho no campo e busquem atividades nas cidades, o que acontece com grande parte dos jovens. Esse fato causa diversos problemas no campo, dentre os quais a falta de agricultores sucessores tanto no trabalho com a agricultura diretamente, quanto no envolvimento com as questões de organização social, por exemplo, dentre os agricultores que assumem a presidência da cooperativa não há jovens.

O trabalho em convergência de organizações governamentais ou não governamentais e associações ou cooperativas tem mostrado que existem alternativas que podem vir a fortalecer a agricultura familiar e ainda fazer com que os jovens mantenham suas moradias e funções de trabalho no espaço rural. De qualquer modo, é necessário um trabalho coletivo, pois não há políticas públicas adequadas construídas sem o auxílio de organizações locais fortes. Para os agricultores, é difícil construir e implementar um projeto quando sozinhos.

Assim, o estabelecimento de um quadro de referência faz-se necessário, sendo construído ou adaptado a cada situação, socializado por meio de atividades de animação e de processos de aprendizagem, de forma a construir projetos, mobilizando e articulando os saberes locais, científicos e técnicos, adaptando ferramentas de gestão do conhecimento e da informação, conduzindo pesquisas aplicadas a partir de experimentação social em condições reais (SABOURIN, 2009).

Esses agricultores deixam claro, em seus depoimentos, a necessidade de uma assistência técnica capaz de apresentar a eles técnicas e práticas diferentes das que eles conhecem, mais adaptadas a sua realidade local, e que possam ser adaptadas e reconstruídas

por eles de acordo com suas necessidades a fim de envolver uma maior 'sustentabilidade' em suas ações.

Vale destacar que a política de assistência técnica e extensão rural, como bem público, passa a ter sentido se admitido que cabe ao Estado apoiar setores menos favorecidos, elaborar estratégias de desenvolvimento local, assim como realizar ações ambientalistas e de promoção da produção de alimentos limpos, de melhor valor biológico (CAPORAL, 2003).

Sendo as atividades de mediação social desempenhadas pela EMATER de Pelotas dissociadas das realizadas pela Sul Ecológica e pelo CAPA, os processos de desenvolvimento local desencadeados pelos próprios agricultores familiares, como a aprendizagem coletiva, a otimização do fluxo de informações, reconstruções e adaptações de técnicas e mesmo a reorganização social, são dificultados. Ou seja, informações e conhecimentos que poderiam chegar aos agricultores através de fontes mais diversificadas, orientadas por olhares e compreensões mais variados, chegam aos mesmos por meio de uma única via, o que pode estar restringindo ou impedindo processo inovadores.

Essa diversificação de fontes de informações e conhecimento poderia ser colocada em prática se essas organizações trabalhassem conjuntamente, no objetivo de busca à equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental. Essa atuação conjunta das organizações poderia propiciar aos agricultores mais diversificação em relação a vias de acesso a formas alternativas de melhoria de vida, o que conseqüentemente, poderia abrir caminhos potenciais à emergência de novidades entre esses agricultores.

Apesar de existir o respeito mútuo e algumas ações conjuntas entre as organizações atuantes nas localidades, como por exemplo, EMATER e CAPA no município de São Lourenço do Sul, nota-se que em outras situações, como em Pelotas, o trabalho das organizações ainda é direcionado por posicionamentos diferentes, até mesmo opostos. Neste sentido, o desafio se coloca justamente na necessidade da construção de consensos (ainda que parciais) e objetivos comuns às organizações atuantes no apoio aos agricultores familiares.

4.1.2 A Cooperativa e a Construção de Conhecimento

Mesmo organizados em grupo, depois das primeiras mudanças nas práticas agrícolas, a presença e o incentivo das organizações que promovem a assistência técnica têm sido fundamentais, principalmente na fase inicial da transição para a agricultura de base ecológica,

em que existe uma maior probabilidade de abandono dessas práticas, já que muitos agricultores desconhecem técnicas e práticas específicas que viabilizam a produção de base ecológica.

Além disso, o incentivo dos próprios agricultores que já completaram processos de transição também é muito importante, visto que muitos deles são vizinhos e familiares. Deve-se acrescentar que a presença de agricultores experientes em produzir ecologicamente pode tornar-se um mecanismo interessante pelas referências que trazem a partir das práticas já adotadas ou desenvolvidas. Dessa forma, nessa interação de saberes, emergem alternativas aos problemas encontrados pelos agricultores a campo, a começar pelos entraves técnicos. Entre uma conversa e outra, eles buscam saída para suas ‘aduelas menores’, ou seja, para superar os fatores limitantes em seus processos de produção. Consequentemente se estabelece uma dinâmica de aprendizagem que, visivelmente, contribui para o desenvolvimento da sintonia fina na gestão e manejo dos recursos disponíveis.

Para estes agricultores, organizados na cooperativa, é possível perceber que o grupo representa um espaço de construção compartilhada de objetivos, conhecimentos e até mesmo valores, devido a suas experiências ocorrerem de formas semelhantes ou até mesmo em locais semelhantes, como pode ser visto na fala de um dos agricultores: “A gente participa do grupo daqui, né. O grupo da colônia francesa. Tem reunião uma vez por mês e, nessas reuniões, a gente vai tirando dúvidas, recebe orientação dos próprios agricultores. Sempre tem alguém mais experiente que pode ajudar” (ENTREVISTA 4).

Essa construção compartilhada de elementos, que proporciona novas aprendizagens e troca constante de informações, tem influenciado diretamente na contextualização de conhecimentos.

Como referido no Capítulo 3, parte-se da ideia de que o conhecimento contextual pode ser constituído por quatro processos principais: socialização, externalização, recombinação, e internalização. Dessa maneira, pode-se compreender que o grupo como espaço de interação é o primeiro passo desses importantes processos, já que na socialização ocorrem as trocas de conhecimento local entre os indivíduos, através de processos de compartilhamento, justamente o que, como percebido na fala do agricultor, ocorre nas reuniões.

Esses espaços, que favorecem as trocas e a contextualização, são fundamentais para a recombinação de conhecimentos, porque é através de redes e outras conexões, com a reutilização dos vários tipos e fontes do conhecimento local e técnico-científico, que há a criação de novos conhecimentos (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

No caso dos agricultores de São Lourenço do Sul e Pelotas, há outros momentos em que a socialização e a recombinação são favorecidas. Durante a pesquisa, isto pôde ser percebido em momentos tais como: o IV Encontro Regional de Comunidades Quilombolas, que aconteceu em Pelotas e contou com palestras sobre a valorização cultural e a importância do acesso a políticas específicas para este grupo social. Houve, também, apresentações culturais e espaços para trocas de experiência em geral; outro evento acompanhado foi a IV Festa Regional da Maçã e do Caqui de Arroio do Padre, onde são expostos produtos e alimentos típicos confeccionados pelos agricultores familiares da região, inclusive dos agricultores do município de Pelotas; também houve a VII Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Porto Alegre, evento de grande porte, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, destinado à divulgação e comercialização de diversificados produtos locais oriundos da agricultura familiar de todas as regiões do Brasil, inclusive dos municípios de São Lourenço do Sul¹ e Pelotas; ainda foi observada a participação dos agricultores que compuseram esta pesquisa na XIX Feira Nacional do Doce – FENADOCE². Na feira, são expostos, principalmente, doces e produtos elaborados por doceiras e agricultores de todo o país, recebendo visitação de pessoas de muitos lugares, inclusive de fora do Brasil.

A riqueza de relações e trocas que se estabelecem durante esses momentos é relevante para além das possibilidades comerciais que se abrem, uma vez que é perceptível a ativa circulação de informação e conhecimento. Tais aspectos favorecem os processos de recombinação e internalização, no qual alguns elementos do conhecimento externo são absorvidos (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), de modo que, posteriormente, podem ser adaptados e transformados, dando sequência a dinâmica de contextualização do conhecimento, que não segue uma ordem específica de desenvolvimento.

Durante o encontro de saberes dos agricultores e dos mediadores sociais, muitas vezes, porta-vozes dos conhecimentos técnico-científicos, a contextualização do conhecimento pode ser percebida pela recombinação e internalização, entretanto, não se pode negligenciar o fato de que pode estar ocorrendo, ao mesmo tempo, processos de externalização, importantes na medida em que amplia o alcance dos avanços locais.

Pode-se visualizar que, a partir dos casos estudados, as práticas agrícolas com base ecológica desenvolvidas localmente pelos agricultores familiares passaram a ser difundidas e

¹ Nesta feira, foi possível acompanhar e observar a participação da Agroindústria Figueira do Prado.

² Nesse evento, os produtos que são elaborados pelos agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas e comercializados com o selo da Sul Ecológica, foram expostos em um espaço adquirido pelo CAPA.

denominadas de ‘agricultura de base ecológica’ durante esta externalização. É neste processo, que extrapola o grupo, que os conhecimentos dos agricultores são difundidos (*e.g.* sobre plantio, fertilidade do solo, colheita, formas de captação de água para irrigação de plantas, *etc.*), já inter-relacionados com aqueles dos mediadores sociais (*e.g.* formas de aproveitar recursos locais, através da utilização de plantas indicadoras da fertilidade do solo, controle biológico de pragas e parasitas, cultivo de adubos verdes com a utilização de leguminosas, *etc.*).

Este conhecimento passa a ser externalizado para outras comunidades ou grupos de agricultores (até em outros estados brasileiros), por meio de encontros ampliados entre os agricultores familiares, como as feiras de exposição (algumas exemplificadas acima), reuniões estaduais de redes de cooperativa, espaços de discussões políticas (fóruns diversos) e mesmo por sistematizações das experiências que passam a ser publicadas ou publicizadas pelo uso da rede mundial de computadores (*internet*). Dessa maneira, esses conhecimentos locais e contextualizados, antes restritos a grupos de agricultores familiares, passam a fazer parte do projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica, ou seja, seguindo um processo dinâmico, contribuinte nas transições sociotécnicas que podem vir a extrapolar o nível micro.

Pelo fato dos agricultores, deliberadamente, estarem buscando encontrar meios de superar suas dificuldades, adaptarem-se a situações problemáticas e criarem alternativas que visam a melhora de suas condições de vida, mas também a melhoria de recursos ambientais e sociais (como a substituição do cultivo do fumo pela produção de alimentos com base ecológica), cabe dizer que a organização em torno da Cooperativa Sul Ecológica está desencadeando ações que ultrapassam a esfera estritamente econômica.

As ações estão sendo capazes de imprimir uma nova dinâmica no enfrentamento dos desafios impostos à agricultura familiar nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas. Uma dinâmica repleta de oportunidades de construção de iniciativas inovadoras, que podem favorecer significativamente a emergência de outras novidades a partir da cooperativa, como o acesso a determinadas políticas públicas e mesmo a criação de uma agroindústria, como será analisado em seguida.

Mesmo a criação da Sul Ecológica sendo resultante de variadas conexões de trabalhos entre algumas organizações, ela também é motivo de contraposição a outros tipos de trabalhos de outras organizações, já que promove a alteração de padrões criados de ordem social, econômica e ambiental, entre outros. Sobretudo, essas conexões e contraposições, presentes no processo de fundação e desenvolvimento da cooperativa, indicam que esses agricultores estão, com maior ou menor apoio dos mediadores, reorganizando recursos naturais e sociais,

buscam construir novos caminhos com maior possibilidade de encontrar ‘espaços de manobra’ para suas ações.

Essas buscas por ‘espaços de manobra’ estão levando-os a alcançar o intuito de obterem autonomia em relação ao mercado e, ciclicamente, construir conexões com outras organizações e redes sociais, o que favorece a realização de encontros e desencontros de horizontes entre eles, e entre eles e projetos de apoio técnico. Tais encontros que proporcionam a construção conjunta de conhecimentos e fazem com que o projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica siga sendo desenvolvido e aperfeiçoado, são fatores que fazem da Cooperativa Sul Ecológica uma novidade.

4.2 DESMISTIFICANDO O MERCADO: A PROXIMIDADE E O INSTITUCIONAL

Nos dias atuais, mercados para produtos orgânicos ou ecológicos encontram-se cada vez mais em evidência no país e no mundo. A cada dia, mais preocupados com sua saúde, consumidores de todo o mundo, tendo como meta obter uma alimentação saudável, têm aderido a novos padrões de consumo, seja aqueles que incluem alimentos livres de agroquímicos e/ou transgênicos, ou obtidos em sistemas socialmente justos. A mudança de hábito, por vezes, é influenciada por movimentos ambientalistas, grupos de orientação religiosa e/ou filosófica diversos, ações de grupos organizados contra padrões de consumo excessivo. No entanto, independentemente das motivações, as mudanças têm feito com que tais produtos ganhem espaço nos mercados.

Com a ampliação da demanda por esses alimentos, a área cultivada com os chamados orgânicos vem aumentando no Brasil, os acréscimos são reportados como significativos, embora ainda seja difícil estabelecer comparações entre o volume comercializado de alimentos convencionais e de alimentos de base ecológica, bem como a formação de preços entre os produtos oriundos dos diferentes sistemas. De acordo com Darolt (2001, on-line),

[...] a agricultura convencional exclui dos cálculos da formação de preço a contabilidade ambiental, exteriorizando os impactos ambientais, ao passo que a agricultura orgânica interioriza esses custos. Além disso, o produtor orgânico sofre uma pressão enorme de todo sistema agrícola que é guiado pela lógica convencional.

O debate com relação ao lugar dos mercados no processo de fortalecimento da agricultura de base ecológica é marcado por inúmeras controvérsias. Entre as diversas posições sobre o assunto, destacam-se aqui duas, uma englobando aqueles que percebem a globalização do sistema agroalimentar como um modelo que deve ser incorporado por todos os produtores e acreditando na necessidade de se adaptar, da melhor maneira possível, às regras de um mercado influenciado por um regime dominante, fortemente concentrado em padrões de produção capitalista, e onde as normas de qualidade são crescentemente restritas. Nesse sentido, a certificação, a ênfase no acesso aos mercados de exportação e às prateleiras dos grandes supermercados e a regulação governamental como forma de garantir a identidade do produto orgânico, como vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos, são entendidos como único caminho capaz de assegurar a viabilidade econômica de uma agricultura ambientalmente sustentável (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

Na outra posição, encontram-se aqueles que acreditam ser possível transformar as relações de produção, distribuição e consumo dominantes no atual sistema agroalimentar, incorporando a esta modificação não somente variáveis relacionadas à sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos, como também valores éticos, sociais e culturais. Princípios como justiça social, soberania alimentar, reciprocidade, autonomia, respeito à diversidade cultural, entre outros. Sua tradução prática, do ponto de vista das relações sociais que permeiam a produção e o consumo, são afirmados como dimensões-chave do processo de transição para uma agricultura de base ecológica (ARAÚJO; PAIVA; FILGUEIRA, 2007; SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

Apoiados pelos atores sociais favoráveis a esta segunda posição, como algumas organizações governamentais e não governamentais, consumidores específicos, ativistas, acadêmicos, entre outros, os agricultores familiares lutam para conseguir com que a agricultura de base ecológica conquiste importantes mercados, através da reorganização do sistema produtivo e organizacional.

Feiras de produtos ecológicos, cooperativas de consumo e entrega direta de cestas de alimentos são alguns exemplos de iniciativas que buscam reduzir a distância entre produtores e consumidores, valorizando circuitos locais de comercialização e reforçando formas comunitárias de organização social. Dessa forma, associações e cooperativas desempenham papel protagonista no favorecimento da comercialização dos produtos ecológicos procedentes deste segmento da agricultura (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

Mais do que facilitar o acesso à assistência técnica, conforme discutido anteriormente, diferentes formas de organizações de agricultores têm propiciado a inserção dos mesmos em

mercados locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas de cultivo de alimentos de base ecológica e decorrente aumento na oferta desses produtos.

Permanecer ou não produzindo sob os sistemas de base ecológica, para os agricultores familiares, está fortemente relacionado à viabilidade de comercialização de seus produtos. Na maioria dos casos de desistência ou retorno para o sistema de produção convencional, a principal causa constatada é a dificuldade em manter níveis de renda adequados, como pode ser percebido através da fala de um agricultor:

O que pode melhorar na agricultura familiar deveria vir de lá de cima do governo, um incentivo pra agricultura ecológica. A gente não tá poluindo, não tá desmatando, a gente tá ajudando a natureza, não gera lixo. A gente tá preservando! O colono que tivesse uma renda fixa, mínima que fosse, seria uma ajuda e tanto, seria uma forma da gente não partir pra uma agricultura convencional, mesmo pro fumo, e ficar na agricultura também. Não partir pra outra atividade fora da agricultura. O trabalho do colono, diferente dos outros, não tem férias, feriado, noite, dia, não tem salário fixo, nada disso! Por isso, ter entrado na cooperativa ajudou, pois a gente tem muita dificuldade de encontrar formas de comercializar nossos produtos e na cooperativa eles buscam essas formas. (ENTREVISTA 4).

Entre os agricultores que fazem parte do estudo, considerando os dois municípios, os casos de retorno à agricultura convencional são predominantes em famílias produtoras de fumo, fato que corrobora com a ideia de que o desenvolvimento desta atividade agrícola convencional e totalmente integrada à indústria é emblemático como representação do regime dominante. Partindo-se deste ponto de vista, entende-se que novos mercados socialmente construídos em oposição ao regime dominante, neste caso, podem ser compreendidos como uma novidade emergente.

Uma das chaves para o apoio ao desenvolvimento rural consiste em identificar e qualificar diferentes sistemas de produção e abastecimento, bem como as relações sociais envolvidas em determinados processos do trabalho agrícola. No Brasil, as feiras locais e o mercado institucional proporcionam exemplos de mercados que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociedade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores (SABOURIN, 2009), fato que diferencia esses mercados dos mercados conduzidos em sistemas oligopolizados e centralizados de comercialização.

Nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, se apresentam aos agricultores familiares como opções de comercialização, essencialmente, mercados locais específicos, como o mercado institucional - PAA, que é uma das ações do Programa Fome Zero, cujas

características principais estão detalhadas no Quadro 2 - e o mercado de cadeia curta, representado pelas feiras livres.

Apesar de esses mercados serem vias muito significativas para a reprodução econômica de algumas famílias vinculadas à produção agrícola de base ecológica, eles ainda são pouco ampliados, possuindo restrições com relação ao número de agricultores envolvidos, e limitações de funcionamento, como momentos de baixa rentabilidade, que podem fazer com que o agricultor tenha consideráveis prejuízos, o que evidencia a necessidade de adaptações e reconstruções desses mercados, assim como estabelecimento de novos e seguros espaços de comercialização para esses agricultores.

Instituído pela Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003 (e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008), o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar (CONAB, 2010). Ainda de acordo com esta fonte, essas finalidades são objetivadas através da remuneração da produção proveniente da agricultura familiar, melhor exploração e ocupação do espaço rural, equitativa distribuição de renda, combate à fome, preservação da cultura alimentar local e preservação ambiental.

Este Programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e conta com o apoio de ministérios e órgãos institucionais que operam no plano estadual e municipal.

Segundo informações da CONAB (2010), a implementação do PAA, como instrumento legal, “revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança”.

Através de distintos mecanismos, os produtos comprados pelo governo são distribuídos a programas sociais, de caráter governamental ou não-governamental podendo ser destinados à estocagem pública, sendo posteriormente repassados a bancos de alimentos, doados a instituições assistenciais, distribuídos em cestas de alimentos a grupos sociais em situação de risco alimentar ou, até mesmo, vendidos a pequenas agroindústrias. Parte desses produtos é distribuída também para escolas, como um complemento ao atendimento que já é prestado aos estudantes por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O excedente, que não consegue ser encaminhado para os programas sociais, é comercializado pelo governo em leilões públicos.

O PAA atualmente representa um dos principais meios de comercialização dos produtos de base ecológica do Rio Grande do Sul.

Quadro 2 - Programa de Aquisição de Alimentos: elementos-chave

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao mercado institucional no Brasil, a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar ainda é um processo relativamente recente. Antes de 2003, algumas experiências dessa natureza foram propagadas nos municípios de Belém (PA),

Hulha Negra (RS), Rio Branco (AC), entre outros, bem como pelos governos estaduais do Rio Grande do Sul e do Amapá.

Entre essas experiências, algumas já possuíam como objetivo o incentivo à produção de alimentos de base ecológica, como, por exemplo, no caso do estado do Rio Grande do Sul, onde, entre os anos de 1999 e 2002, o governo realizou uma experiência envolvendo a compra de produtos de base ecológica da agricultura familiar para fornecimento na merenda de crianças de uma escola local conforme mencionado no Capítulo 3. Dessa experiência pioneira, fizeram parte o CAPA, uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul e a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS), ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Vale ressaltar que, mesmo sendo objetivo central do PAA a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, a compra não é necessariamente de produtos ecológicos. Porém, ao estabelecer um preço 30% maior para os produtos ecológicos (orgânicos), como no caso de compra e doação simultânea, o programa vem estimulando de forma interessante as iniciativas locais de produção de base ecológica, conforme apresentado no capítulo anterior.

Um aspecto relevante na formulação do PAA é o fato de que a lei que o institui permite que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência, que devem levar em conta heterogeneidades regionais e a realidade da agricultura familiar. O que, de acordo com Schmitt e Guimarães (2008, p. 9) refere-se a:

[...] mais uma inovação, considerando que a Política de Garantia de Preços Mínimos, criada em 1945 e reestruturada na década de 1960, sempre utilizou mecanismos de aquisição de caráter universal, atendendo, oficialmente, ao conjunto dos produtores rurais, mas, na verdade, submetendo todos eles aos mesmos tipos de exigências na hora da comercialização. Por esse motivo, na grande maioria dos casos, esses instrumentos só conseguiam beneficiar médios e grandes produtores. Ao romper com essa tradição, o PAA dirige suas ações para a agricultura familiar, contemplando, sob tal designação, camponeses, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, atingidos por barragens e comunidades indígenas.

No ano de 2001, antecedente à criação do PAA, organizações de agricultores familiares, nos municípios analisados, assessoradas pelo CAPA (que naquele momento já havia transferido sua sede de São Lourenço do Sul para Pelotas), já estavam mobilizadas no sentido de garantir o acesso dos agricultores ao mercado institucional, tendo implantado o

projeto de merenda ecológica nos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul, como uma experiência piloto.

É importante salientar que estas vias comerciais só seriam acessíveis aos agricultores familiares se estes estivessem organizados em sistema de cooperativa. Dessa forma, o CAPA, apoiado pelo governo municipal, contribuiu para a criação de duas novas organizações cooperativas com base em Pelotas, sendo uma delas, a Cooperativa Sul Ecológica que, posteriormente, viria a fazer parte da Rede de Produção e Comercialização Solidária, assim como apresentado anteriormente.

O reconhecimento público das iniciativas de gestão ou de produção de bens comuns pelos grupos de agricultores abre novas perspectivas. Com ele é possível fundar, a partir de práticas locais, por um lado, mecanismos de construção conjunta, entre ação coletiva local e poder público, de instrumentos de políticas públicas. Os apoios públicos podem produzir um efeito alavanca sobre as dinâmicas locais, graças à concentração dos esforços e dos recursos que fortalecem a constituição, o funcionamento inicial e a institucionalização das dinâmicas locais ou de suas estruturas portadoras, fazendo com que novas conexões e redes sociais sejam constituídas (SABOURIN, 2009).

Dessa forma, a implementação do PAA auxiliou na estruturação dessa rede de produção e distribuição de alimentos ecológicos para os mercados institucionais. Entre o final de 2003 e o início de 2005 a rede chegou a articular 16 organizações, incluindo associações, cooperativas e grupos informais. Em meados de 2005, mudanças no contexto político-administrativo ocorridas após as eleições municipais, levaram a uma reconfiguração dos fluxos de distribuição existentes, com o enfraquecimento da atuação de alguns parceiros da rede, como a prefeitura de Pelotas e, por outro lado, o surgimento de novos, como a prefeitura de São Lourenço do Sul. Além desse fator, a evolução da experiência influenciou para que a rede se desafiasse a ampliar e diversificar sua produção em nível das unidades produtivas, a incorporar novas famílias de produtores e a construir novas parcerias envolvendo prefeituras, entidades assistenciais e comunidades em situação de insegurança alimentar de outros municípios. Com isso, os mercados institucionais do município de Pelotas deixaram de ser os únicos consumidores dos produtos distribuídos pelo programa, e redes de distribuição de produtos foram organizadas também nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

Este fato abre caminho para uma outra discussão interessante: o papel desempenhado pelas redes de organizações sociais que são criadas durante o processo de construção dos mercados institucionais. O trabalho em forma de rede é fundamental para que os agricultores

familiares possam acessar o PAA, inclusive no que se refere à infraestrutura disponível para comercialização.

É importante dizer quanto ao PAA, trata-se de um dos mais importantes canais de comercialização para a produção de base ecológica das famílias cooperadas da Sul Ecológica, o que pode ser percebido nas falas de vários agricultores:

Eu acredito na cooperativa, é o comércio seguro, né. É através dela que temos acesso ao PAA que é um mercado que está se abrindo e nos ajudando muito. (ENTREVISTA 9).

Ter entrado na cooperativa mudou muita coisa significativamente, ter onde vender foi muito bom. Ter acesso ao mercado institucional, Fome Zero, foi uma alavanca pra gente. (ENTREVISTA 22).

A gente consegue ajudar muitas pessoas pelo sistema do Fome Zero, né. Muitas pessoas sobrevivem disso e, também, muitos agricultores. No momento em que a cooperativa fechar, muitos agricultores terão que procurar outros meios de venda e de sobrevivência, vejo por minha família, pra feira a gente planta uma diversidade e tal, mas tu não consegue vender uma quantidade grande, 1000, 1500 quilos de cebola. A cooperativa compra uma quantidade bem maior, é o Fome Zero, ter onde vender. Mas uma coisa complementa a outra. (ENTREVISTA 13).

Essas experiências desenvolvidas por meio do PAA mostram que as estratégias que inter-relacionam o acesso a políticas públicas com a organização dos atores sociais, principalmente em forma de cooperativa, podem ser direcionadas no sentido de potencializar processos de transição para uma agricultura de base ecológica, reforçando até mesmo outras iniciativas de comercialização já existentes, como as feiras livres locais.

Ainda que o PAA seja considerado parte de políticas públicas inovadoras, que vêm mudando a relação da agricultura familiar com o Estado, o mercado institucional não é por si uma novidade. Aqui, é relevante colocar que, considera-se as novas conexões dos agricultores familiares de São Lourenço do Sul e Pelotas com o mercado, como parte de um processo de produção de novidades, evidenciando-se múltiplos aspectos envolvidos nessas conexões.

Empiricamente, esta ideia encontra correspondência em um exemplo instigante, o das comunidades quilombolas, que outrora eram identificadas somente como público beneficiário dos programas sociais e hoje são integradas à dinâmica produtiva local, por meio do trabalho em redes.

A lógica que direciona o trabalho desses quilombolas, baseada no desenvolvimento contínuo de uma ‘sintonia fina’, que associa criatividade e seu sustento a partir da agricultura, fundamentalmente, é parte de um processo de refundação da atividade agrícola como coprodução. Por consequência, se estabelece uma inter-relação recíproca entre esses quilombolas e a natureza, amplamente fortalecida por meio de técnicas baseadas nos princípios da agricultura de base ecológica, sendo a oportunidade de essas comunidades quilombolas tornarem-se fornecedoras de alimentos para o programa Fome Zero uma evidência que reflete na transformação social ocorrida, como pode ser visualizado na Figura 9.



Figura 9 - Agricultor familiar quilombola empacotando alimentos ecológicos para atendimento da demanda do programa Fome Zero. São Lourenço do Sul/RS.

Fonte: Surita e Buchweitz (2007, p. 67).

Anterior a sua participação ativa no programa, esses quilombolas não tinham a agricultura entre suas principais fontes de renda. Segundo seus próprios relatos, se restringiam a produzir quantidades e diversificação limitadas de alimentos, em especial algumas hortaliças, milho e mandioca, utilizados somente para o suprimento parcial de sua alimentação.

Através de ações de mediação social, desenvolvidas principalmente pelo CAPA, e guiados pelo objetivo de melhorar suas condições de vida, esses agricultores quilombolas foram adaptando as técnicas e práticas de produção levadas a eles através de projetos de apoio técnico com seu conhecimento e cultura locais. Adaptaram a sua forma de trabalho com a

agricultura desde a fertilização do solo, com a utilização de práticas como a compostagem e adubação verde, até o combate de pragas por meio do plantio de plantas repelentes. Por meio dessas e outras variadas transformações e aperfeiçoamentos em sua lógica agrícola, esses quilombolas conseguiram pouco a pouco ir reordenando seus recursos locais e aumentando a qualidade e a quantidade da produção de alimentos com base ecológica, ao mesmo tempo mantendo muitos de seus costumes, como por exemplo, o de seguir as fases da lua em momentos como plantio e colheita.

A utilização de sementes crioulas³ é outro exemplo de prática que faz parte da cultura desses agricultores e que vem sendo mantida. Essa prática vem sendo fortalecida por meio de ações como realização de feiras específicas, onde são promovidas trocas de sementes não somente entre quilombolas de diversas comunidades, como entre agricultores familiares em geral, inclusive os descendentes de italianos, alemães e franceses.

Essas feiras, mais do que espaços de trocas de sementes, são espaços de troca de conhecimento, que proporcionam aos agricultores descobrirem vias alternativas não só relacionadas à produção de base ecológica, mas também à comercialização desta, ao acesso a políticas públicas e assim por diante, ou seja, são espaços importantes a esses agricultores familiares em geral, para a transposição de fronteiras de suas unidades de produção. Essas trocas de conhecimento e informação, além da inter-relação de costumes, fazem parte da construção conjunta do projeto heterogêneo, como já discutido. Acrescenta-se que a construção dos mercados diferenciados para comercialização dos produtos oriundos da agricultura de base ecológica, constitui-se também como mais um elemento a compor o “projeto”.

Outro aspecto conveniente a salientar é o contato entre organizações, a formação de redes no desenvolvimento dos trabalhos que envolvem agricultores familiares e mediadores sociais durante a construção dos mercados, como revela a fala a seguir de um dos técnicos entrevistados:

O PAA foi um indutor desse processo de trabalho em redes, antes era cada qual isolado, o CAPA teve uma função importante nisso, né. De congregar no início, mas depois, gerou as relações próximas, possibilitadas através do fornecimento ao PAA e elas fizeram com que as cooperativas tivessem muito mais contato. [...] Tem essa rede, né. A Rede de Cooperação Solidária na qual a Sul Ecológica é um dos componentes e, aí, vários outros núcleos foram sendo chamados, praticamente todos os que trabalham com agricultura familiar. (ENTREVISTA 19).

³ São denominadas sementes crioulas aquelas utilizadas por comunidades específicas em suas práticas agrícolas, são portadoras de características peculiares por não terem sofrido ações dirigidas de melhoramento genético, em geral, estão bem adaptadas aos locais onde são cultivadas e mantidas, além de estarem associadas diretamente ao conhecimento local.

Essa formação de redes sociais complexas é constituída por diversas arenas sociais, nas quais diferentes atores, em especial, agricultores familiares de diferentes culturas e etnias, e mediadores sociais, confrontam-se entre si, mas também mobilizam recursos sociais.

Impulsionada pela busca ao acesso a uma determinada política pública, essa construção de redes, que conta com variadas conexões, tem feito com que diferentes agricultores familiares criem cada vez mais ‘espaços de manobra’ para suas ações de sobrevivência e formas de reconhecimento de seu trabalho com a agricultura, entre as quais parece estar em evidência o desenvolvimento da agricultura de base ecológica. Devido a essa soma de fatores, que mescla geração de renda, de conhecimento e transformação social é que o acesso a mercados diferenciados pode ser compreendido como uma novidade emergente nos municípios analisados.

Segundo Schmitt e Guimarães (2008), apesar da abrangência social do PAA, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, assim como algumas organizações da sociedade civil, evidenciam a existência de uma significativa demanda ainda não atendida, desencadeada, possivelmente, por insuficiência de recursos destinados para esta finalidade pelo governo federal. Os autores apontam também que existem fragilidades organizativas e de gestão a serem superadas pelas redes e organizações envolvidas localmente na construção do Programa, tais como melhor acompanhamento das entregas e qualificação das formas de acesso dos beneficiários aos alimentos.

Neste contexto, outro entrave às experiências de integração da agricultura familiar com campanhas de segurança alimentar é o fato de que, muitas vezes, elas acabam sendo localizadas e descontínuas no tempo. A falta de continuidade no desenvolvimento dessas experiências por governos municipais e estaduais fazem com que os agricultores desistam dessa alternativa de mercado de um momento para o outro. Uma evidência disto é o atraso nas renovações contratuais do Programa, que pode ocasionar a perda da produção ou a venda no mercado convencional. Um agricultor entrevistado sintetiza essa situação ao afirmar que:

Pra ficar só nisso aí, hoje, não dá pra viver. O certo seria arrumar mais mercado, só o PAA não dá não. [...] Os sócios da Cooperativa Sul Ecológica já aprenderam, chega no finalzinho do projeto, demoram a assinar, eles vão parando de produzir, se não vai perder, né. Eu mesmo não perdi mais uma folhinha de couve. Domingo passado mandei couve pra Sul Ecológica, se tiver bastante mando pra outro. Tem um que tem um Box no CEASA, mando pra ele também [...] senão, não dá pra se manter da agricultura. (ENTREVISTA 7).

No entanto, como lembram Schmitt e Guimarães (2008) o fortalecimento das redes e sua atuação em outros circuitos de comercialização, de forma a minimizar a dependência em relação ao mercado institucional, são igualmente importantes. Se por um lado, obviamente, é desejável que o PAA (ou qualquer política pública) tenha um eficaz sistema de gestão, continuidade e mecanismos de controle social, por outro, a fala do agricultor permite identificar que a riqueza do tecido social que se evidencia na região e o fortalecimento das redes sociais são parte fundamental no reordenamento dos recursos, ainda que seja para superar um revés que se apresenta aos agricultores.

Porém, a ciência dessas dificuldades existentes e, principalmente, a busca por maneiras de contornar esses obstáculos, que muitas vezes aparecem de maneira inesperada a esses agricultores, parece ser justamente o que tem impulsionado a emergência de novidades entre esses agricultores.

Fatores intrínsecos à identificação, compreensão e superação de limitações do PAA por estes agricultores familiares, como os processos de aprendizado mútuo, o estabelecimento das relações de reciprocidade, a construção de conexões que levam ao reordenamento no uso de recursos naturais e sociais e a formação de redes sociais nas transposições de fronteiras das unidades produtivas, acabam por incorporar diversas iniciativas relacionadas à melhoria da qualidade de vida.

Como mencionada anteriormente, além da inserção no mercado institucional proporcionada pelo PAA, as feiras livres representam uma fundamental forma de comercialização da produção. A primeira 'feira ecológica' da região sul do estado do Rio Grande do Sul foi realizada em meados do ano de 1995. Tinha como objetivos garantir um mercado específico para os produtos cultivados no sistema de base ecológica, diminuir a distância entre os produtores e os consumidores e assegurar retorno financeiro para os agricultores, já que, na ausência de um comerciante intermediário, a margem de ganho poderia ser mais alta.

A realização da feira livre favorece o envolvimento dos agricultores com a produção de base ecológica e o comprometimento de oferecer um produto de qualidade para o consumidor. Entretanto, a feira livre dificulta a participação dos agricultores que moram mais distantes do local de sua realização. O transporte da produção costuma ser uma das dificuldades, tendo em vista que nem todos contam com um veículo adequado e, deste modo, o deslocamento a grandes distâncias acaba tornando-se um empecilho à prática da atividade.

Na comunidade quilombola Alto do Caixão, localizada em Pelotas, tal situação vem sendo contornada por meio dos trabalhos coletivos entre os agricultores quilombolas,

cooperados da Sul Ecológica e outros, organizados por meio da Associação Alto do Caixão. Os agricultores que possuem veículos próprios para o transporte de produtos alternam entre si a coleta e o carregamento de todos os produtos de cada uma das unidades de produção, abastecendo então a feira localizada na cidade.

De acordo com os quilombolas, existem, geralmente, três veículos na comunidade que participam deste revezamento de ida até a feira na cidade e o pagamento para estes agricultores que assumem essa função de transporte dos produtos é feito somente com base nos custos com o combustível e é compartilhado entre os associados envolvidos na atividade.

É importante ressaltar que o processo de organização desses agricultores em uma associação, também impulsionado por meio das ações de mediação social desenvolvidas pelo CAPA, é uma maneira complementar ao enfrentamento das dificuldades que se apresentam a esses agricultores. De acordo com os entrevistados, a associação é uma organização utilizada como via para resolver problemas mais locais, enquanto que a cooperativa é uma organização que lhes abre possibilidade de construção de redes de contato mais ampliadas.

Entre laços de reciprocidade, evidenciados por meio de sua organização em associação e redes de contato ampliadas, depois de muito buscar formas de ampliar seus “espaços de manobra”, esses agricultores quilombolas foram beneficiados com uma camionete para o transporte de seus produtos para a feira do município, adquirida por meio de um projeto da Empresa EMBRAPA - Clima Temperado, com incentivo do Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF. Situação esta que só corrobora com a ideia de que múltiplos envolvimento existentes entre distintos atores sociais, criados por meio de uma situação que se apresenta inicialmente como problemática (como a falta de transporte para a produção dos agricultores até a feira), quando existe espaços para a construção de consensos e objetivos comuns entre os atores atuantes, podem constituir um ambiente rico em interfaces e aprendizagens, que podem superar eventuais conflitos.

Com relação a esta busca por melhores condições de vida, a feira livre de produtos ecológicos é exemplo interessante de iniciativa que vem ocorrendo nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas e que busca reduzir a distância entre produtores e consumidores, valorizando circuitos locais de comercialização e reforçando formas associativas e comunitárias de organização social.

Desta maneira, o mercado de cadeia curta e o mercado institucional, configuram-se, no contexto estudado, como formas de resistência e de conquista de autonomia. Estas se constituem em conexões inovadoras com o mercado de produtos agrícolas, por se posicionarem contra as transações comerciais que distanciam mais e mais quem produz de

quem consome e por estarem engajadas em processos sociopolíticos mais amplos de obtenção de soberania alimentar.

Considerando que não pairam dúvidas sobre o crescimento da demanda por produtos limpos, orgânicos, socialmente justos, verdes, ecológicos, uma das questões recorrentes se refere ao fato de que tais produtos têm entrado em circuitos de comercialização ditos elitizados, ou seja, servem para atender uma parcela de consumidores com alto poder aquisitivo no país e, principalmente, no exterior. Isto porque se construiu a ideia de que a agricultura de base ecológica só é viabilizada se houver grande agregação de valor, sob a alegação das baixas produtividades de tais sistemas de produção. Por outro lado, as iniciativas de incentivo à comercialização de produtos ecológicos fornecidos por agricultores familiares para o mercado institucional, ou mesmo às feiras locais, introduzem novos elementos no debate sobre o lugar dos mercados com relação à agricultura de base ecológica.

Um dos elementos se refere à reflexão, ao nível da sociedade, acerca do papel do Estado na reestruturação dos circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos, especialmente tomando como princípios a justiça social e a sustentabilidade, em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental. Também, deve-se considerar que um elemento importante é que novas conexões com o mercado, pela transição a sistemas de produção de base ecológica, dizem respeito ao resgate de estruturas comunitárias pelo estabelecimento de múltiplos dispositivos coletivos, que estão inseridos em processos de desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida dos agricultores e novas dinâmicas de aprendizagem coletiva.

4.3 AGROINDÚSTRIA FIGUEIRA DO PRADO: ENTRE SUCOS, *SCHIMIERS* E BATALHAS DE VIDA

“Daí veio o ananá... que a gente descobriu e deu um rico de um suco.” (Mirian Rozane Britto da Costa, agricultora em São Lourenço do Sul).

As transformações marcantes no espaço rural brasileiro, que ocorreram influenciadas pelo processo de modernização da agricultura, fizeram com que a tecnocientificação⁴ das práticas agrícolas incrementassem a produção e a produtividade, em especial das atividades fundamentais para a consolidação de um modelo econômico voltado aos mercados externos.

Concomitante a este processo, segundo Ploeg e Saccomandi (1995), a modernização conservadora da agricultura oportunizou significativas desconexões entre a agricultura e os recursos locais, além de ser empregada como parâmetro para julgar, hierarquizar e organizar a heterogeneidade da agricultura. Dessa forma, elementos naturais locais foram gradativamente desvalorizados como base para as atividades agrícolas, assim como o conhecimento da conversão dos elementos naturais em produtos finais e das técnicas desenvolvidas no local, intrinsecamente relacionadas ao saber-fazer dos agricultores, em função das regras impostas pelo modelo moderno agrícola de desenvolvimento, para a sua especialização produtiva.

As influências dessa modernização não se restringiram somente à desvalorização do saber-fazer dos agricultores familiares, mas favoreceram também a marginalização desses agricultores nos projetos de desenvolvimento modernizante, visto que tais projetos eram realizados não com o intuito de se adaptarem a situações específicas, já que sua transferência não se caracterizava pelo seu remodelamento às condições locais, e sim pela homogeneização de processos. Dessa maneira, as tecnologias desenvolvidas eram específicas para se adequarem à organização do trabalho e aos processos de produção já prescritos, sancionados e designados pelo modelo de agricultura vigente (PLOEG, 1994; PLOEG et al., 2000).

A transformação na base técnica da agricultura no país, proporcionada pela transferência tecnológica orientada pelos princípios da Revolução Verde, concebeu novas

⁴ A tecnocientificação é entendida como a contínua reorganização dos processos de trabalho e do desenvolvimento de acordo com os delineamentos elaborados pela ciência agrícola, trata-se do desenvolvimento inter-relacionado da ciência e da tecnologia, encarando o fato de estas estão intrinsecamente vinculadas, normalmente, orientando as práticas para um aumento do consumo de insumos exógenos à unidade de produção.

formas de organização da produção, os denominados complexos agroindustriais, os quais cresceram e prosperaram rapidamente a partir da década de 1970 e seguiram sendo apoiados por políticas públicas até o final da década de 1980. No início dos anos 1990, devido à chamada abertura comercial, ampliou-se a internacionalização do mercado dos produtos agropecuários, concomitantemente com a diminuição da participação do Estado como fomentador do desenvolvimento agrícola. Essa nova conjuntura agravou a exclusão de um significativo contingente de agricultores familiares no campo, fazendo com que um número expressivo deles tivesse que procurar novos caminhos, desenvolvendo estratégias para terem acesso a atividades estáveis que lhes proporcionasse condições de vida no espaço rural (AMORIN, 2007).

Desta forma, como é da natureza da atividade agrícola enquanto um processo identificado como coprodução entre os agricultores familiares, surgem alternativas que se desviam da tendência prevalente, em geral identificada pela subordinação aos complexos agroindustriais ou pela exclusão econômica e social. As alternativas na tentativa de superação das limitações impostas são atividades geradoras de renda e, no caso dos agricultores que fizeram opção pela base ecológica, elas aparecem aliadas ao ideário da menor agressão à natureza, do respeito às culturas e tradições locais e da justiça social.

Partindo dessa visão, muitas atividades têm sido postas em marcha através de diversificadas estratégias, que em muito diferem da uniformização proposta para o espaço rural dentro dos padrões de desenvolvimento orientados à liberalização e à industrialização. Dentre essas atividades, destacam-se aqui os mecanismos ligados à agroindustrialização familiar da produção agrícola, mais precisamente, de base ecológica. ‘Agroindústria familiar’ é um termo utilizado para designar atividades de processamento e transformação de produtos de origem animal e vegetal, a partir dos quais há agregação de valor e de características específicas aos alimentos. Representa uma forma de reprodução social construída por agricultores familiares, que envolve tanto conhecimentos, habilidades e recursos, como os contextos locais e culturais onde vivem as famílias.

É bastante conhecido e estudado o fato de que a agricultura familiar enfrentou, ao longo de muitos anos, sérias dificuldades em relação à capacidade de reprodução social e à manutenção de qualidade de vida. A subordinação a grandes agroindústrias relacionadas a produção de fumo, suínos, aves, entre outras⁵, como meros fornecedores de matéria-prima em

⁵ Para maiores detalhes a respeito da subordinação dos agricultores familiares a grandes agroindústrias consultar Camargo (2010), Rudnicki (2009) e Vargas e Spanevello (2010).

sistemas chamados integrados, retiram a autonomia desses agricultores e os coloca uma posição vulnerável, transformando-os em ‘operários’.

Segundo Rudnicki (2009) o sistema implantado por essas grandes agroindústrias, ao mesmo tempo em que propicia vantagens ao agricultor integrado garantindo a compra de seus produtos e fornecendo assistência técnica, suscita diversos questionamentos sobre a permanência desse agricultor na lógica instaurada neste processo de dependência, cuja forma de governança é baseada na “apropriação” e no “controle”.

A adesão desses agricultores a esse sistema de produção pode ser associada a uma forma de padronização no meio rural, que modifica o próprio modo de produção neste espaço. O estabelecimento desses sistemas de produção pode ser visto como um processo que se constitui de regras e padrões integrados a instituições e infraestruturas dominantes (PLOEG, 2008), ou seja, ao regime sociotécnico prevalente.

Dentre os agricultores que colaboraram com a pesquisa, foi possível através do discurso da agricultora Mirian evidenciar como as famílias, na região sul do Rio Grande do Sul, vivenciaram esse processo de subordinação:

Meu pai plantava arroz, fez a vida plantando arroz em granjas de arroz lá em Santa Vitória. Era parceiro, sócio em uma das granjas do Grupo Extremo sul, do Erico Ribeiro, o maior produtor de arroz da América do Sul até o final da década de 80. Depois, ele desistiu de trabalhar lá e veio pra cá (São Lourenço do Sul), ele se deu conta da exploração que a atividade era, foi uma das poucas pessoas que viu isso, e veio pra cá [...] daí, depois teve aviário, essas empresas que só compravam de ti se tu comprasse os pintinhos deles, ele viu que era exploração novamente, sempre incentivou a gente a estudar para não passar por isso.

A iniciativa que constitui a base da discussão nesta seção é um processo de agroindustrialização familiar que nasce, em grande medida, em decorrência dos eventos associados à trajetória narrada acima. Incentivada pelo pai, a agricultora Mirian, sem receitas prontas ou mesmo cartilha a seguir, e sempre em busca de encontrar e superar as ‘menores aduelas de seu barril’, foi encontrando maneiras de trilhar um caminho até então desconhecido, o da agroindustrialização familiar de base ecológica. Ao longo do tempo foi adaptando informações provenientes da assistência técnica, de cursos que realizou, de palestras que assistiu ou mesmo de conversas de ‘bastidores’, como é possível notar em sua fala:

Tinha um rapaz aqui em São Lourenço que já trabalhava com o CAPA no mel e eu achava um absurdo que aqui nessas terras todas não tinha nada plantado, tinha que comprar tudo. [...] Daí, esse rapaz do mel vivia me dizendo: vamos começar um trabalho com orgânico com o CAPA! E eu disse: puxa, era tudo o que eu precisava! [...] Mas daí, eu comecei a questionar, será que dá plantar assim? Daí o moço do mel foi lá no CAPA e falou do nosso interesse. O CAPA organizou uma reunião com a gente e com o agrônomo do CAPA e foi daí que começou o trabalho da Agroindústria Figueira do Prado.

O início do trabalho, que posteriormente levou à constituição da Agroindústria Figueira do Prado (Figura 10), também contou com o apoio da experiência, realizada pelo governo estadual na região, envolvendo a compra de produtos de base ecológica da agricultura familiar para fornecimento na merenda de crianças de uma escola local. Também registra-se que houve o incentivo e a assistência técnica do CAPA, o que pode ser notado em um dos trechos da entrevista que se segue.

Em 2000, teve um plano piloto com a escola Cruzeiro do Sul, uma escola estadual (de São Lourenço do Sul). Durante o governo Olívio houve o incentivo de recolher alimentos dos pequenos agricultores para a merenda escolar. Nessa época, nem se falava em agricultura familiar, né. Falava em pequenos agricultores, daí uma mulher, da EMATER hoje, que tava no CAPA antes, trouxe uma panela pra nós, pra fazer suco, tinha uma mangueira na panela. Tu tinha que despejar aquilo dentro do suco e colocar aquilo em banho Maria, e tinha uma menina no nosso grupo que tinha muito maracujá, e começamos a fazer testes. Daí criamos o grupo e no fim ficaram 5 famílias, né. E, aí, começamos o trabalho com os sucos e com o plano piloto com a escola Cruzeiro do Sul. [...] O CAPA que nos ajudou, a gente só tinha a vontade, eles nos trouxeram as técnicas.



Figura 10 - Onde a história se inicia. Vista frontal da Agroindústria Figueira do Prado, São Lourenço do Sul, RS (maio 2010).

Fonte: Acervo da pesquisa.

Além do apoio recebido pelo governo estadual, o envolvimento da agricultora nas ações de mediação social desenvolvidas pelo CAPA foi significativo na construção da agroindústria, como se evidencia na fala proferida pela agricultora:

Eu pegava minha camionete e ia colher as frutas, de qualquer lugar onde tivesse frutas, era o que tinha, a gente ia experimentando pra ver o que dava, e a gente ia fazendo os sucos, aí teve um curso lá em Canguçu, O CAPA que ofereceu o curso. [...] Nisso, terminou o plano piloto da merenda, daí o Cruzeiro continuou comprando alguma fruta da gente, alguma verdura [...] e nós já tínhamos esse trabalho todo e nos deram uma panela com torneira e não precisava dar banho Maria no suco, daí me incentivei ir atrás pra pegar fruta [...]. Foi então que a gente decidiu, vamos montar a agroindústria, muita coisa a gente aprendeu a fazer no curso, a gente tinha um grupo, né.

Interessante notar que a atuação do CAPA nas iniciativas propostas (ou desejadas) pelos agricultores também está relacionada ao financiamento dos investimentos necessários. Mais do que a assistência técnica ou ações de mediação, através de um fundo rotativo, a organização dá suporte para investimentos dos agricultores. Para a Agroindústria Figueira do

Prado foi crucial o auxílio financeiro do CAPA, para dar início as atividades de melhoria e adequação das instalações, como conta a agricultora:

Eu tinha o prédio, mas tinha que arrumar, adaptar. Nisso, o CAPA me fez a proposta, eu já tava vendendo bem, vendia pra cooperativa, vendia pra merenda [...] nós tínhamos que ter uma agroindústria legalizada. O CAPA me propôs de fazer o financiamento, a grana era do CAPA, o que eles chamam de Fundo Rotativo, era uma reserva que o CAPA tinha para essas ajudas, funcionava assim, eu pedia o dinheiro para investir e ia pagando em parcelas que eram transformadas em sacos de milho, então quando eu ia pagar a parcela se buscava o preço do milho, aquele valor mínimo que o Governo estipula, quando eu pagava o CAPA podia emprestar o valor da parcela para outros, é claro isto acontecia com vários agricultores ao mesmo tempo. Com o fundo rotativo do CAPA [...] fizemos a reforma.

Porém, não obstante à parte burocrática, a constituição legal da agroindústria familiar se apresentou como um caminho árduo e sinuoso a seguir, como revela a agricultora:

Então, começou a briga pela legalização, se eu montasse uma empresa eu perdia o direito de agricultor, perdia aposentadoria, tudo. Então vamos legalizar via cooperativa, a sede da cooperativa era em Pelotas, aí teve que mudar todo o estatuto, lá não constava agroindústria, só comercialização, demorou dois anos de acerto nos documentos da cooperativa. Mas não deveria dar problema, porque se eu tô na cooperativa e quero montar agroindústria, eu sou agricultora, eu tenho o troço no campo, não é na cidade, né. Mas não! Perco todos esses direitos. Então eu tive que sair da cooperativa, fiquei independente, o meu contrato com a cooperativa agora é só de terceirização.

A legalização aparece como um dos fatores mais críticos que afetam, diretamente, o funcionamento das agroindústrias familiares. As dificuldades iniciam no simples fato de que muitos desses pequenos empreendimentos, ainda que identificados com a introdução de transformações técnicas, são baseadas em estratégias dinâmicas, essencialmente familiares no meio rural, o que determina que esses ‘donos’ de agroindústrias, ao mesmo tempo em que são obrigados a se estabelecer como microempresários, continuam exercendo suas funções de agricultores familiares, dependentes de outras formas de alternativas na superação dos seus problemas, principalmente econômicos como, nesse caso, o acesso à aposentadoria rural.

Visando à ampliação do espaço de comercialização de seus produtos, determinados agricultores familiares estão transformando suas agroindústrias, outrora artesanais, em microempresas, uma vez que passam a ser obrigados a possuir Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica (CNPJ), por ser imprescindível legalmente para a produção, circulação, transporte e comercialização dos produtos fabricados pelas agroindústrias.

Não contar com o CNPJ restringe o acesso desses agricultores a oportunidades de colocação de seus produtos à disposição de consumidores mais distantes dos mercados regionais, fato este que pode surgir como obstáculo, desencorajando o agricultor a seguir adiante em seu objetivo inicial. Abre-se, portanto, uma 'janela' para um debate sobre o duvidoso caminho que esses agricultores familiares devem percorrer ao almejar a transformação de sua empresa de caráter artesanal em microempresa. Ou, ainda, a discussão de como manter-se 'artesanal', já que este é o diferencial e identidade dos produtos assim obtidos, porém com a tranquilidade de estar cumprindo as exigências legais necessárias e sem ter de abrir mão do estatuto de agricultor.

As possibilidades de legalização existentes para estas agroindústrias familiares apresentam uma série de impasses ao agricultor familiar que deseja realizar. Do ponto de vista legal, a partir do momento em que o agricultor legaliza seu empreendimento, ele se descaracteriza como agricultor familiar, passando a ser empregador rural. Dessa forma, conforme a lei previdenciária 8.212/91 e 8.213/91, ele se equipara a um trabalhador autônomo, perdendo assim, todos os benefícios de agricultor familiar perante a previdência social, uma vez que o agricultor deverá passar a contribuir mensalmente para a previdência e a aposentadoria por idade passará de 60 para 65 anos para o homem e de 55 para 60 anos para as mulheres, as quais, além disso, perderão o direito ao salário maternidade (BONATTO, 2000).

Outro obstáculo que o agricultor familiar enfrenta após a legalização de sua agroindústria refere-se à gestão de seu empreendimento, já que, geralmente, esses agricultores não estão familiarizados com os aspectos legais e contábeis envolvidos com os processos relacionados à agroindústria familiar. A criação e o desenvolvimento dessa microempresa exigem desses agricultores conhecimentos variados sobre administração, organização, mercado, planejamento da produção, qualidade nos produtos, *marketing*, entre outros, que são obtidos através de contato com variadas organizações, variados agricultores e, principalmente, de projetos de apoio técnico.

Através do aprendizado mútuo e troca de informações, esses agricultores, pouco a pouco, constroem maneiras de superar suas limitações. São processos bastante favorecidos pela participação em feiras expositivas, cursos de formação, visitas a outras agroindústrias, ações organizadas pelos agricultores em parceria com o CAPA, a prefeitura São Lourenço do Sul (também outras da região, como a de Canguçu) e a EMATER de atuação local. A

construção das redes de contato e as conexões estabelecidas relacionadas à agroindústria familiar são significativamente importantes no processo de contorno de obstáculos e barreiras, como revela a fala da agricultora a seguir.

Hoje, as schimiers e os sucos já foram aprovados e tudo [...] já fazia quatro anos que a gente tava naquela briga né. Mas, depois disso tudo, vieram os anos que eu produzi mais e faturei mais. Arrumei o carro, construí o poço artesiano, tudo mandando pro mercado institucional, Fome Zero de Pelotas, o plano piloto durante o governo do Marroni, né. Foi uma coisa sensacional, o pulo do gato! Na época não se falava quase em orgânicos, diziam aqui nas redondezas que nós éramos loucos, que isso não ia dar em nada! Até meu pai dizia, mas eu mexia com ele, afinal, as verdurinhas que ele comia eram todas da minha hortinha orgânica daqui. E hoje as pessoas assim... tem até um respeito. Eu soube que já fui citada como exemplo dentro da CONAB [...]. A gente tem um trabalho em parcerias, né [...].

A iniciativa da agricultora de legalização da agroindústria familiar, apoiada em especial pela Sul Ecológica e pelo CAPA, e incentivada pela política pública de compra de alimentos da agricultura familiar, fez com que essa agricultora encontrasse “espaços de manobra” para melhorar suas condições de vida. Todos esses fatores remetem a construção de vias inovadoras, realizada pelo ativo engajamento em arenas constituídas pela negociação de interesses entre a agricultora, outros grupos de agricultores, mediadores sociais do CAPA, da EMATER, da Sul Ecológica e agentes públicos (prefeitura local e vizinha), além do acesso a políticas públicas recém estabelecidas.

A trajetória que leva ao estabelecimento da agroindústria está claramente associada a uma dinâmica de transposição de fronteira, e associada a isto está a criação de novos vínculos, relações sociais geradoras de redes. É justamente pelo engajamento em tais redes que essa agricultora tem conseguido utilizar, de maneira significativa, os espaços de feiras e outros eventos para divulgar e comercializar seus produtos. As organizações atuantes na região, neste caso principalmente o CAPA, financiam o transporte dos produtos, o deslocamento e hospedagem dos agricultores, viabilizando a participação nessas feiras, como se pode averiguar na fala abaixo: “Em todas as feiras que eu posso ir, eu vou pra levar meus produtos [...] tudo em função do próprio CAPA. [...] Hoje, 70% dos meus produtos, suco e doce é comercializado pra Sul Ecológica, pra merenda, Fome Zero e o resto é para as feiras [...].”

No decorrer da pesquisa de campo, foram acompanhadas diversificadas atividades desenvolvidas pela agricultora na unidade de produção, na agroindústria e em outras atividades, como a divulgação e a comercialização de seus produtos feita na VII Feira

Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo, que é um dos eventos que merece destaque.

O Brasil Rural Contemporâneo é um evento promovido pelo MDA e pelo INCRA, com patrocínio de outras instituições públicas e privadas, e recebe grande destaque na América Latina. Realizada, em maio de 2010, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), com finalidade de exposição e venda de produtos da Agricultura Familiar, recebeu em torno de 150 mil visitantes. O intento da Feira é refletir sobre a importância do setor da agricultura familiar para a economia e cultura do país. Abaixo, na Figura 11, seguem imagens registradas durante o evento.

É interessante destacar, também, que a dinâmica das novidades, que tem lugar ao nível micro,, emerge da evolução cotidiana das inúmeras práticas desenvolvidas pelos agricultores e mobiliza um conjunto de relações sociais, que acaba por configurar o processo de aquisição e geração de conhecimentos. No entanto, a resistência à homogeneização também está relacionada às potencializações de diversidades, nomeadamente a natural e a sociotécnica.

A descoberta de novos recursos, processo fundamental para a produção de novidades, remete a um resgate na relação com o meio circundante, especificamente referindo-se ao aproveitamento da biodiversidade (MARQUES, 2009), o que é identificado fortemente no caso da Agroindústria Figueira do Prado.

Acompanhando as atividades na agroindústria, foi possível identificar um desses processos associados à dinâmica de emergência de novidades, que se refere ao surgimento de processos inovadores que derivam de outros em andamento. Este é o caso da produção de suco de ananás (*Ananas spp*), cujo desenvolvimento do processo conjuga um redirecionamento no uso dos recursos, criativamente engendrado mesclando velhos e novos conhecimentos (Figura 12).



Figura 11 - Exposição e comercialização dos produtos da Agroindústria Figueira do Prado na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo. Porto Alegre, RS (maio 2010).

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 12 - Processo de produção do suco de ananás da Agroindústria Figueira do Prado.

Fonte: Acervo da pesquisa.

Nota: A – Mirian coletando os frutos; B – Detalhe das plantas; C – Detalhe dos frutos; D – Preparo dos frutos para início de processamento; E – Processamento inicial dos frutos; F – Cozimento em panela específica; G – Recipiente para recebimento do suco processado; H – Finalização do processamento do suco; I – Engarrafamento; J - Suco de Ananás pronto ainda sem rótulo para comercialização. São Lourenço do Sul/RS. Maio/2010.

De acordo com Marques (2009, p. 138), tomando

[...] a “inovação como um resultado da interminável interrogação social” (ENGEL, 1995, p. 159), que é permanentemente alimentada pela interação entre atores e destes com o ambiente, perceberemos as inúmeras e constantes manifestações dos processos de aprendizagem, ainda que nem todas venham a conformar novidades propriamente ditas.

Além de ananás, a agricultora, que conta com a ajuda e parceria do filho nas atividades com a agroindústria, tem experimentado uma série de outras polpas de frutas como matéria prima na produção de sucos e *schimiers*, tais como o araçá (*Psidium cattleianum*), o pêssego, a bergamota, e, em especial, o butiá (*Butia sp*): “Em 2002, 2003, dia 16 de abril de 2001 foi o ‘Boom’, onde a gente descobriu o butiá e as outras frutas, frutas nativas, né. O butiá hoje é o carro-chefe [...]”

É importante evidenciar que a utilização de polpas de frutas nativas na confecção dos produtos dessa agroindústria tem um significativo potencial para a valorização de hábitos culturais e dos recursos naturais existentes no local, o que intrinsecamente favorece a formação de sistemas produtivos sustentáveis. Algo interessante a notar é que, quando a agricultora vai às feiras expor seu produto, carrega consigo *banners* explicativos sobre a planta e os frutos do butiá. Em meio à comercialização de sucos e *schimiers*, são trocadas informações, entre os consumidores e a agricultora, sobre aspectos de cultivo e hábitos da planta, e até mesmo com relação ao processamento do fruto e sua transformação no produto comercializado.

No espaço dessas feiras, e mesmo com a distância ‘encurtada’ entre consumidor e produtor, a agricultora se beneficia com contatos e dicas para possíveis novos mercados de comercialização para seus produtos. Dessa maneira, seus produtos têm viajado o país e conquistado espaços.

Para além da aparência e do sabor, a agricultora vem ‘ganhando fregueses’ pela forma de produção dos seus sucos e *schimiers*. O esforço e a batalha aplicados na elaboração dos produtos fazem parte dos ideais da consolidação da agricultura de base ecológica, o que, na prática, garante aos produtos o selo de certificação ecológica da Rede Ecovida. Assim, a Figueira do Prado angariou o reconhecimento oficial dos seus produtos como ecológicos, ou seja, tais produtos passaram a ser reconhecidos política e socialmente como tais.

Verifica-se que a mobilização social vinculada a todos esses acessos a programas, políticas, projetos, etc. são lógicas relacionadas ao produzir, cultivar, organizar-se, relacionar-se, que podem estar influenciando diretamente o reordenamento de recursos, não só naturais, como também sociais.

Procura-se aqui reconhecer que a agroindustrialização familiar está fundamentada em metas que buscam a minimização da pobreza, do desemprego, do êxodo rural, da exclusão da mulher e dos jovens da vida econômica e das ações comunitárias locais. Nesse caso, retrata-se a agroindústria familiar dirigida por uma agricultora e seu filho, um jovem de 18 anos, uma iniciativa que pode ser caracterizada como uma novidade emergente, geradora de outras, cujo potencial para a transformação do futuro começa a evidenciar-se.

Convém reiterar que não é apenas a introdução de uma atividade nova na dinâmica familiar que caracteriza uma novidade. Muitas vezes se constitui em mais uma estratégia de reprodução social e econômica. É importante esclarecer que a produção de novidades está relacionada ao conhecimento dos agricultores, que é em grande medida um conhecimento tácito, um misto de ‘saber-fazer’ e disposição cognitiva e construtiva de modelos mentais, altamente críticos e reflexivos (MARQUES, 2009). A fala abaixo, ao corroborar com esta afirmação, dá evidências do potencial ainda em aberto para a emergência de novidades:

Eu uso primeiro a polpa que sobra da panela do suco, assim eu faço a schimier, 50% de cada, fruta nova mais o que sobra, aí os restos que sobram, por exemplo, o ananá, quando ele tá cozido, as vacas adoram, e as cascas de tudo vão pra compostagem. E um problema que eu tenho é o caroço do pêssego [...] mas os vizinhos me disseram o seguinte também, que o caroço do pêssego tem um óleo que se eu secar e botar no fogo dá uma rica de uma lenha, estou testando e vou continuar na safra seguinte também. E o caroço do butiá, não todo, né, mas uma parte, eu cavo um buraco no chão e enterro ali [...] daí esse caroço enterrado, as minhocas o limpam e depois o Zaracan (filho da agricultora) vai e lava, limpa certinho, e ele vende pro Carlinhos que faz artesanatos com esses caroços...porque eles fizeram curso via SENAI. Eles põem massa de modelar pra revestir, são caixinhas que eles fazem, coisas maravilhosas! Daí já deu serviço pra mais um agricultor que também é marceneiro, ele faz as caixinhas, o Carlinhos lixa e pinta e não dá conta! Já contratou outra pessoa pra ajudar ele, e já tem mais gente se especializando nisso e tudo mais, um trabalho sensacional! Aí a FEPAGRO nos procurou por conta do caroço de butiá, eles começaram a fazer jogos, resta um, com os bichinhos que são modelados em cima do caroço de butiá. [...] E agora é o Zaracan que faz esse serviço, ele que recebe. Esses tempos mesmo o SEBRAE comprou 300 kits de caroços da gente. Cada kit tem 34 bolinhas de padrão [...], essa atividade a gente aproveita pra fazer quando tá chovendo, né. De resto, araçá, cascas de laranja e bergamota vão tudo pra compostagem, e assim a gente vai nessa ecologia!

O envolvimento da agricultora com a atividade de elaboração de sucos e *schimiers* tem gerado outras conexões, que favorecem dinâmicos fluxos de conhecimentos, descoberta e/ou reordenamento no uso de recursos, além da sintonia fina tão necessária ao aprimoramento dos processos.

Constatando que o resíduo de polpa gerado pela confecção dos sucos poderia ser utilizado, a agricultora criou uma primeira conexão. Depois de vários testes, passou a utilizar parte deste resíduo na elaboração de suas *schimiers*, descobrindo, inclusive, vantagens nisso: “isso dá um melhor sabor delas”. Outra conexão relevante, que leva a um reordenamento no uso dos recursos, se estabelece entre a polpa restante do processamento do suco do ananás e a alimentação animal.

Outro exemplo de redirecionamento de recursos e sintonia fina é a utilização dos caroços de pêssigo, também resíduos dos processos de agroindustrialização. Por meio do fluxo de informações e conhecimentos, possível pelas relações de proximidade e vínculos sociais nos quais a agricultura está inserida, os caroços passam a ser utilizados na ignição do fogo para o seu fogão à lenha.

Talvez, a conexão mais inesperada nesta trajetória de novidades é a inter-relação estabelecida entre a agroindustrialização do butiá e o artesanato. Isto passa pela interessante descoberta feita pela agricultora em relação ao processo de reutilização dos caroços de butiá. Aproveitar o processo de vermicompostagem para ‘limpar’ os caroços e, então, destiná-los como material para artesanato, é um exemplo dos mais emblemáticos do reordenamento no uso dos recursos e da riqueza cognitiva e criativa que leva à sintonia fina no ajustamento da complexidade de fatores envolvidos na agricultura. As transformações, neste caso, materializam a refundação da agricultura enquanto processo de coprodução, altamente localizado, associado aos processos endógenos de desenvolvimento, os quais potencializam e enriquecem o tecido social.

Isto é reforçado quando se constata, por exemplo, que o agricultor que compra os caroços de butiá, além de ter desenvolvido novas habilidades pela entrada na atividade do artesanato com este material⁶, passou a fazer parte do “Caminho Pomerano”, um roteiro de turismo rural criado pelo governo municipal de São Lourenço do Sul e desenvolvido com o apoio do trabalho de um grupo de agricultores familiares locais, que busca o resgate da história, hábitos e costumes dos imigrantes pomeranos.

⁶ Deve-se notar que a atividade foi incentivada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, um sistema estruturado e administrado por organizações representativas das indústrias, demonstrando também as conexões que passam a ser feitas para fora do setor agrícola.

É importante salientar que este agricultor faz parte do grupo, que é coordenado pela agricultora Mirian. É este grupo que organiza essa rota turística, incluindo nela visitas às agroindústrias, espaços de exposição e comercialização de artesanatos típicos e de produtos de base ecológica oriundos da agricultura familiar, além de promover apresentações de grupos folclóricos típicos da colonização alemã, entre outras coisas.

O Caminho Pomerano, construído por meio de uma complexa rede de contatos estabelecida entre agricultores, prefeitura local e diversos prestadores de serviços do município, como agências de turismo, restaurantes e hotéis, é um meio bastante significativo para a apresentação, não só dos artesanatos confeccionados de caroços de butiá, como dos produtos da Figueira do Prado.

A conexão dos agricultores com o turismo vem favorecendo a comercialização e, especialmente, vem promovendo a ampliação do reconhecimento da atividade, já que os moradores locais e turistas de variadas partes do estado afluem para as localidades, dinamizando a atividade, inclusive ampliando a demanda pelos produtos.

Essa ampliação da demanda fez com que mais mão-de-obra fosse mobilizada e incorporada à atividade, o que envolveu outros atores sociais. Além disso, esse conjunto de elementos favoreceu também a entrada de novas organizações no processo. Uma delas é a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO do Rio Grande do Sul, que ao conhecer a atividade através do Caminho Pomerano, procurou os agricultores envolvidos com a confecção de artesanato e propôs um trabalho de aperfeiçoamento, que já levou os agricultores a criar os *kits* de jogos infantis, utilizando os caroços do butiá. Este trabalho inicial que teve um bom desenvolvimento passou a ser estimulado por outras instituições, inclusive pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, uma entidade privada sem fins lucrativos que incentiva empreendimentos de micro e pequeno porte, que, juntamente com outros parceiros como a Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce-RS, elaborou e colocou em prática um projeto de apoio a este trabalho, o que levou a uma segunda organização. Por meio deste projeto, este trabalho dos agricultores passou a ser incorporado a uma marca denominada “Bichos do Mar de Dentro”.

Essa marca apresenta uma coleção de artesanatos, os quais compreendem desde acessórios para casa e uso pessoal até jogos e brinquedos infantis (Figura 13). Os artesanatos têm como tema uma seleção de animais silvestres que vivem na região da Costa Doce, na qual se inclui o chamado Mar de Dentro, e que se estende de Guaíba ao Chuí – Rio Grande do Sul.



Figura 13 - Jogo “Resta Um” elaborado com caroços de butiá.

Fonte: Bichos do Mar de Dentro (2010)

Nota: Inspirado no jogo infantil “Resta Um”, o jogo da figura que foi denominado de “Fica um Cardeal”, tem suas 33 peças individualmente modeladas com massa de biscuit sobre um coquinho de Butiá.

Pouco a pouco, o projeto foi ampliado incluindo artesãos de diversos municípios do estado, dentre eles estão Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Todas as iniciativas e conexões envolvidas no processo de agroindustrialização familiar que propiciaram esta abertura no ‘leque’ de conhecimentos desses agricultores, é resultado do contato e interação com diferentes atores e organizações e à aquisição de um conhecimento contextual da atividade. Assim, a análise mostra que essa agroindústria pode ser considerada uma novidade emergente.

Através desse fluxo de informações e conhecimentos, presente no processo de construção e desenvolvimento da Figueira do Prado, a agricultora Mirian, assim como seu filho e outros atores sociais envolvidos no processo (que como visto não são poucos), conseguem construir espaços de manobra e ação, ainda que limitada por uma série de condicionantes do ambiente econômico e institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população mundial tende chegar a nove bilhões, nove bilhões e meio em 2050, então, quem é que vai produzir alimento de qualidade para tal demanda? Vai ser essa mesma agricultura que hoje está aqui? (RONI BONOW, técnico extensionista do CAPA).

Considerando a trajetória deste trabalho, inicialmente se procurou demonstrar que, com a chegada e desenvolvimento do processo de modernização da agricultura, o sul do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente os municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, passaram a enfrentar problemas de ordem socioeconômica e ambiental, os quais fizeram com que, gradativamente, fosse questionado o processo vigente, o qual, aparentemente, se mostrava como o caminho mais favorável para o desenvolvimento. Das interrogações iniciais, veio a incorporação das ideias de sustentabilidade no discurso de algumas organizações, que levou a percepção de que era necessário incorporar um conjunto mais amplo de objetivos inter-relacionados, que levassem em consideração, para além da produtividade a qualquer custo, aspectos sociais, culturais e ambientais.

Em seguida, se evidenciou que o desenvolvimento agrícola presente na trajetória da modernização gerou profundas desigualdades, principalmente econômicas e sociais, no espaço rural, fazendo com que muitos agricultores familiares, os quais não se adaptaram ao modelo ‘moderno’ de desenvolvimento, ficassem esquecidos.

Em resposta a estes acontecimentos é que foram elaboradas as ações iniciais de mediação social, principalmente de duas organizações, CPT e CAPA, juntamente com os agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, a fim de construir um projeto de agricultura sustentável, com menores agressões ao ambiente, porém apto a proporcionar retorno econômico às famílias pela incorporação de elementos culturais e especificidades sociais às técnicas utilizadas na prática dessa agricultura. Surge assim um contexto forjado por diversos atores e interesses que se encontram em situações de interface, fazendo emergir o que foi identificado como o ‘projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica’.

Pragmaticamente, pondo em andamento este projeto é que os atores foram promovendo aperfeiçoamentos e transposições de fronteiras. Neste sentido, os agricultores envolvidos em sua construção desenvolveram, por exemplo, o selo de garantia de procedência

de seus produtos e, posteriormente, a certificação participativa pela relação estabelecida com a Rede Ecovida, permitindo que alimentos produzidos pela agricultura de base ecológica tivessem um reconhecimento social (referindo-se principalmente ao quesito consumo) e político (com destaque para a inserção em políticas públicas). Além da identificação e reconhecimento, os produtos, conseqüentemente, passaram a ter uma maior valorização econômica, especialmente considerando a inserção em novos mercados, nomeadamente o de cadeia curta e o institucional.

Vale salientar que a pesquisa permitiu identificar que a emergência da construção social da qualidade envolvida tanto na produção, como no consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar dos municípios analisados, está se ampliando pelos municípios vizinhos, fato que evidencia o destaque que os mercados de cadeia curta e institucional estão atribuindo aos alimentos produzidos com base ecológica. Essa ampliação parece estar criando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural, mais territorializada e adaptada às especificidades locais. Justamente esta nova dinâmica é que pode ser identificada como potencialmente relevante para a emergência de novidades, como é o caso da Cooperativa Sul Ecológica, da construção de novos mercados (merenda escolar e as feiras locais) e da agroindustrialização familiar da produção agrícola de base ecológica (Agroindústria Figueira do Prado), que representam iniciativas que emergem da mobilização dos agricultores em favor da conquista da autonomia, mas também associada a processos de geração de conhecimento e a distintas trajetórias de construção.

A trajetória de emergência destas novidades está relacionada ao descobrimento de novos e relevantes recursos para a transformação dos sistemas de produção convencionais em outros, cuja base é ecológica. Também, é perceptível o desenvolvimento de uma ‘sintonia fina’ no uso de tais recursos, bem como o reordenamento de muitos deles pelo estabelecimento de conexões entre elementos antes ignorados ou afastados entre si.

A evidência empírica das novidades também mostrou que há processos inovadores associados ao estabelecimento de vínculos, fundamentalmente geradores de redes e fluxos de conhecimento, informação e aprendizagem, elementos estes que promovem a transposição das fronteiras das unidades de produção e da ação individual dos agricultores, assim como de outros atores envolvidos, como diversos tipos de mediadores sociais, dentre eles as lideranças locais e os agentes públicos.

A reação criativa por parte dos agricultores familiares cria não só transformações técnicas que ampliam o acervo tecnológico da agricultura de base ecológica, mas também criam espaços de manobra que levam à geração de novidades, especialmente aquelas

relacionadas à organização da produção e sua inserção ao mercado. Exemplo disto é a identificação da construção de dispositivos coletivos pelos agricultores de São Lourenço do Sul e Pelotas.

Como visto, para a fundação da Sul Ecológica, em 2001, o grupo de agricultores familiares envolvidos com este processo já discutia alternativas ao modelo 'modernizante' de agricultura e desenvolvia habilidades para agir coletivamente há mais de nove anos, através de reuniões e trabalho em grupo. Os sócios da cooperativa aprenderam a dar os primeiros passos rumo a um processo organizativo, a partir do compartilhamento de experiências e conhecimentos com os mediadores sociais, em especial do CAPA, e com outros agricultores que já vinham desenvolvendo experiências semelhantes. Coloca-se em evidência que o conhecimento construído durante um considerável período pode ser identificado como produto de um processo de aprendizagem coletiva, que possibilitou a construção de habilidades técnicas, para a mudança nos sistemas de produção, e sociais, para a ação coletiva.

Não se pode ignorar, porém, que tem havido algumas mudanças institucionais capazes de retroalimentar as transformações das próprias organizações envolvidas ou a ampliar a participação de outras, como identificado no caso da EMBRAPA, EMATER, SENAI, SEBRAE, FEPAGRO e prefeituras de distintos municípios, que passaram também a compor, de alguma forma, o projeto heterogêneo da agricultura de base ecológica.

É necessário refletir e criar meios para que esses agricultores possam ter cada vez mais a possibilidade de ir além no enfrentamento das adversidades que lhes aparecem. Dessa maneira, confirma-se a necessidade de criar novas formas e novos espaços de articulação de conhecimentos (técnico-científicos e locais), no sentido de criar ambientes favoráveis à emergência de novidades, sem negligenciar que elas estão fortemente relacionadas ao contexto local onde emergem, e que seu isolamento é altamente prejudicial à sua consolidação.

É importante notar que o protagonismo dos atores envolvidos com a emergência de novidades está relacionado ao rompimento das regras estabelecidas pelo padrão 'modernizante' de agricultura e está inserido em processos mais amplos, que ocorrem em um nível da ação social que extrapola o nível micro ou local. Nos estudos realizados, fica evidenciado que os processos de organização social levaram ao vínculo com políticas públicas, em especial com o Programa de Aquisição de Alimentos. Se, por um lado, o acesso à política pública se refere a um avanço importante na construção de estratégias para integrar novos mercados, por outro, a iniciativa local vem mostrando que é possível mobilizar o poder

regulador e de compra do Estado na construção de novos circuitos de comercialização, com base em princípios de viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A experiência acumulada pelas diferentes organizações, hoje engajadas em iniciativas concretas de acesso ao mercado institucional, é ingrediente fundamental para que as compras governamentais possam se consolidar, de fato, como uma ferramenta capaz de potencializar formas sustentáveis de produção e consumo de alimentos. Essas novas formas de mercado e de relação com o Estado, que apenas começam a se mostrar, também provocam desdobramentos, abrindo espaços para outras emergências, como é o caso do desenvolvimento de agroindústrias familiares, que surgem como estabelecimento de formas organizacionais autônomas de trabalho, capazes de agregar valor à produção primária.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a agroindústria familiar Figueira do Prado é um bom exemplo de novidade que vem emergindo no contexto da agricultura de base ecológica em andamento na região. Ela vem se consolidando por meio da diversificação de atividades e da renda que gera no estabelecimento rural e na economia local, além de estar ligada à dinamização de outros pequenos comércios e serviços, o que está intimamente relacionado ao surgimento de outras novidades que podem vir a ter importância estratégica para novos caminhos rumo ao desenvolvimento rural no sul do Rio Grande do Sul.

É importante salientar que a abrangência dessas iniciativas, especialmente no que toca ao compartilhamento de experiências e avanço na articulação de conhecimentos, passa pela mediação de diversificados atores, sendo estes ligados a organizações governamentais ou não governamentais. Desta maneira, faz-se imprescindível encontrar modos de articular a ação da extensão rural pública e as ações não governamentais, sejam elas organizações de assistência técnica ou aquelas dos próprios agricultores. Tal engajamento é fundamental no sentido de valorizar e/ou incentivar possíveis novidades, fazendo com que se ampliem os espaços para discussão, disseminação e abrangência das práticas e conhecimentos com potencial inovador.

Além disso, para a irradiação de um ambiente propício à emergência de novidades, é necessário avançar também nos estudos e pesquisas sobre a inter-relação dos conhecimentos técnico-científicos com os conhecimentos dos agricultores, especialmente no tocante ao desenvolvimento de métodos capazes de compreender e apreender desde procedimentos técnicos sobre práticas agrícolas, até a construção de dispositivos coletivos entre os agricultores, abrangendo as estratégias de inserção de seus produtos diferenciados ao mercado.

Algo que também merece destaque refere-se ao fato das políticas públicas no Brasil, em especial as que são voltadas para a situação do espaço rural, ainda serem construídas de

cima para baixo, ou seja, baseadas em realidades distantes do cotidiano dos agricultores e desconsiderando especificidades locais. A ausência de inter-relação de conhecimentos, possivelmente é acarretada pelos poucos espaços de diálogo entre as representações políticas de agricultores e outros atores locais com os agentes das áreas técnico-científicas e da elaboração de políticas. Também, há um longo caminho ainda a ser trilhado para efetivamente ter-se o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos locais em toda sua heterogeneidade. Nesse sentido, parece interessante ampliar estudos no que se refere à análise da construção de políticas públicas baseadas em realidades locais, nas quais os próprios agricultores familiares sejam protagonistas do processo.

Dentro deste contexto, é possível notar que ainda se constitui em um desafio encontrar e desenvolver processos diferenciados de mediação social, capazes de abarcar as mais distintas realidades e públicos heterogêneos. Há grande demanda por mediadores sociais versáteis e aptos a encarar a complexidade de uma agricultura diversificada e de âmbito familiar, em especial baseada em fundamentos ecológicos, quadro este que precisa ser rapidamente superado, uma vez que a produção de alimentos que incorpora atributos de qualidade diferenciada, como a de base ecológica, mostra-se como uma demanda social em expansão, a qual a agricultura familiar tem plenas condições de responder com êxito, contudo, não o fará isoladamente.

Os estudos que compõem esta dissertação também permitem concordar que as novidades emergidas a partir da ação de inúmeros atores sociais mostram que a modernização não é o único caminho a ser seguido no desenvolvimento da agricultura, e sim apenas uma dentre variadas escolhas. Os desvios da rota pré-determinada da modernização agrícola estão sendo trilhados pelos agricultores familiares, ainda que com limitações. Este fato pode ser visualizado em algumas unidades de produção agrícola familiar dos municípios analisados, que outrora se dedicavam exclusivamente ao cultivo do tabaco e, agora, estão buscando o “novo” caminho da produção ecológica de alimentos.

Em resumo, pode-se concluir que as novidades pesquisadas e discutidas nesta dissertação são responsáveis por criar trajetórias diferenciadas ou mesmo alterar trajetórias existentes e evidenciam que é possível desenvolver distintas formas de produzir e organizar a unidade de produção agrícola familiar, promovendo um reposicionamento em relação à técnica e à ciência, utilizando-as como complementos a seu favor.

Porém, cabe destacar que o processo de criação de novidades não está livre de contradições, conflitos, lutas por interesses, etc. No decorrer deste processo, é preciso enfrentar oposições, interesses adversos e até mesmo ideias oponentes, pois, em geral, ele vai

contra os padrões e interesses técnicos e organizacionais existentes, além de enfrentar os bloqueios das institucionalidades vigentes. Para enfrentar esses embates é preciso desenvolver habilidades para agir coletivamente e promover novos arranjos organizacionais capazes de propor mudanças e/ou superar regras e padrões dominantes, como visto no caso da Cooperativa Sul Ecológica ou da Figueira do Prado.

As transformações organizacionais e produtivas, que estão em curso nas vidas de alguns agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, podem ser identificadas como adaptações e reações que, fazendo parte do seu cotidiano, favorecem iniciativas que se configuram como desvios em relação ao regime sociotécnico dominante. O regime, profundamente enraizado nos princípios e processos da modernização da agricultura, faz parte de um padrão de desenvolvimento entendido como puramente econômico e tecnicista. Tais desvios levaram a novos e alternativos processos de desenvolvimento no espaço rural, nos quais se evidenciam a valorização dos conhecimentos locais e da diversidade socioambiental, gerando re-arranjos em relações sociais e de trabalho e a interação entre distintos conhecimentos, constituindo processos de aprendizagem, revitalizando vínculos de reciprocidade e confiança, além de proporcionar novas formações de sentido e reinvenções de práticas e técnicas.

Colocadas em prática pelos agricultores familiares, algumas das iniciativas constituem-se em novidades, que, como visto, tendem a transformar a organização do trabalho familiar, as características técnicas da produção agrícola e a dinâmica social das localidades. Embora tais transformações sejam, em grande medida, fruto de processos postos em marcha pelos agricultores de São Lourenço do Sul e Pelotas, foi possível identificar que eles contam, significativamente, com o impulso de ações oriundas de processos de mediação social.

Ao buscar analisar as possíveis novidades emergentes, a partir do recorte empírico estabelecido e com enfoque nas práticas agrícolas, nos sistemas de produção e na organização social, foi possível identificar que muitos dos processos inovadores em construção são decorrentes das situações de interface que colocam em contato saberes e práticas de mediadores sociais e de agricultores, na implantação de projetos que visam ao desenvolvimento rural.

Durante a trajetória da pesquisa, encontrou-se a campo uma realidade expressivamente complexa e dinâmica, realidade esta que foi parcialmente retratada através deste trabalho que se deteve em aprofundar-se em alguns aspectos e situações da vida de agricultores familiares.

O fato desta pesquisa não abarcar a totalidade da complexidade e diversidade de tal cenário, faz com que esta dissertação não esgote a riqueza da temática que envolve os

processos de desenvolvimento rural nessas localidades. Pelo contrário, a partir de suas limitações, vem instigar novas temáticas e trabalhos relacionados a esses processos.

Contudo, entre os apontamentos fundamentais que emergem desse trabalho, consta que ainda há necessidade de incorporar aos estudos que analisam a dinâmica do desenvolvimento rural uma perspectiva que considere a forma com que os atores sociais percebem, constroem e reagem frente aos desafios do seu cotidiano. Neste sentido, sugere-se o aprofundamento de abordagens que auxiliem na compreensão de como esses atores individuais ou coletivos arquitetam ‘espaços de manobra’, com o propósito de pôr em prática seus objetivos, os quais podem ou não ir ao encontro de programas ou ações governamentais, e mesmo não governamentais. Fazendo referência especificamente aos processos inovadores em curso nos espaços rurais, que provocam mobilização de distintas formas de construção do conhecimento, a participação de diferentes atores sociais e transformações no processo de trabalho agrícola, identifica-se que o uso do termo-chave referente à ‘emergência de novidades’ constitui-se em um caminho promissor.

Finalizando, vale ressaltar que as iniciativas analisadas representam uma escala micro, metaforicamente, são como ‘gotas no oceano’, mas que, ao somarem-se a outras ‘gotas’ podem vir a transformar de forma mais ampla a complexa agricultura de variadas localidades. Para que as diferenças façam a diferença, é necessário incentivo e apoio, seja ele técnico, econômico, social, científico, político. Superar os problemas enfrentados pela agricultura familiar desafia a pesquisa, a extensão, a política, a economia, a cultura, entendendo que cada qual em separado é um elemento frágil nesse processo. Cada ator possui seu papel, ou seus papéis, na construção de um novo cenário para o desenvolvimento rural. É hora de refletir, afinal, como estamos desempenhando os nossos papéis?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

APÊNDICE: Municípios do estado do Rio Grande do Sul. In: **Wikcionário**: o dicionário livre. Disponível em: <http://pt.wiktionary.org/wiki/Appendice:Municípios_do_estado_do_Rio_Grande_do_Sul>. Acesso em: 7 mar. 2011.

ARAÚJO, D. F. S.; PAIVA, M. S. D.; FILGUEIRA, J. M. Orgânicos: expansão de mercado e certificação, **Holos**, ano 23, n. 3, p. 377-380, 2007.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (Org.) **Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence**. London: Routledge, 2000. p. 1-31.

BECKER, C.; CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da cooperativa Sul Ecológica. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16, 2007, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2007.

BICHOS DO MAR DE DENTRO. Produtos: Jogo fica um cardeal. 2010. Disponível em: <<http://www.bichosmardedentro.com.br/produto/destaque/codigo/97/page/8>>. Acesso em 12 mar. 2011.

BONATTO, A. A. O gênero da previdência rural no Brasil. In: **Boletim do DESER**, n. 108. Curitiba: DESER, fev. 2000, p. 17-20.

BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. 2000. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; SILVA, P. J. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 01, p. 54-82, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>. Acesso em: 2 set. 2010.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de julho de 1991a. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de julho de 1991b. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>. Acesso em: 18 out. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. Presidência da República. **Fome Zero: conceito**. [20--]. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 15 set. 2010.

CAMARGO, G. Aves gordas, contas magras. **Extra Classe**, Porto Alegre, ano 15, n. 144, p. 30-31, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/jun10/files/extra30e31.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova Ater pública. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano 10, v. 8, p. 85-117, jan.-dez. 2003.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CASADO, G. G., SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. p. 50-90.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas: Capa/MDA, 2009.

COSTABEBER, J. A. Transição agroecológica e ação coletiva. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2001, ABA: Botucatu. **Anais...** Botucatu: SP, 2001. 1 CD-ROM.

DAROLT, M. R. Por que os alimentos orgânicos são mais caros? In: **Planeta Orgânico**, 25 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>>. Acesso em: 13 set. 2010.

DEPPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande, PB. **Anais...** Campina Grande, PB: UFCG, 2008. p. 1-16.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1999.

FONSECA, M. F. A. C. **A construção social do mercado de alimentos orgânicos**: estratégias dos diferentes atores sociais da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras in natura do estado do Rio de Janeiro. 2000. 289 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985. (Coleção Educação Popular, 3).

FROÉS, J. C.; SANTOS, F. J.; RECH, C. M. **Alimentando a cidadania**: a força da sociedade civil junto a políticas públicas. Pelotas: Capa, 2008.

FUKS, M. **Arenas de ação e debate público**: os conflitos ambientais e a emergência do movimento ambientalista enquanto problema social no Rio de Janeiro. 1998. 197 f. Tese (Doutorado Ciências Humanas) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GEELS, F. W.; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, v. 36, n. 3, p. 399-417, 2007.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Editora da UNESP, 1991.

_____. **The constitution of society: an outline of the theory of structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GUIVANT, J. S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, n. 19, p. 72-88, out. 2002.

_____. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

HISSA, C. C. E. **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2008.

IDE, H. **A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar**. Porto Alegre: Suzanne Buchweitz, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico: Brasil 2004**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 abr. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Banco de dados da agricultura familiar: novo Retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. 2000. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of Strategic Niche Management. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 10, n. 2, p. 175–196, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LATOUR, B., **Science in Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2001.

_____. En búsqueda de un espacio para el cambio: una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Guadalajara, v. 1, n. 11, p.1-10, abr.-jun. 1988.

_____. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Colegio de San Luis, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 3-4, p. 226-249, 1989.

_____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. England: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARQUES, F. C.; MELLO, M. A. Produção de novidades: “desvios” da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. (Estudos NEAD, 8).

MEDEIROS, M.; ALMEIDA, J. Heterogeneidade de saberes em situações de interface: mediação e intervenção sociotécnicas em projetos de desenvolvimento rural. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas, PE. **Anais...** Porto de Galinhas. PE: ALASRU, 2010.

MEIRELES, L. **A certificação de produtos orgânicos: caminhos e descaminhos**. Ipê, RS: Centro Ecológico, 2003.

MELLO, M. A. **Sementes que brotam da crise**: a produção de novidades na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª Ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro; 1992. 269 p.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 21-44.

NORGAARD, R. B. **Development Betrayed**: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future. Florence, USA: Routledge, 1994.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (Ed.) **Unfolding webs**: the dynamics of regional rural development. Assen: Gorgum, 2008. p. 68-86.

PINHEIRO, P. S. **Saberes, plantas e caldas**: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMÁN, E. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 163-195.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32. Disponível em:

<http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/AA_selecao/2011/Van%20der%20Ploeg.pdf> . Acesso em: 5 dez. 2010.

_____. Styling of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D.; LONG, A. (Ed.). **Born for within**: practices and perspectives of endogenous development. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-27.

PLOEG, J. D.; SACCOMANDI, V. On the impact of endogenous development in agriculture. In: PLOEG, J. D.; DIJK, G. (Org.). **Beyond modernization**: the impact of endogenous development. Assen: Van Gorcum, 1995. p. 10-27.

PLOEG, J. D. et al. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. (Ed.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004. p. 1-30.

PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR. Desenvolvimento rural na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais. Programa de Pesquisa Interdisciplinar. **Relatório de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR/Prointer, 2008.

ROSA, J. G. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.

RUDNICKI, C. S. Mediações, resistências e estratégias no sistema de produção integrada do tabaco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba, **Estudos Sociedade & Agricultura**, v. 16, n. 1, p. 37-61, abr. 2001.

_____. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido. In: SABOURIN, E. (Org.). **Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural**. Brasília: UnB; Ceam; Neagri, 2006. (Cadernos do Ceam, 23). p. 51-93.

SABOURIN, E. et al. O reconhecimento público dos atores coletivo da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 293-306, maio/ago. 2005.

SANTOS, J. V. T. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 114-146, jan./jun. 2001.

SARDAN, J. **Anthropologie et développement**: essais en socio-anthropologie du changement social. Paris: APAD-Karthala, 1995.

SCHMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p.7-13, jun. 2008.

SILVA, A. O. Anotações sobre a modernidade na obra de Anthony Giddens. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 47, p. 16-24, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/047/47pol.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

SILVA, L. X. **A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a Convenção Quadro para o controle do tabaco**: estratégias e perspectivas. Porto Alegre: UFRGS; SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/752.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2010.

STUIVER, M. Highlighting the retro side of innovation and its potential for regime change in agriculture. In: MURDOCH, J.; MARSDEN, T. (Ed.). **Between the local and the global: confronting complexity in contemporary agri-food sector**. Amsterdam: Elsevier, 2006 (Research in Rural Sociology and Development, v. 12). p. 147-175.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impacto sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 1-23.

SURITA, R.; BUCHWEITZ, S. **Descobri que tem raça negra aqui**. 2. ed. Pelotas: [s.n.], 2007.

VARGAS, L. P.; SPANEVELLO, R. M. Agricultores familiares: caracterização do sistema de Integração suinícola e os impasses atuais em torno da continuidade da atividade. Campo Grande - MS: 48ª Congresso da SOBER, 2010. **Anais**. Porto Alegre, 2010.

VIEGAS, M. I. A. **Acordes e dissonâncias da grande sinfonia**: os sentidos e conteúdos da vida urbana no cadenciar da metrópole contemporânea: o orfeão da Pampulha. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com agricultores familiares

- 1) Nome completo (idem para conjugue)
- 2) Idade
- 3) Sexo
- 4) Profissão
- 5) Estado civil
- 6) Nacionalidade
- 7) Lugar de residência atual
- 8) Nível de escolaridade
- 9) Número de filhos
- 10) Linhagem familiar – De onde vieram seus avós e seus pais?
- 11) Onde, atualmente, residem seus filhos? Com o que eles trabalham?
- 12) Trajetória profissional – Onde já trabalhou e com o que já trabalhou até agora?
- 13) Trajetória escolar- (se for o caso)
- 14) Trajetória residencial- Onde já morou até agora?
- 15) Trajetória na agricultura- Como iniciou a vida com o trabalho na agricultura? Sua família o acompanha (filhos, esposa...)?
- 16) Quando começa sua história de cooperado na Sul Ecológica?
- 17) Como teve conhecimento da cooperativa? Através de quem?
- 18) Depois que ingressou na cooperativa teve que modificar suas técnicas de trabalho na agricultura? Quais? Por quê? Enfrentou dificuldades?
- 19) O que cultiva atualmente? Trabalha sozinho no cultivo?

- 20) De onde vêm os insumos que utiliza nos cultivos? (semente, adubo - caldas...)
- 21) Depois de integrar-se a cooperativa o que mudou em relação ao uso de insumos e maquinários?
- 22) Todo seu cultivo é feito de forma ecológica? Por quê?
- 23) Desse cultivo, o que destina para a cooperativa?
- 24) Existem outras formas de acesso ao mercado de produtos e de comercialização da produção?
- 25) Produz suco, geléia, schimier, doces? Por quê (maior rentabilidade)? Trabalha sozinho na produção? Em que ambiente trabalha?
- 26) Faz parte de alguma associação? Qual? Há quanto tempo?
- 27) Está vinculado a algum programa do governo (fome zero, merenda escolar...)? Como conseguiu vincular-se?
- 28) Recebe assistência de técnicos agrícolas? De quais instituições?
- 29) Participa de cursos ou troca de experiências, organizados por essas instituições? Com que frequência?
- 30) Tem contato direto com outros agricultores familiares das redondezas fora do momento dos cursos providenciados por instituições?
- 31) A renda da família é proveniente somente da agricultura ou de outras formas também? Quais?
- 32) Depois de integrado a cooperativa pode verificar em sua família algumas mudanças relacionadas à qualidade de vida? Quais?
- 33) Quais perspectivas futuras a família possui com relação a sua produção agrícola e como essas perspectivas se relacionam com a cooperativa ou associação com as quais está envolvida?
- 34) Os outros atores envolvidos nos grupos em questão compartilham essa perspectiva?

- 35) Em sua opinião, o fato de ingressar na cooperativa e/ou associação acelera o processo de desenvolvimento no espaço rural? Por quê?
- 36) O que o senhor achava antes de integrar-se à cooperativa com relação à agricultura e ao espaço rural? É o mesmo que acha agora? (Se não) Por que esta ideia foi modificada?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com mediadores sociais

- 1) Nome completo.
- 2) Funções que exerce atualmente como mediador social.
- 3) Quando, e em que contexto surgiu a ideia? (Histórico do processo de formação da ideia).
- 4) Como a ideia chegou aos agricultores e como ela foi discutida?
- 5) Como foi a repercussão dessa discussão e como foi a adesão dos agricultores à ideia?
- 6) Quais foram as maiores dificuldades iniciais para colocar a ideia em prática?
- 7) Desde o início até os dias atuais como se dá a evolução do número de famílias inseridas na iniciativa? Qual o quadro atual (número) das famílias envolvidas em torno da ideia?
- 8) Houveram famílias que desistiram da ideia? Por quê? Outras famílias se envolveram? Como souberam da iniciativa?
- 9) Do início até atualmente, quais as articulações (apoios) que foram construídas? Quais estão sendo construídas? Existe pretensão de outros tipos de articulações? Quais?
- 10) Qual a importância dessas articulações?
- 11) Quais transformações econômicas, sociais e ambientais que a iniciativa proporcionou e proporciona ao meio rural e ao local?
- 12) Atualmente, quais as maiores dificuldades no estabelecimento da ideia?
- 13) Em sua opinião pode existir uma ampliação da iniciativa? Como? Quais as dificuldades?
- 14) Há políticas públicas que favorecem a ampliação da ideia? Quais? Poderiam existir políticas públicas prejudiciais a ela? Quais? Essa é a mesma opinião da organização em geral?
- 15) Poderia mencionar alguns resultados obtidos com a iniciativa? (Bons e ruins).

- 16) Sua organização tem a finalidade de favorecer quais atividades da agricultura familiar?
Como é possível visualizar esse favorecimento?
- 17) Em sua opinião, essa iniciativa auxilia no desenvolvimento do meio rural e local? Por quê?

APÊNDICE C - Pessoas que colaboraram com a pesquisa a campo, grupos nos quais participam e local, mês e ano de realização das entrevistas

Agnes Borcharolt Barbosa, agricultora envolvida com atividades comerciais da cooperativa Sul Ecológica - Pelotas/RS – Maio de 2010

Angelita e Paulo Milke Medeiros, agricultores, Grupo da Colônia Francesa – Pelotas/RS – Maio de 2010

Antônio Leonel, técnico extensionista da ONG CAPA– Pelotas/RS – Maio de 2010

Augusto Crochemore, agricultor, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010

Cláudio Becker, técnico extensionista da cooperativa Sul Ecológica – Pelotas/RS – Maio de 2010

Daisi e Ademir da Silva, agricultores, Comunidade quilombola do Morro do Caixão e Grupo da Colônia Municipal – Pelotas/RS – Março de 2010

Edmilson Bartz, agricultor, Grupo Gama - Pelotas/RS – Março de 2010

Elaine e Elvo Petter, agricultores, Grupo da Colônia Municipal – Pelotas/RS – Março de 2010

Elenise Medeiros Voss, agricultora, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010

Elizabete e Vanildo Alver Porn, agricultores, Grupo da Colônia Municipal – Pelotas/RS – Março de 2010

Ernesto Martinez, técnico extensionista – Pelotas/RS – Maio de 2010

Fabiana da Silva Anderson, técnica extensionista da Cooperativa Sul Ecológica – Pelotas/RS – Maio de 2010

Hugo Lüdtke, agricultor, Grupo Gama - Pelotas/RS – Maio de 2010

Irene e Carlos Giovanni Benemann, agricultores, Grupo Gama - Pelotas/RS – Maio de 2010

Ivo Gilberto Scheunemann, presidente da Cooperativa Sul Ecológica - Pelotas/RS – Maio de 2010

Jurema Wiskow, agricultor, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010

Marilin Wege da Cruz, agricultora envolvida com assuntos burocráticos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) de Pelotas – Pelotas/RS – Maio de 2010

Marisa e Guilherme Kuhn, agricultores, Grupo Gama - Pelotas/RS – Março de 2010

Marlene Novack, agricultora, Grupo Gama - Pelotas/RS – Maio de 2010

Mirian Rozane Britto da Costa, agricultora – São Lourenço do Sul/RS – Maio de 2010

Nestor Alberto Kuhn, agricultor – Pelotas/RS – Maio de 2010

Orlei Teodoro Bauer, agricultor, Grupo da Colônia Francesa – Pelotas/RS – Maio de 2010

Rafael Hartwing Goldbeck, agricultor – Pelotas/RS – Maio de 2010

Roni Bonow, técnico extensionista da ONG CAPA – São Lourenço do Sul/RS – Maio de 2010

Rudi Bauer, agricultor, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010

Rudinei Barcelos, agricultor, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010

Samuel Vergara, agricultor, Grupo do Rincão do Andrade – Pelotas/RS – Maio de 2010